

**CRISTIANE RAMOS VOORPOSTEL**

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DE  
ESCOLA RURAL SOBRE A ALIMENTAÇÃO**

**CAMPINAS**

**2007**



**CRISTIANE RAMOS VOORPOSTEL**

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DE  
ESCOLA RURAL SOBRE A ALIMENTAÇÃO**

*Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Mestre em Enfermagem, área de concentração em Enfermagem e Trabalho.*

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Maria Cristina Faber Boog

**CAMPINAS**

**2007**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP**

Bibliotecário: Sandra Lúcia Pereira – CRB-8ª / 6044

Vo898p Voorpostel, Cristiane Ramos  
Percepções de professores e funcionários de escola rural sobre a  
alimentação / Cristiane Ramos Voorpostel. Campinas, SP : [s.n.],  
2007.

Orientador: Maria Cristina Faber Boog  
Dissertação ( Mestrado ) Universidade Estadual de Campinas.  
Faculdade de Ciências Médicas.

1. Alimentação escolar. 2. Nutrição - Educação. 3. Promoção  
da saúde. 4. Segurança alimentar - Brasil. 5. Políticas públicas. 6.  
Pesquisa qualitativa. I. Boog, Maria Cristina Faber. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas.  
III. Título.

**Título em inglês : Teachers and employees perceptions in a rural school  
about food**

**Keywords:** • School feeding  
• Nutrition - Education  
• Health promotion  
• Food security - Brazil  
• Public policies  
. Qualitative research

**Área de concentração : Enfermagem e trabalho**

**Titulação: Mestrado em Enfermagem**

**Banca examinadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Faber Boog**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marina Vieira da Silva**

**Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Pedro Cunha Pinto Neto**

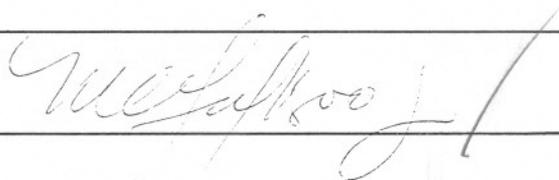
**Data da defesa: 13-02-2007**

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Faber Boog**

**Membros:**

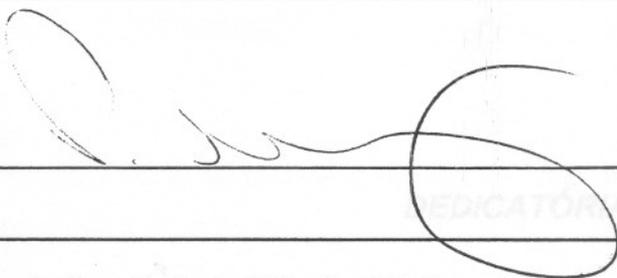
**1. Profa. Dra. Maria Cristina Faber Boog**



**2. Profa. Dra. Marina Vieira da Silva**

Marina Vieira da Silva

**3. Prof. Dr. Pedro da Cunha Pinto Neto**



Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas  
Universidade Estadual de Campinas

*A minha mãe Zélia, pelo incondicional apoio e ao meu pai Gerhardus, exemplo de ser humano, sempre presente no meu coração, dedico mais uma etapa concluída da minha vida.*

**Data: 13/02/2007**



## **DEDICATÓRIA**

*À minha mãe Zélia, pelo incondicional apoio e ao meu pai Gerhardus, exemplo de ser humano, sempre presente no meu coração, dedico mais uma etapa concluída da minha vida.*



## **AGRADECIMENTOS**

---

À Profa. Dra. Maria Cristina Faber Boog, pela impecável orientação e pela paciência em mostrar o caminho construído dia após dia.

À colega de mestrado Hayda, que se tornou grande amiga e confidente nas horas mais difíceis.

Ao Augusto pelo incentivo à realização do mestrado e por ter acreditado na minha capacidade sempre.

À Prof<sup>a</sup>. Marina Vieira da Silva, pelas suas orientações na qualificação e agora na comissão julgadora da dissertação.

Ao Prof. Dr. Pedro Cunha Pinto Neto, por se disponibilizar em participar da comissão julgadora da dissertação.

À Maria de Lourdes Mota Ramos (querida Tiúde), pela ajuda na correção da dissertação.

A toda minha família pelo incentivo ao mestrado e pelos exemplos de luta em busca da realização profissional.

Aos professores e funcionários, alunos e diretor da escola, por terem sido tão receptivos quanto à minha longa presença na escola.

A toda família da Dona Ana Tomé, pelo apoio durante este período.

Aos funcionários Jane e Carlinhos do Departamento de Enfermagem, pelo gentil apoio, principalmente nas horas difíceis.

Às colegas Carol, Silzeth, Érika, Joyce e Sílvia, pelas reflexões e discussões nas disciplinas que muito contribuíram para a construção do saber.



À Prefeitura Municipal de Valinhos e especialmente ao Prof. Zeno Ruedell, Secretário da Educação e Prof. Rogério de Souza Ezequiel, diretor do PAE municipal, pela prontidão em nos atender.

À Agência de fomento CNPq, pelo estímulo à pesquisa e participação indispensável para a conclusão da mesma.



*“A mente que se abre a uma nova idéia jamais  
volta ao seu tamanho original”*

**Albert Einstein**



	<b>PÁG.</b>
<b>RESUMO</b> .....	<i>xxvii</i>
<b>ABSTRACT</b> .....	<i>xxxí</i>
<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	<i>xxxv</i>
<b>1- INTRODUÇÃO</b> .....	39
<b>1.1- As práticas alimentares saudáveis no contexto da Promoção da Saúde</b> .....	41
<b>1.2- Segurança Alimentar e Nutricional: a efetivação do direito à alimentação no âmbito escolar</b> .....	44
<b>1.3- Educação nutricional: estratégia para promoção de práticas alimentares saudáveis no contexto da segurança alimentar..</b>	49
<b>1.4- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)</b> .....	60
<b>1.5- A complexidade do fenômeno alimentar</b> .....	72
<b>2- OBJETIVOS</b> .....	77
<b>2.1- Objetivo geral</b> .....	79
<b>2.2- Objetivos específicos</b> .....	79
<b>3- MÉTODO</b> .....	81
<b>3.1- Procedimentos metodológicos</b> .....	87
3.1.1- Local da pesquisa.....	87
3.1.2- Sujeitos.....	88
3.1.3- Critérios de Inclusão.....	88
<b>3.2- Técnicas e instrumentos para coleta de dados</b> .....	88
3.2.1- Diário de Campo.....	88
3.2.2- Observação Participante.....	89



3.2.3- Recordatório alimentar de 24 horas.....	90
3.2.4- Entrevista não-estruturada focalizada.....	90
<b>3.3- Análise dos dados.....</b>	<b>92</b>
3.3.1- Tratamento dos dados qualitativos.....	92
3.3.2- Análise das entrevistas.....	93
3.3.3- Categorização.....	94
3.3.4- Análise do conteúdo representacional.....	94
3.3.5- Análise do recordatório alimentar 24 horas.....	95
<b>3.4- Critérios éticos.....</b>	<b>96</b>
<b>4- RESULTADOS.....</b>	<b>97</b>
<b>4.1- Caracterização da amostra.....</b>	<b>99</b>
<b>4.2- Recordatório alimentar 24 horas.....</b>	<b>100</b>
4.2.1- Análise e discussão do Recordatório de 24 horas.....	101
<b>4.3- Resultados das entrevistas.....</b>	<b>102</b>
4.3.1- A merenda escolar.....	102
4.3.2- A fome dos alunos.....	111
4.3.3- Promoção da saúde e educação nutricional na escola.....	116
4.3.4- Consumo de verduras, frutas e legumes.....	121
<b>5- DISCUSSÃO.....</b>	<b>125</b>
<b>5.1- A problemática da fome na ótica dos professores.....</b>	<b>128</b>
<b>5.2- O papel da mãe na alimentação.....</b>	<b>138</b>
<b>5.3- A fome dos professores.....</b>	<b>139</b>
<b>5.4- A merenda escolar.....</b>	<b>143</b>
<b>5.5- A promoção da saúde na escola.....</b>	<b>153</b>
<b>6- CONCLUSÃO.....</b>	<b>161</b>



<b>7- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>165</b>
<b>8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>169</b>
<b>9- ANEXOS.....</b>	<b>187</b>
Anexo 1.....	189
<b>10- APÊNDICES.....</b>	<b>191</b>
Apêndice 1.....	193
Apêndice 2.....	194
Apêndice 3.....	196
Apêndice 4.....	197



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

---

<b>A3EN</b>	Grupo de Apoio, Aprimoramento e Atualização em Educação Nutricional.
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CDESC</b>	Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
<b>CONSEA</b>	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
<b>CAE</b>	Conselho de Alimentação Escolar
<b>CNSAN</b>	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>ENDEF</b>	Estudo Nacional da Despesa Familiar
<b>FAO</b>	Food Agriculture Organization
<b>NEPA</b>	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPAS</b>	Organização Panamericana de Saúde
<b>PAT</b>	Programa de Alimentação do Trabalhador
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNAN</b>	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
<b>PNSN</b>	Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição
<b>POF</b>	Pesquisa e Orçamento Familiar
<b>PPV</b>	Pesquisa sobre Padrões de Vida
<b>RMC</b>	Região Metropolitana de Campinas
<b>SAN</b>	Segurança Alimentar e Nutricional



## **LISTA DE FIGURAS**

---

	<b>PÁG.</b>
<b>Figura 1-</b> O espaço social alimentar.....	85
<b>Figura 2-</b> Os níveis do fato alimentar.....	86



## **LISTA DE QUADROS**

---

	<b>PÁG.</b>
<b>Quadro 1-</b> Artigos relacionados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	65
<b>Quadro 2-</b> Etapas da coleta de dados.....	92
<b>Quadro 3-</b> Caracterização sócio-demográfica dos sujeitos da pesquisa.....	100
<b>Quadro 4-</b> Caracterização do consumo alimentar dos sujeitos entrevistados com base nos dados do recordatório alimentar de 24 horas.....	101



***RESUMO***





Este trabalho foi desenvolvido na linha de pesquisa Trabalho - Saúde – Educação/Educação Nutricional e está vinculado ao Grupo A<sub>3</sub>EN (Grupo de Apoio, Aprimoramento e Atualização em Educação Nutricional), certificado pelo CNPq. Dentro do contexto de promoção da saúde, a alimentação saudável tem grande destaque, pois é considerada um dos pré-requisitos para a saúde. A escola constitui-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis, e para isso há a necessidade de pesquisar estratégias em educação nutricional, afim de que a escola possa efetivamente contribuir na formação de cidadãos com autonomia e consciência crítica sobre sua alimentação. O objetivo da pesquisa foi identificar e analisar práticas, normas, opiniões, atitudes e representações relacionadas à alimentação/alimentação escolar, junto aos atores sociais da escola. O método de pesquisa utilizado foi o qualitativo, baseado no modelo metodológico de Poulain e Proença para estudo dos modelos alimentares. O estudo foi realizado numa escola rural do município de Valinhos-SP, e a coleta dos dados foi feita com 11 professores e quatro funcionários por meio de entrevista não-estruturada, focalizada, e observação participante. A técnica utilizada para o tratamento dos dados foi a análise de conteúdo. Para análise, empregou-se a hermenêutica-dialética que busca a compreensão de sentido que se dá na comunicação entre os seres humanos, destacando a mediação, o acordo e a unidade de sentido, enquanto a crítica dialética enfatiza a diferença, o contraste, o dissenso e a ruptura de sentido, e traz para o primeiro plano o tratamento dos dados. Os resultados foram organizados em quatro categorias a partir da análise das representações dos entrevistados sobre a alimentação/alimentação escolar: a fome dos alunos, a merenda escolar, a promoção da saúde e educação nutricional e o consumo de verduras, frutas e legumes. Concluiu-se que tanto a escola quanto a alimentação escolar constituem-se importantes meios de socialização e de vida para os alunos, mas ainda é preciso que sejam desmistificados os objetivos atribuídos pelos professores e funcionários à merenda escolar, conseqüentes das suas representações sobre a fome e condições de vida dos alunos. Quanto à promoção da saúde e educação nutricional, embora existam iniciativas importantes, estas

são ainda incipientes em decorrência da falta de preparo dos professores para trabalharem o assunto.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar, educação nutricional, promoção da saúde, segurança alimentar e nutricional, políticas públicas e nutrição, pesquisa qualitativa.

***ABSTRACT***





This work was developed in the Work-Health Education/Nutrition Education line of research and is linked to the Grupo A<sub>3</sub>EN (Group of Support, Improvement and Updates in Nutrition Education), certified by the CNPq. In the context of health promotion, healthy eating has great prominence, as it is considered one of the pre-requisites for health. The school is a privileged place for the development of healthy eating habits, but in order to reach this objective, there is the necessity to research strategies in nutrition education that make it possible to contribute to the formation of citizens with autonomy and critical awareness about their eating habits. The objective of this research was to identify and analyse practices, norms, opinions, attitudes and representations related to eating habits/school meals, together with those socially involved with the school. The results will make it possible to provide support for the elaboration of public policies in the area of health promotion, education and food security. The research method used was qualitative. The survey was carried out in a rural school in the municipality of Valinhos-SP, having as subjects, 11 teachers and 4 employees. The collection of data was by means of non-structured, focussed interview, and participative observation. The technique used for dealing with the data was hermeneutic-dialectic, which seeks to understand the meaning which is given in communication between human beings, with emphasis on mediation, agreement, the unity of meaning, concomitantly with difference, contrast, disagreement and breakdown of meaning. The results of the work were organized in four categories based on the analysis of the representations of those interviewed about eating habits/school meals: the hunger of the pupils, the school meal, promotion of health and nutrition education in school, and consumption of fruit, vegetables and legumes. It is concluded that the school as well as school meals constitute an important means of socialization and of existence for the pupils, but it is still necessary to demystify the objectives attributed by teachers and employees to the school meal, which are a consequence of their social representations about the hunger and the standard of living of the pupils. In relation to health promotion and nutrition education, although there are initiatives, these are still permeated with

contradictions, resulting from the lack of preparation of the teachers to deal with the subject.

**Key words:** School feeding, nutrition education, health promotion, food and nutrition security, public policies and nutrition, qualitative research.

***JUSTIFICATIVA***





O interesse em pesquisar a alimentação, no contexto escolar, surge em decorrência da crescente discussão sobre a importância da estratégia da promoção da saúde para enfrentar os múltiplos problemas de saúde que afetam a população.

Além disso, algumas importantes publicações de organizações nacionais e internacionais como o Ministério da Saúde (MS), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Panamericana da Saúde (OPAS), envolvidas com questões referentes ao bem-estar e saúde da população, têm atribuído relevante importância à questão alimentar, pela sua expressiva influência nas condições de saúde da população em todo mundo, demonstrando o interesse e a preocupação dos diferentes órgãos e esferas governamentais em buscar estratégias para a elaboração de políticas públicas comprometidas com mudanças no padrão de consumo alimentar e estilos de vida da população.

A Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, publicada em 2004, aponta, entre outras prioridades para pesquisa, em consonância com as diretrizes do Consea (2004a), estudos sobre segurança alimentar e nutricional abrangendo a alimentação institucional em creches e escolas, bem como a avaliação de políticas programas e serviços de promoção da saúde nas escolas, família e comunidade (Brasil, 2004).

A Organização Panamericana de Saúde (OPAS) junto com a Organização Mundial da Saúde (OMS), frente aos dados epidemiológicos de ascensão do sobrepeso/ obesidade em nível mundial, elaboraram, a partir da 57<sup>a</sup> Assembléia Mundial de Saúde realizada em maio de 2004, uma proposta de Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. Essa proposta surge como uma oportunidade singular para a promoção da consciência e conhecimento geral da população sobre a influência da dieta e atividade física na saúde (OMS, 2004). Sua meta é proteger e promover a saúde tanto individual quanto comunitária, por meio de medidas sustentáveis, para a redução das morbi-mortalidades associadas à alimentação pouco saudável e à falta de atividade física.

O direito à alimentação adequada, que atenda aos princípios nutricionais de convívio social e de respeito às culturas alimentares, constitui uma das estratégias da vigente política de segurança alimentar e nutricional do País para combater a fome, a desnutrição e problemas relacionados às mudanças no padrão de consumo alimentar da população nas últimas décadas. Observa-se que esse procedimento trouxe outras situações de insegurança alimentar como o aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade e suas co-morbidades em diferentes grupos populacionais, inclusive em crianças e adolescentes.

O presente estudo integra um projeto de pesquisa maior, financiado pelo CNPq e desenvolvido pelo Departamento de Enfermagem/FCM/UNICAMP e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação-NEPA, intitulado: Promoção da saúde, segurança alimentar e nutrição: a contribuição da educação nutricional. Este projeto utilizou, em uma de suas etapas, o método quantitativo de pesquisa com o objetivo de fazer a caracterização sócio-cultural e avaliar, especificamente, o consumo alimentar de verduras, legumes e frutas das famílias dos alunos matriculados na escola em que foi desenvolvida a presente pesquisa. A utilização dos dados quantitativos de caracterização socioeconômica e consumo alimentar, no âmbito doméstico, contribuiu para a compreensão dos dados qualitativos a respeito da alimentação neste local, obtidos dos atores sociais da escola, uma vez que o conjunto dos dados qualitativos e quantitativos, de acordo com Minayo (1994), não se opõem, mas se complementam, “pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

O presente estudo está vinculado à linha de pesquisa desenvolvida pelo Grupo A<sub>3</sub>EN – Grupo de Apoio, Aprimoramento e Atualização em Educação Nutricional, certificado pelo CNPq.

## ***1- INTRODUÇÃO***



## **1.1- As práticas alimentares saudáveis no contexto da Promoção da Saúde**

Perante as mudanças sociais, políticas e culturais, o esgotamento do paradigma biomédico e as alterações no perfil epidemiológico da população das últimas décadas, o projeto da Promoção à Saúde vem se desenvolvendo enquanto uma resposta aos desafios sanitários contemporâneos (Carvalho, 2004).

A promoção da saúde teve como um dos seus documentos fundadores a Carta de Ottawa produzida a partir da 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Esse documento tornou-se, desde então, um termo de referência básico e fundamental no desenvolvimento de idéias de promoção da saúde em todo mundo, e se define como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (OMS, 1986).

A Carta defende a saúde como um recurso fundamental para a vida cotidiana e a sua defesa consiste em lutar para que os fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos sejam cada vez mais favoráveis a ela, e ainda propõe cinco campos centrais de ação para iniciativas de promoção da saúde: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; criação de ambientes favoráveis à saúde; reforço da ação comunitária; desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação do sistema de saúde.

Segundo Buss (2000), partindo de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, a promoção da saúde propõe a articulação de saberes técnicos e populares, e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para o seu enfrentamento e resolução. Dessa forma, a promoção da saúde deixa de ser de responsabilidade exclusiva do setor de saúde e passa a dividi-la com a população que, ao assumir esse papel, vai ter um maior controle sobre sua própria saúde e a do meio ambiente. Para isso, educadores vêm apoiando o desenvolvimento de habilidades pessoais por meio da divulgação de informações sobre educação para a saúde e

intensificação das habilidades vitais nas suas diferentes etapas. Os diversos ambientes e organizações que devem favorecer tais ações são as escolas, o local de trabalho, os centros de lazer, o lar e muitos outros espaços coletivos.

A escola pode ser considerada um espaço muito importante para o desenvolvimento de ações que promovam a saúde, porque constitui um centro de ensino-aprendizagem, convivência e crescimento onde são adquiridos os valores fundamentais da vida (Pelicioni e Torres, 1999). É importante também lembrar que o período escolar caracteriza-se por ser uma etapa de desenvolvimento humano marcada por intensas mudanças especialmente físicas, emocionais, cognitivas e sociais. Considera-se esse período o momento ideal para se incorporar mudanças de práticas e hábitos saudáveis em direção a uma melhor qualidade de vida.

O incremento do poder técnico e político das comunidades na fixação de prioridades, na tomada de decisões, na definição e implementação de estratégias, para alcançar um melhor nível de saúde, é essencial nas iniciativas de promoção da saúde (Buss, 2000). Atividades que favoreçam o desenvolvimento do conhecimento e capacitem indivíduos e populações, contribuindo para melhorar a tomada de decisão sobre suas ações, são recursos pertinentes à promoção da saúde. A educação para a saúde, portanto, é uma ferramenta importante para favorecer o *empowerment* da população, conceituado como “o processo de capacitação (aquisição de conhecimentos) e de poder político por parte dos indivíduos e da comunidade na fixação de prioridades, na tomada de decisões e na definição e implementação de estratégias para alcançar um nível melhor de saúde” (Buss, 2000).

Para Bicudo-Pereira et al., (2000), a educação para a saúde e a promoção da saúde estão estreitamente entrelaçadas, pois a educação é um dos componentes e um recurso fundamental no processo de promoção da saúde, especialmente quando se trata de um processo educativo que se caracteriza por ser democrático, participante, problematizador e transformador, fundado no respeito e na valorização da humanidade, do saber popular e da identidade cultural dos sujeitos e comunidades envolvidas.

Em um artigo recente sobre os múltiplos sentidos da categoria *empowerment* na promoção à saúde, Carvalho (2004) destaca o “empowerment comunitário” como um processo e um resultado de ações que afetam a distribuição do poder levando a um acúmulo ou desacúmulo de poder (*desempowerment*), no âmbito das esferas pessoais, intersubjetivas e políticas. O autor destaca, ainda, que os teóricos do “empowerment comunitário” vêm preconizando a efetivação de um modelo pedagógico que assuma “a educação como prática de liberdade” sob a influência de Paulo Freire, educador brasileiro que acreditava numa educação problematizadora, baseada na criatividade, e que possibilitasse reflexão e ação crítica sobre a realidade comprometida com a transformação social, visando à autonomia dos educandos (Freire, 1983). Segundo Carvalho (2004), este projeto pedagógico, que alguns denominam de *empowerment education*, pode contribuir para a emancipação humana por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e estímulo a ações que tenham como objetivo realizar a superação das estruturas institucionais e ideológicas de opressão.

A Carta de Ottawa (WHO, 1986) registra também as condições e os recursos fundamentais para a saúde que são: paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema saudável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. Entre esses pré-requisitos, a alimentação vem se destacando nas falas dos governantes em razão do bolsa-família, em debates televisivos, em congressos científicos internacionais. É importante notar que, atualmente, a intensidade dos discursos sobre políticas de Segurança Alimentar e Nutricional constitui estratégia para enfrentar diferentes situações de insegurança alimentar detectadas no país como a fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudiciais à saúde, entre outros (Consea, 2004a).

Neste sentido, percebe-se a grande influência exercida pela má alimentação no processo saúde-doença e as ações de promoção à saúde, orientadas para favorecer a aquisição de práticas alimentares saudáveis, desde as

primeiras etapas da vida, têm um grande efeito sobre a saúde e o bem-estar, não só na infância e adolescência, mas também nas etapas posteriores (Pérez Rodrigo et al, 2004). A concepção da promoção das práticas alimentares saudáveis emerge deste contexto no qual a alimentação tem sido colocada como estratégia para a promoção da saúde (Santos, 2005).

## **1.2- Segurança Alimentar e Nutricional:** a efetivação do direito à alimentação no âmbito escolar

A alimentação foi reconhecida como direito humano no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 que detalhou esse direito já previsto anos antes, no Artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Mais recentemente, em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, o direito à alimentação passou a ser equiparado pela ONU aos demais direitos do homem. No ano de 1999, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) da ONU formulou uma definição mais detalhada dos direitos humanos relacionados à alimentação em seu Comentário Geral nº. 12

*“... o direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na carta de direitos humanos. [...] O direito à alimentação adequada é alcançado quando todos os homens, mulheres e crianças, sozinhos, ou em comunidade com outros, têm acesso físico e econômico, em todos os momentos, à alimentação adequada, ou a meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deve ser interpretado como um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. A ‘adequação’ refere-se também às condições sociais, econômicas, culturais, climáticas, ecológicas, entre outras” (CDESC, 1999).*

No Brasil, o Direito Humano à Alimentação tem respaldo no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e a tomada de consciência desse direito, por parte dos governos e da sociedade, tem sido progressiva.

Segundo Belik (2003), encarar a alimentação humana como direito colocou o Estado na posição de provedor desse direito aos cidadãos por meio do cumprimento de uma função constitucional a ele atribuída: garantir segurança alimentar à população.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) vigora no país, como parte integrante da Política Nacional de Saúde, desde 1999. Inserida no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, a PNAN vem implementando gradativamente vários programas na área de alimentação e nutrição com o propósito de garantir a qualidade dos alimentos disponibilizados para consumo no País, promover práticas alimentares saudáveis, prevenir e controlar distúrbios nutricionais e estimular ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos.

A implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição surgiu três anos após a reunião da Cúpula Mundial da Alimentação, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde. A reunião foi realizada em Roma no ano de 1996, quando o Brasil junto com outras centenas de países firmaram um compromisso de reduzir pela metade a fome no mundo por meio de um conjunto de políticas públicas na área da alimentação (Belik, 2003).

Uma década após a 1.ª Conferência, realizou-se, em março de 2004, na cidade de Olinda – PE, a 2.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), onde foram apresentadas propostas de ações estratégicas para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no país, constituindo-se um marco na mobilização nacional pela erradicação da fome e promoção da segurança alimentar e nutricional.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional constitui um conjunto de ações planejadas que visam garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo nutrição e saúde, e baseia-se em alguns princípios: intersectorialidade, ações conjuntas entre estado e sociedade, equidade, articulação entre orçamento e gestão e abrangência entre ações estruturantes e medidas emergenciais.

O conceito de segurança alimentar e nutricional que anteriormente se limitava ao abastecimento na quantidade apropriada, ficou mais amplo, pois lhe foi incorporado, em relação aos alimentos, o acesso universal e o aspecto nutricional e, conseqüentemente, as questões relativas à composição, qualidade, diversidade cultural e sustentabilidade.

Por ser um tema transversal, o conceito de segurança alimentar e nutricional dá origem a diferentes interpretações, dependendo da ótica ou abordagem que diversos países ou esferas sociais tratam essas questões, uma vez que cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação para toda a população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos (Consea, 2004a).

Adotaremos aqui o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) elaborado pela II CNSAN como sendo

“A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural, e sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

As deliberações da 2.<sup>a</sup> CNSAN resultaram na elaboração de ações estratégicas para uma política nacional de segurança alimentar e nutricional. Entre elas, destacam-se as ações de saúde e nutrição relacionadas à alimentação de

crianças e adolescentes nas escolas por este tema se configurar objeto de nosso estudo. A alimentação e educação nutricional nas escolas e creches estão entre os princípios e diretrizes da política de segurança alimentar por constituírem “espaços privilegiados para ampliar o acesso à informação sobre saúde e nutrição, e para construir habilidades e competências fundamentais, como a autonomia e capacidade decisória...” (Consea, 2004a).

No Brasil, embora a fome, pobreza e desnutrição configurem problemas ainda atuais (Monteiro, 2003), paradoxalmente, vários estudos têm demonstrado aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade na população que caracterizam também problemas relacionados à insegurança alimentar e nutricional da população.

O perfil da população brasileira é marcado atualmente pela co-existência de doenças relacionadas a quadros de carências alimentares, como desnutrição, anemias, deficiências de vitaminas e doenças provocadas pelo excesso de alimentos associadas às mudanças indesejáveis no padrão alimentar da população e seus conseqüentes riscos à saúde como sobrepeso, obesidade, diabetes, hipertensão arterial.

Vários fatores são importantes na gênese da obesidade como os genéticos, os fisiológicos e os metabólicos, mas, no entanto, aqueles que poderiam explicar o crescente aumento do número de indivíduos obesos parecem estar mais relacionados às mudanças no estilo de vida e aos hábitos alimentares (Resenbaum e Leibel, 1998). Existem poucas evidências de que algumas populações sejam mais susceptíveis à obesidade por motivos genéticos, o que reforça serem os fatores alimentares os responsáveis pela diferença na prevalência da obesidade em diferentes grupos populacionais (Word...1990).

Estudos comprovam que, ao longo do tempo, essa transição dos padrões nutricionais relacionados com mudanças demográficas, socioeconômicas e epidemiológicas está refletindo na diminuição progressiva da desnutrição e aumento da obesidade (Monteiro et al, 1995).

Monteiro *et al.*, (2000), ao analisarem as mudanças da dieta brasileira, por meio dos dados das POFs, no período de 1988 a 1996, nas principais regiões metropolitanas do país, demonstraram que houve um aumento significativo da participação das carnes, dos leites e seus derivados na disponibilidade energética e uma diminuição dos óleos e gorduras vegetais. Além disso, houve um aumento da contribuição calórica do açúcar refinado e refrigerante na dieta (de 13,5% para 13,9%), já considerado excessivo na pesquisa anterior, pois ultrapassa a recomendação máxima recomendada de 10%, enquanto o consumo de verduras, legumes e frutas fica em torno e abaixo do limite mínimo recomendado de 7%.

Essas mudanças nos padrões de consumo alimentar, somadas a um inadequado estilo de vida, aumentaram proporcionalmente a população que sofre de sobrepeso e obesidade e outras doenças associadas à dieta inadequada, tais como as cardiovasculares, o câncer, o diabetes e a hipertensão arterial. Segundo a OMS, essas doenças foram responsáveis por 60% das mortes no mundo em 2001. No Brasil, segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia (1999) as três principais causas de morte são o infarto do miocárdio, a insuficiência cardíaca e o acidente vascular cerebral que, juntas, representam 300 mil mortes anuais.

Nos últimos anos, foram implementadas algumas pesquisas na tentativa de caracterizar o perfil nutricional da população brasileira e os resultados apontam a coexistência de diferentes problemas alimentares e os danos que vêm causando ou pelo consumo insuficiente de alimentos – desnutrição - ou o seu consumo excessivo – sobrepeso e obesidade.

A Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN) de 1989 relatou que 24,6% dos adultos tinham sobrepeso e 8,3% eram obesos. Estudos mais recentes como a Pesquisa de Orçamentos familiares (POF 2002-2003) demonstraram que esta prevalência de sobrepeso e obesidade aumentou nos últimos anos, encontrando uma proporção de 50% nos homens e 53,1% nas mulheres acima de vinte anos.

Com relação ao perfil nutricional das crianças, em 1974 havia mais de quatro crianças desnutridas para cada indivíduo obeso e em 1989 eram duas desnutridas para uma criança obesa (Monteiro *et al*, 1995). Em adolescentes, Neutzling *et al.*, (2000), por meio da análise dos dados da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN-1989), encontraram uma prevalência de 7,6% de sobrepeso. Mais recentemente, comparando-se os dados do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), realizado em 1974/75, com os dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), de 1996/97, foi verificado um aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade de 4,1% para 13,9%, em crianças e adolescentes de seis a 18 anos, somente nas regiões Sudeste e Nordeste (Wang *et al*, 2002).

A crescente prevalência de obesidade em crianças tem sido associada à redução da prática de atividade física por este grupo que passa muitas horas assistindo à televisão, somada às mudanças no padrão alimentar, onde também se observou um aumento no consumo de alimentos processados, ricos em gorduras açúcar e sal e um baixo consumo de produtos lácteos, verduras e frutas (Olivares *et al*, 2004).

De acordo com o CONSEA (2004a), o crescimento e desenvolvimento saudáveis de crianças e adolescentes dependem, em grande medida, do acesso a ambientes socioculturais e afetivos que estimulem e possibilitem o desenvolvimento de suas habilidades e o alcance dos seus potenciais biológicos, psicológicos e sociais, e a relação que se estabelece com a alimentação se configura parte fundamental desse processo.

### **1.3- Educação nutricional:** estratégia para promoção de práticas alimentares saudáveis no contexto da segurança alimentar

A educação nutricional é apontada como importante estratégia de ação em Saúde Pública (Boog, 1997). Seu interesse no Brasil surgiu na década de quarenta, mas somente a partir dos anos noventa adquiriu maior status quando

em 1996 foi assinada a Declaração de Roma, na qual vários países se propuseram a estudar a implementação de políticas voltadas ao combate à fome, despertando o interesse a respeito das possíveis contribuições da educação nutricional para a consecução dessa meta (Boog, 2004a). É conceituada como

“... um conjunto de estratégias sistematizadas para impulsionar a cultura e a valorização da alimentação, concebidas no reconhecimento da necessidade de respeitar, mas também modificar crenças, valores, atitudes, representações, práticas, e relações sociais que se estabelecem em torno da alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, que atenda aos objetivos de saúde, prazer e convívio social” (Boog, 2004a, p.18).

A mesma autora ressalta que o incentivo à valorização da cultura alimentar e a valorização da produção local de alimentos são aspectos que dizem respeito diretamente à educação nutricional, uma vez que esses valores estão cada vez mais distantes das práticas alimentares atuais de crianças e adolescentes, muito voltadas para os produtos industrializados, na maioria das vezes menos saudáveis, ricos em gordura e geradores de muito lixo (Boog, 2004a).

Este conceito de educação nutricional além de explicitar a complexidade do fenômeno alimentar engloba os aspectos biológicos, psicológicos e sociais que interagem e determinam as práticas e o consumo de alimentos. Pensar a nutrição, a alimentação e o alimento de outra forma que não a partir dos aspectos biológicos da fisiologia foi durante muito tempo um comportamento negligenciado. Analisar as práticas alimentares, compreendidas como uma prática social implica o deslocamento de uma abordagem estritamente biológica e metabólica para uma compreensão antropológica e social (Rotenberg e De Vargas, 2004).

A alimentação transcende os limites da ciência da nutrição onde predomina a perspectiva positivista que, privilegiando aspectos mensuráveis, não incorpora na problemática de pesquisa as questões inerentes aos significados e

intencionalidade, impossibilitando estudá-la em sua natureza multidimensional, questão colocada assim por Edgar Morin:

“O que há de mais biológico – o sexo, o nascimento, a morte – é, também, o que há de mais impregnado em cultura. Nossas atividades biológicas mais elementares – comer, beber, defecar – estão estreitamente ligadas às normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja, ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades mais culturais – falar, cantar, dançar, andar, meditar, - põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos; portanto, o cérebro.” Morin, (2001, p.40).

Diversas organizações como escolas, creches, serviços sociais, empresas de refeições coletivas e a mídia poderiam assumir uma parcela da responsabilidade em desenvolver atividades educativas que favoreçam a saúde da população. Dentre esses, o setor educacional, dada sua abrangência, constitui-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis das crianças e adolescentes por meio da análise crítica de sua própria alimentação: as refeições domésticas, a merenda escolar, o lanche trazido de casa, a cantina. Para isso é preciso buscar estratégias para que a escola possa efetivamente contribuir na formação de cidadãos com autonomia e consciência crítica sobre sua alimentação, visando o consumo de alimentos mais saudáveis com a valorização da terra, dos alimentos naturais, da comensalidade, dos alimentos regionais.

Silva, (2000) ao estudar o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE no Brasil, nas décadas de 80 e 90, conclui, em seu artigo, que as escolas constituem locais ideais para a implementação de programas de educação nutricional por três motivos: a cobertura da rede escolar no Brasil alcança substancial parcela de crianças e adolescentes, as refeições distribuídas nas escolas podem oferecer aos alunos a oportunidade de consumir alimentos saudáveis e os professores podem receber treinamento para estimularem as crianças a melhorar suas práticas alimentares.

Vários autores têm formulado diversas propostas com as quais pretendem estruturar os diferentes fatores que influem sobre as práticas alimentares de crianças e jovens e as interações entre os mesmos (Pérez Rodrigo *et al*, 2004). Segundo estes autores, inicialmente, a família desempenha um papel importante no padrão de consumo das crianças, mas, posteriormente, na escola, seu meio social se diversifica, havendo maior influência extrafamiliar. Já na adolescência, os grupos de amigos e os meios de comunicação, principalmente a televisão, são os principais condicionantes na estruturação da sua dieta.

Segundo Rotenberg e De Vargas (2004), hoje, a construção do aprendizado em nutrição e alimentação humana acontece a partir de fontes diversas de informação como revistas, jornais, programas de rádio e televisão, informações muitas vezes referendadas pelo discurso acadêmico-científico, entretanto “a comida não é somente ingerida por razões nutricionais” e os condicionantes sócio-culturais da alimentação são poderosos e complexos (Contreras, 1993).

A formação das práticas alimentares ou do comportamento alimentar de indivíduos ou grupos é construído por interferências coletivas como mencionado anteriormente, mas a construção individual do comportamento alimentar perpassa por uma questão que é inerente ao ser humano: somos seres onívoros (Fischler, 1990), ou seja, somos portadores de autonomia, liberdade e adaptáveis a uma multiplicidade de alimentos. O onívoro necessita biologicamente de uma variedade de alimentos para obtenção de todos os nutrientes de que necessita, pois não consegue obtê-los de um só tipo de alimento. A um só tempo, o homem necessita de variedade e inovação alimentar vitais à sua sobrevivência, mas também de prudência e desconfiança, pois o alimento desconhecido pode ser um perigo à sua saúde. Na tentativa de resolver este conflito, esta tensão entre a necessidade de variedade alimentar e medo do novo, denominado por Fischler, (1990) de o Paradoxo do Onívoro, é que nascem, desenvolvem-se e evoluem as preferências e aversões alimentares, e o homem constrói seu comportamento alimentar.

O comportamento alimentar de um indivíduo ou grupo pode ser definido como

“... procedimentos relacionados às práticas alimentares de grupos humanos (o que se come, quanto, como, quando, onde e com quem se come; a seleção de alimentos e os aspectos referentes ao preparo da comida) associados a atributos sócio-culturais, ou seja, aos aspectos subjetivos individuais e coletivos relacionados ao comer e à comida (alimentos e preparações apropriadas para situações diversas, escolhas alimentares, combinação de alimentos, comida desejada e apreciada, valores atribuídos a alimentos e preparações e aquilo que pensamos que comemos ou que gostaríamos de ter comido)” (Garcia, 1999, p. 32).

Diante disso, pode-se compreender que estudar comportamentos e promover mudanças nas práticas alimentares de indivíduos, como no caso de escolares, com a ajuda da Educação Nutricional, é uma tarefa que demanda muito critério, uma vez que os gostos ou preferências alimentares são práticas construídas individual e coletivamente por mecanismos complexos, e a simples transmissão ou o maior conhecimento sobre nutrição de indivíduos ou grupos não necessariamente os fazem modificar suas práticas alimentares indesejáveis.

O resultado de uma recente pesquisa feita por Triches e Giugliani (2005) com escolares do Rio Grande do Sul mostrou que o nível de conhecimento em nutrição é maior nas crianças obesas, o que foi atribuído ao fato de elas possivelmente se interessarem mais ou serem mais passíveis de receber informações sobre o assunto, em função de seu perfil.

A educação nutricional deve, portanto, ir muito além de apenas promover conhecimentos em nutrição, sendo necessárias ações integradas que visem à saúde das crianças, envolvendo a participação das famílias, das escolas e comunidade. Mas, antes de passarem a abordar a nutrição e alimentação com os alunos de forma problematizadora, os professores, diretores e funcionários das escolas precisam compreender o fenômeno alimentar em sua complexidade e,

além disso, entender, questionar, problematizar o seu próprio comportamento alimentar. Segundo Boog (2004a), educar em alimentação implica também resgatar a dignidade, esperança e autoconfiança daqueles que se encontram excluídos e empobrecidos, com uma análise criteriosa sobre as formas de ajuda alimentar.

O tempo diariamente vivido por crianças, adolescentes, professores, merendeiras e demais funcionários, no espaço escolar, possibilita uma troca de vivências e aprendizados (Consea, 2004a), contribui para o desenvolvimento de atividades de educação nutricional que reforçam a capacidade de a escola se transformar em um local favorável para a promoção da saúde, por meio do empoderamento dos seus atores sociais (alunos, professores, diretores e funcionários) e de sua participação na identificação e análise crítica de suas práticas alimentares, visando à elaboração de estratégias de ação que busquem a transformação e melhoria da sua alimentação cotidiana.

Os professores são responsáveis por construir conhecimentos, atuar como modelo de comportamento, e favorecer o compartilhamento de experiências e opiniões (Davanço *et al*, 2004), podendo ser considerados sujeitos fundamentais na promoção da saúde escolar. Entender o que eles pensam sobre a sua própria alimentação, alimentação dos alunos e alimentação escolar são objetivos desta pesquisa que pretende contribuir para o planejamento de programas de alimentação e educação nutricional nas escolas. Bicudo-Pereira *et al.*, (2003) investigaram a inserção do professor no contexto de propostas e projetos de Escolas Promotoras da Saúde e mostraram que estes projetos estão ainda centrados nos alunos e o professor tem um papel meramente operacional. Segundo essas autoras, o professor merece ocupar um lugar melhor definido nas propostas e ações das Escolas Promotoras da Saúde, considerando que ele tem na escola seu ambiente de trabalho, local onde também se configura o processo saúde-doença do trabalhador. Além disso, a realidade nos mostra que são eles, os professores, que realizam os trabalhos de educação nutricional voltados para a saúde nas escolas, e, neste contexto, suas representações sobre o tema vão interferir no processo educativo.

Entre as propostas prioritárias, aprovadas na 2.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea, 2004b), para a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, foram destacadas aquelas que chamaram mais atenção pela responsabilidade que conferem à educação nutricional como medida estratégica para a promoção da alimentação saudável e valorização da cultura alimentar, ambas voltadas à segurança alimentar e nutricional:

- promover campanhas educativas de valorização dos produtos e hábitos alimentares locais/regionais.
- ampliar e fomentar as ações de educação nutricional e de promoção de modos de vida saudáveis, garantindo a plena implementação das leis das políticas sociais em todas as fases do ciclo de vida.
- promover práticas e estilos de vida saudáveis em espaços estratégicos para a SAN, contemplando todos os grupos populacionais, seguindo as diretrizes globais da Organização Mundial da Saúde (OMS) que incluem o estímulo ao consumo de hortaliças e frutas in natura; o incentivo à educação nutricional; a promoção da atividade física e de práticas alimentares saudáveis na comunidade; e a atenção básica à saúde nas escolas de ensino fundamental e ensino médio.
- promover alimentação saudável, culturalmente referenciada por ações educativas, introduzindo no sistema curricular do ensino infantil, fundamental e médio a Segurança Alimentar e Nutricional como tema transversal, enfatizando os aspectos referentes à cultura alimentar, valorizando-os a partir do resgate de hábitos alimentares, produtos e espécies historicamente inseridas nos sistemas alimentares locais/regionais.

- estimular iniciativas interdisciplinares de pesquisa, promovendo estudos que possibilitem a identificação e conhecimento das culturas alimentares das diversas regiões e etnias.
- melhorar a qualidade nutricional da alimentação escolar, tornando-a mais saudável, levando em consideração os hábitos alimentares regionais, garantindo a aquisição de frutas, legumes e hortaliças da produção local.
- estender a Educação Alimentar e Nutricional a todas as escolas públicas e privadas, criando projetos permanentes, mediante apoio técnico e operacional, para o desenvolvimento extracurricular de hortas, pomares e farmácia viva, em parceria com a sociedade civil governamental e não-governamental (Consea, 2004b).

Essas propostas apontam a escola como espaço privilegiado e estratégico para ampliação do acesso à informação sobre saúde e nutrição, bem como para a construção de habilidades e competências fundamentais pelos estudantes, como a autonomia e capacidade decisória (Consea, 2004a) Essa visão de abordagem educativa, baseia-se na perspectiva do *empowerment* compreendido por Buss (2000) como essencial nas iniciativas de promoção da saúde, uma vez que este poder de comando favorece o desenvolvimento do conhecimento e capacita indivíduos e comunidades para saber escolher e tomar as melhores decisões sobre a sua saúde. Neste sentido, a escola, além da sua função pedagógica específica, tem também uma função social e política voltada à transformação da sociedade para o exercício da cidadania e para o acesso às oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem sendo uma instituição onde o ser humano passa longa e importante etapa da sua vida (Brasil, 2002).

Estas são razões importantes e que justificam o ambiente escolar como local estratégico para projetos de promoção da saúde, uma vez que ações voltadas à aquisição de práticas alimentares saudáveis e que estimulam a prática do exercício físico, desde as primeiras etapas da vida, têm grande efeito sobre a

saúde e o bem-estar não só na infância e adolescência, mas também na fase adulta (Perez Rodrigo *et al*, 2004). Além disso, a escola vem sendo apontada como espaço estratégico para o desenvolvimento de projetos de promoção da saúde também em virtude da recente expansão da cobertura escolar para crianças maiores de cinco anos no país, propiciando aos escolares o acesso a informações sobre a saúde na própria escola (Bizzo e Leder, 2005).

O Programa de Alimentação Escolar (PNAE) pode contribuir substancialmente para o desenvolvimento de ações de educação nutricional oferecendo alimentos mais saudáveis e diversificados. Esta prática pode levar os alunos a conhecer e experimentar alimentos aos quais eles não têm acesso regularmente, seja por restrição financeira ou por não constituírem hábitos alimentares da família, possibilitando, assim, a incorporação de novos alimentos à sua dieta. Tendo em vista que a maioria dos alunos de uma escola localizada na zona rural moram nas imediações e têm suas famílias trabalhando na agricultura, o estímulo ao consumo de alimentos *in natura*, como frutas e hortaliças e o acesso a informações a respeito dos seus benefícios à saúde, pode ser feito mediante a maior presença desses alimentos no cardápio da merenda. Portanto, atividades que orientem o melhor aproveitamento dos alimentos produzidos na região e que incentivem o consumo dos mesmos, principalmente aqueles produzidos pelas próprias famílias, são pertinentes à educação nutricional e podem ser desenvolvidas pelas escolas. Essas atividades podem contribuir como estímulo para a produção de alimentos diversificados para o autoconsumo das famílias, mediante a construção de hortas e pomares nas chácaras e sítios onde moram. Além disso, no que tange à segurança alimentar e nutricional, os alimentos *in natura* tem um custo bem menor que os industrializados, principalmente aqueles obtidos em períodos de safra como no caso de muitas frutas.

Também seria importante valorizar o PNAE promovendo a participação dos alunos na escolha dos cardápios, quase sempre padronizados e “impostos” a eles, sem levar em consideração suas preferências, gostos e padrões culturais. Essa prática, somada às informações obtidas em sala de aula sobre o valor

nutricional dos alimentos, poderia proporcionar aos estudantes o desenvolvimento da autonomia e capacidade de decisão sobre sua alimentação, uma vez que esta deve ser entendida e valorizada por eles enquanto direito, com respaldo na Declaração dos Direitos Humanos e no artigo 208 da Constituição Federal de 1988 que reconhece a obrigação do Estado em garantir o direito à alimentação dos escolares.

Os parâmetros Curriculares Nacionais constituem o plano curricular oficial para o ensino fundamental brasileiro (Brasil, 1996) onde, além das disciplinas tradicionais, estão incluídos seis temas transversais: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo (Brasil, 1998). O tema alimentação e nutrição pode ser inserido enquanto tema transversal, uma vez que a promoção da saúde envolve também práticas alimentares saudáveis. Compreende-se que a alimentação pode ser trabalhada em sala de aula por todos os docentes, de forma transdisciplinar, valorizando o tema e estabelecendo conexões entre conteúdos específicos de sua disciplina (Boog, 2004a). A educação para o consumo pode ser um dos temas a serem explorados pelos professores na tentativa de despertar nos alunos uma visão mais crítica face às mensagens veiculadas pela mídia, porque eles são naturalmente os difusores de conhecimentos sobre alimentação e nutrição adquiridos na escola, levando-os até suas famílias, contribuindo para a formação de uma rede de informações entre escola e comunidade.

Entretanto, sabe-se que conhecer ou ter acesso a informações sobre o valor nutricional dos alimentos não implica necessariamente em mudança de comportamento alimentar. Se assim fosse muitos rejeitariam os alimentos do tipo *junk food* por conhecerem seus prejuízos à saúde e por serem inadequados nutricionalmente. As mudanças de comportamento alimentar devem ser conseqüências de um processo educativo que favoreça a reflexão do educando sobre os condicionantes biológicos, sociais e culturais que influenciam a construção desse comportamento nos indivíduos e na coletividade. Assim, ao considerarmos uma possível inserção da educação nutricional no ensino

fundamental, é preciso pensar numa abordagem pedagógica capaz de desenvolver uma visão crítica face à alimentação.

A pedagogia libertadora de Paulo Freire (Freire, 1983) pode se constituir uma referência básica aos educadores em nutrição, e por ser baseada no diálogo e na reflexão, pode proporcionar aos educandos perceberem-se criticamente, para que, ao refletirem sobre sua prática, atuem de forma consciente sobre ela, transformando-a.

Segundo Rodrigues e Boog, (2006) esta teoria é uma intervenção de educação voltada para a formação de valores, do prazer, da responsabilidade, da criticidade, do lúdico e da liberdade. A educação bancária opõe-se à problematizadora, pois se baseia no antidiálogo onde quem pensa é o professor e os alunos são meros depósitos de conhecimentos que o professor lhes impõe , tirando-lhes o direito de exercer seu potencial crítico, criativo e transformador para a libertação. A educação dialógica baseia-se na relação horizontal entre educadores e educandos, pois, quando dialogam, os interlocutores atuam e pensam como sujeitos críticos e permitem que outras pessoas também participem desse processo, possibilitando a superação da percepção mágica ou ingênua da realidade, que resultam em seu constante desvelamento para a transformação social (Gadotti, 1991).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), segundo Costa et al., (2001) é, dentre as diversas situações nas quais as atividades educativas em nutrição podem ocorrer, uma importante área de atuação para promover a saúde e possibilitar a construção de novos conhecimentos em nutrição. Partindo deste pressuposto, os educadores podem encontrar na cantina da escola um espaço pedagógico para discussão de vários temas de ensino que transitem da merenda para sala de aula, em via de mão dupla, e ainda contar com a participação de pais, professores, alunos e merendeira (Pipitone e Gandini, 2003).

#### **1.4- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

No Brasil, temos em vigência, entre as diversas políticas sociais, na área de alimentação e nutrição, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender crianças e adolescentes visando suprir 15 % das necessidades nutricionais diárias dos alunos durante o período de permanência nas escolas. Além disso, segundo o FNDE, o programa contribui para a melhoria da capacidade de aprendizagem, para a formação de bons hábitos alimentares, além de contribuir para a redução da evasão escolar.

Enquanto política pública, o PNAE, mais conhecido como merenda escolar, torna-se um direito dos escolares assegurado pela constituição de 1988 (Brasil, 1988).

O PNAE tem caráter universal e repassou em 2004 recursos para as escolas que deveriam atender aproximadamente, 37,8 milhões de crianças e adolescentes da rede pública e de escolas filantrópicas, ou seja, cerca de 21% da população brasileira

Das refeições servidas diariamente nas escolas públicas do país, uma parte é financiada pelo Governo Federal, e a outra é complementada com recursos das prefeituras e dos governos de estado. Apenas o orçamento da União para o PNAE soma mais de R\$ 1 bilhão (dado de 2004) (Manual de gestão..., 2005). O PNAE é direcionado aos alunos com idade entre zero e 14 anos matriculados na educação infantil (creches e pré-escolas) e no ensino fundamental (1ª a 8ª série) da rede pública e das escolas mantidas por Entidades filantrópicas, desde que estas Entidades estejam cadastradas no Censo Escolar e registradas no Conselho Nacional de Assistência Social.

De acordo com o CONSEA (2004a), essas ações permitem a melhoria das condições nutricionais e de saúde das crianças atendidas, bem como a formação de hábitos saudáveis, favorecendo as condições de aprendizagem e os processos de formação de habilidades e competências.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado no Brasil em 1954, no final do governo de Getúlio Vargas e vigora até hoje com continuidade pouco usual entre as políticas sociais do país (Ometto et al, 2003). O programa foi implementado em 1955, como Campanha da Merenda Escolar pela Comissão Nacional de Alimentos e, em 1979, passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar, como é conhecido hoje. Para facilitar a discussão, adotaremos na presente pesquisa, o termo merenda escolar como sinônimo do PNAE uma vez que o programa é assim conhecido pela população.

Pipitone e Gandini (2003), ao discutirem sobre a origem da merenda escolar, ressaltam que sua criação partiu de um esforço do médico nutrólogo Josué de Castro e de um grupo de discípulos, durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de resolver, a um só tempo, o fracasso escolar e os problemas nutricionais e alimentares dos escolares brasileiros, presumindo que uma criança bem alimentada na escola, passaria a influir favoravelmente na alimentação da família. Este pressuposto reflete bem o comportamento dos médicos e cientistas da nutrição e esta característica do Estado de se apropriar da tutela das famílias já que, nos termos da política da época, os problemas da fome e desnutrição ocorriam em função da ignorância dos pais sobre os preceitos da boa nutrição. Essas autoras ainda colocam que o equivocado e pretensioso objetivo da merenda escolar de melhorar as condições nutricionais e de aprendizagem dos escolares trouxeram graves conseqüências ao meio escolar e ao trabalho dos educadores brasileiros, que passaram a desenvolver uma atitude imobilista e até mesmo fatalista em relação ao desempenho escolar de crianças pobres ou desnutridas, talvez pelo fato de tais objetivos nunca terem sido comprovados ou alcançados. Assim, diferentes reações e opiniões podem ser vistas pelos educadores brasileiros quando se trata de merenda escolar: alguns rejeitam o programa por considerá-lo um desvio das atividades pedagógicas, outros o vêm como oneroso aos cofres da educação e há aqueles que o consideram política assistencialista.

Para Demo (2005), assistencialismo significa sempre o cultivo do problema social sob a aparência da ajuda, configurando estratégia de manutenção das desigualdades sociais, diferentemente da assistência que corresponde a um direito humano e, neste sentido, a despeito de ser julgada como um programa assistencialista e de ser um benefício do Estado para reter a criança na escola, e/ou melhorar seu rendimento escolar, a merenda deveria se configurar como um direito garantido à criança que permanece na escola, em média, quatro horas por dia, de receber alimentação para suplementar suas necessidades nutricionais nesse período (Pipitone e Gandini, 2003). Segundo Demo (2005), em todas as sociedades admite-se a coexistência de grupos populacionais que não se auto-sustentam, cabendo ao Estado a obrigação de assisti-los por direito de cidadania. É o caso de crianças e adolescentes, principalmente os que são vítimas da pobreza material, estigmatizados pela dificuldade de sustentação, ou seja, pobres. Não se pode esquecer que políticas sociais como a merenda escolar servem para amenizar os agravantes de uma situação de desigualdade social, que se traduz por pobreza. Mas, a solução dos problemas nutricionais e alimentares só ocorrerão em função de outras políticas sociais, não naquelas de caráter assistencialista, mas nas de ordem econômica de redistribuição de renda voltadas à auto-sustentação, além de políticas na área de nutrição relacionadas à educação nutricional da população.

No ano de 1993, teve início o processo de descentralização administrativa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), diminuindo a atuação do Estado e estimulando a participação popular no conjunto das ações de gestão do programa (Pipitone *et al.*, 2003). Estes autores remetem alguns objetivos da descentralização do PNAE, tais como: a busca da regularidade do fornecimento da merenda, melhoria na qualidade das refeições, atendimento dos hábitos alimentares, diversificação da oferta de alimentos, incentivo à economia local e regional, diminuição dos custos operacionais e estímulo à participação da comunidade local na execução e controle do Programa.

Para Pipitone e Gandini (2003), a descentralização pode ser vista como um avanço para o Programa da merenda, uma vez que nos textos legais que deliberam sobre sua descentralização (Lei 8.913/94) não há associação entre o programa e o rendimento escolar ou os índices de desnutrição das crianças em idade escolar.

Além disso, os objetivos da descentralização parecem apontar um novo horizonte para o programa, uma vez que prevê a participação da população na sua gestão, o que ocorreu mediante a instituição legal dos Conselhos de Alimentação Escolar que tem como função, além do maior controle social na fiscalização, execução e controle do programa, a prerrogativa de interferir nas decisões de compra de produtos e na composição dos cardápios (Pipitone et al, 2003).

Cabe aos estados e municípios instituir os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) que devem ser compostos por sete representantes: um representante do Poder Executivo, um do Legislativo, dois representantes dos professores, dois de pais de alunos e um representante de outro segmento da sociedade (Domene, 2004).

Diversas pesquisas têm sido realizadas para avaliar a alimentação fornecida nas escolas sob diferentes aspectos. Marchioni e Zacarelli, (1999), Façanha *et al.*, (2002); Silva *et al.*, (2003) entre outros realizaram pesquisas para verificar a qualidade higiênico-sanitária da merenda escolar, avaliando condições de higiene ambiental, operacional e pessoal dos manipuladores das mesmas. Os resultados dessas pesquisas demonstram que na maioria das escolas, não há boa qualidade higiênico-sanitária no preparo e distribuição da merenda. Para melhorar essa qualidade, recomenda-se cursos para treinamento das merendeiras nos cuidados com a higiene ambiental e pessoal e na confecção da merenda para resguardar a saúde das crianças beneficiadas pelo programa.

Em estudos sobre a alimentação na escola, como forma de atender às recomendações nutricionais, Salay e Carvalho (1998), ao avaliarem a merenda em escolas do município de Campinas, Estado de São Paulo, mostraram que os

valores de adequação se revelaram, para a maioria do grupo, inferiores ao recomendado para energia e proteínas. Em outras pesquisas, com este mesmo objetivo, Mazzilli (1987), Silva (1996) e Stefanini (1998) demonstraram que a contribuição da merenda para as necessidades diárias de proteína, energia e ferro estavam abaixo da recomendação. Esses resultados mostram a necessidade de se corrigirem falhas no conteúdo nutricional da merenda, suplemento de real importância na alimentação do grupo-alvo ao qual se destina. Ometto et al., (2003), analisando os custos mensais com o PNAE em 1378 municípios brasileiros, mostraram que o dispêndio diário médio com a alimentação escolar é de R\$ 0,32 por aluno, e ressaltaram a necessidade de um aprofundamento na análise, levando em consideração a qualidade da merenda.

O objetivo dessa pesquisa não é avaliar diretamente o Programa da Merenda Escolar, mas mantê-lo como pano de fundo para compreender, de modo geral, o que os atores sociais pensam sobre a alimentação na escola onde estudam ou trabalham. É importante que a escola tenha e facilite o acesso a um programa prescrito, uma vez que a principal forma de alimentação das crianças está neste espaço, principalmente em se tratando das escolas públicas do município estudado, onde não há cantina por causa de uma lei municipal que proíbe a venda de qualquer produto.

Durante o levantamento bibliográfico sobre alimentação escolar, foram encontrados diversos artigos relacionados ao PNAE, mas como o objetivo desse trabalho não é analisar diretamente o programa, optou-se por utilizar aqueles que estavam em maior consonância com a pesquisa e relacionar outros, também importantes que não foram usados para não prolongar essa discussão ou desviá-la do foco principal. Os artigos foram reunidos em categorias para melhor visualização e entendimento global.

**Quadro 1- Artigos relacionados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR (ES)</b>	<b>ANO</b>
Avaliação do PNAE	Municipalização do Programa de Merenda Escolar em Piracicaba – SP.	STURION, G L; SILVA, MV.	1985
	Municipalização do Programa de Merenda Escolar no estado de São Paulo, Brasil.	SILVA, MV.	1988
	Alimentação escolar: da centralização à descentralização. [Dissertação]	SPINELLI, MAS.	1988
	Merenda escolar: perspectiva para os anos 90	SILVA, MV.	1991
	Administração de programas de merenda escolar.	SILVA, MV; PIPITONE, MAP.	1994
	Avaliação do programa de merenda escolar do Município de Campinas, Brasil.	SALAY, E; CARVALHO, JF.	1995
	Análise do Programa de Merenda Escolar em Campinas.	VIANNA, RPT; TERESO, MJA.	1997
	Alimentação na escola: alcance e limitações.	SILVA, MV.	1999
	O programa 5S's adaptado ao gerenciamento da alimentação escolar no contexto da descentralização	COELHO, AIM, CAMPOS, MTFS, SILVA, RR, MACEDO, DS, LIMA, LS, SILVA, DF.	1999
	O programa da merenda escolar de Campinas: análise do alcance e limitações do abastecimento regional.	VIANNA, RPT ; TERESO, MJA.	2000

	Programa de alimentação escolar no Brasil: limitações e evolução nas décadas de 80 e 90.	SILVA, MV.	2000
	O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995).	SPINELLI, MAS; CANESQUI, AM.	2002
	Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar.	PIPITONE, MAP;OMETTO, AMH;SILVA, MV; STURION, GL; FURTUOSO, MCO; OETTERER, M.	2003
	Programa nacional de alimentação escolar: principais componentes dos custos e seus determinantes.	OMETTO, AM H; STURION, GL; SILVA, MV; FURTUOSO, MCO; PIPITONE, MAP.	2003
	Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores.	PIPITONE, MAP; GANDINI, RPC.	2003
	Descentralização do Programa de Alimentação Escolar em Cuiabá: 1993-1996.	SPINELLI, MAS. CANESQUI, AM.	2004
	Merenda escolar: municipalização e atribuições do nutricionista	ANDRADE, FF; FERRO, VC; SILVA, VG; FALCÃO, MC.	2004
	Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004 [Dissertação de Mestrado]	STOLARSKI, MC	2005
	O programa nacional de alimentação escolar como uma política pública: o caso de Campinas/SP.	NOGUEIRA, RM.	2005

Avaliação do estado nutricional e adequação da merenda escolar às necessidades nutricionais dos escolares	A merenda no dia alimentar de crianças matriculadas em Centros de Educação e Alimentação do Pré-Escolar.	MAZZILLI, RN.	1987
	O uso do ácido ascórbico no controle da deficiência de ferro utilizando a estrutura do programa de merenda escolar.	CÉSAR, AT.	1990
	Dieta consumida por pré-escolares em centros infantis: avaliação em dois CI's da Prefeitura do Município de Campinas, SP.	LOPES FILHO, JD.	1992
	Estado nutricional de crianças ingressantes na Escola Estadual de 1º e 2º graus "Rodrigues Alves" da cidade de São Paulo.	UCHIMURA, TT; SILVA, MV; CASTRO, VMF.	1992
	Alimentação de pré-escolares freqüentadores de instituições públicas de Florianópolis/SC: análise das dietas oferecidas.	CORSO, ACT; BATISTA, SMD; MELLO, ASO; LIMA, JC; FRANCO, J; CASTELLANO, P.	1993
	Contribuição do programa de merenda escolar - Ciclo Básico - para as recomendações nutricionais de escolares.	SILVA, MV.	1995
	.Estado nutricional de escolares matriculados em centros integrados de educação pública - CIEP'S. [Tese de Doutorado].	SILVA, M.V	1996
	Contribuição da merenda escolar para o aporte de energia e nutrientes de escolares do ciclo básico.	SILVA, MV.	1996
	A trajetória do Programa de Merenda Escolar (1954-1994) e o estado nutricional de crianças brasileiras.	SILVA, MV.	1996
	Cariogenicidade da Merenda Escolar.	NABUT, N; URSI, WJS.	1997

	Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. Tese de Doutorado.	STEFANINI, MLR	1997
	O papel da merenda na alimentação diária dos ingressantes do primeiro grau das escolas municipais de São Paulo. [Dissertação].	OLIVEIRA, J.	1997
	Alimentação na escola como forma de atender às recomendações nutricionais dos alunos dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS).	SILVA, MV.	1998
	Estado nutricional de Escolares e seu acesso a programas sociais em dez municípios brasileiros.	SILVA, MV; STURION, GL; PIPITONE, MAP; OMETTO, AMH; STURION, GL; FURTUOSO, MCO.	2002
	Nível de desnutrição das crianças que recebem merenda escolar na rede municipal de ensino da cidade de Meruoca, Ceará.	MONTE, ALS; FERREIRA, SHF; FERREIRA, NDL; DIAS, GL; ALVES, TM.	2003
	Hábitos alimentares de escolares (1ª e 2ª séries) durante a merenda escolar em escolas públicas de São Paulo, SP	DAVANÇO, G M; TADDEI, JAAC; GAGLIANONE, CP; COLUGNATI, F A B.	2004
Avaliação higiênico-sanitária da merenda escolar	Aflatoxina M1 em leite em pó, distribuído pelo Programa de Alimentação Escolar no município de São Paulo, SP.	OLIVEIRA, CAF.	1994
	Modelagem e otimização de propriedades nutricionais e sensoriais de misturas protéicas através da metodologia estatística de superfície de resposta.	CASTRO, IA.	1999

	Avaliação da garantia da qualidade higiênico-sanitária do programa de alimentação escolar da cidade de Sobral – CE.	FAÇANHA, SHF; FERREIRA, NDL; MONTE, LS; PONTES, AR.	2002
	Merenda escolar: levantamento das condições higiênico-sanitárias dos locais de preparação e dos manipuladores em escolas da rede estadual de ensino de São Paulo, SP, Brasil. Dissertação de Mestrado	SILVA, CÉLIA da	2002
	Avaliação dos alimentos cárneos servidos no programa de alimentação escolar de um município da grande São Paulo: ênfase nos aspectos de tempo e temperatura.	OLIVEIRA, ACB; GERMANO, PML; GERMANO, MIS.	2004
	Hortaliças minimamente processadas: análises de viabilidade para o atendimento nutricional de escolares.	SANCHES, M.; SILVA, MV.	2005
Merenda escolar e educação	O cardápio das merendas escolares como fator educacional: a experiência do PROAPE.	CARVALHO, LE.	1980
	Educação nutricional na escola do primeiro grau: uma proposição para Pernambuco (BRASIL).	LIMA <i>et al.</i>	1986
	Programa de alimentação escolar; espaço de aprendizagem e produção de conhecimento.	COSTA, EQ; RIBEIRO VMB. RIBEIRO, ECO.	1991
	Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores.	PIPITONE, MAP, GANDINI, RPC.	2003

	Cantinas escolares e merenda escolar: convivência possível?	SILVA, MV; PIPITONE, MAP.	1994
	Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança ao ato pedagógico?	ABREU, M.	1995
	Aprofundando a discussão das relações entre desnutrição, fracasso escolar e merenda.	MOYSÉS, MAF; COLLARES, CAL.	1995
	Notas sobre o programa de alimentação escolar como objeto de pesquisa.	PIPITONE, MAP.	1999
	Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento.	COSTA, EQ; RIBEIRO, VMB; RIBEIRO, ECO.	2001
Aceitabilidade da merenda escolar	Avaliação da aceitação e preferências de cardápios do Programa de Merenda Escolar em escolas municipais do ensino fundamental da cidade de Campinas [dissertação].	BRANDÃO TM.	2000
	Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental.	MARTINS, RCB; MEDEIROS, MAT; RAGONHA, GM; OLBI, JH; SEGATI, EP; OSELE, MR.	2004
	Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil.	STURION, GL; OMETTO, AMH; SILVA, MV; PIPITONE, MAP; FURTUOSO, MCO.	2005

	A prática do programa de alimentação escolar do município de Ribeirão Preto mediante a percepção dos usuários.	VIEIRA, MNM	1997
	Alimentação balanceada: uma proposta alternativa para merenda escolar.	GARIB, CC	2002
Merenda escolar e promoção da saúde	Merenda escolar e promoção de saúde.	CAMPOS, JADB; ZUANON, ACC	2004

Todas essas pesquisas são muito importantes para o estudo da alimentação escolar, mas segundo Costa et al., (2001), o PNAE tem sido visto por muitos, nas áreas de educação e saúde, apenas na sua dimensão assistencial, obscurecendo suas possibilidades educativas.

Em outro estudo, a mesma autora, ao avaliar o consumo de merenda escolar e sua contribuição na dieta dos alunos da rede pública, no estado de São Paulo, constatou que as refeições servidas em todas as escolas apresentavam baixa quantidade de hortaliças e ausência total de frutas no cardápio.

Uma pesquisa realizada no município de Santos, estado de São Paulo, sobre a composição dos cardápios da merenda escolar, demonstrou que, em dois dias da semana, a merenda era composta de lanches e refrescos artificiais e nos outros dias eram servidas refeições completas, mas com ausência de verduras: fato atribuído pelo autor a uma provável inexistência de hábito desses escolares de consumir esse tipo de alimento ou pelo tempo que é despendido para o seu preparo (Oliveira, 1997).

Na tentativa de elucidar algumas questões referentes ao modo como a comunidade escolar concebe a sua alimentação, esse trabalho pretende pesquisar os sentidos e as significações que os atores sociais de uma escola dão à sua

alimentação e à alimentação escolar, suas expectativas, opiniões, práticas, normas e representações, visando obter dados que contribuam para a elaboração de políticas públicas de alimentação e educação nutricional nas escolas. Para isso será utilizado o método de pesquisa qualitativa.

A desarticulação existente entre a formulação de políticas sociais e as necessidades reais da população implica em ações verticais do governo, baseadas em dados quantitativos que, ao desconsiderarem a subjetividade que permeia as práticas sociais, reduzem o fenômeno alimentar a um objeto muito biológico e psicológico excluindo sua dimensão sócio-cultural. A participação da comunidade na tomada de decisões é importante para a satisfação de seus próprios interesses, valorização da cultura e necessidades locais e, além disso, ela “é condição indispensável para a viabilidade e efetividade das políticas públicas” (Buss, 2000).

### **1.5- A complexidade do fenômeno alimentar**

A alimentação é um fenômeno extremamente complexo e vital à existência humana. O homem necessita de uma alimentação que contenha todos os nutrientes necessários à manutenção dos seus processos vitais, mas o alimento não é ingerido apenas por razões nutricionais. Há muito tempo os antropólogos afirmam que comer envolve uma série de fatores de ordem sócio-cultural e apresenta diferentes significados em distintos grupos sociais. Para Fischler (1990), o homem tem uma necessidade constante de pensar a sua alimentação, de racionalizá-la. O ato de comer é recheado de idéias e significados e envolve escolha, seleção, preparo, ocasiões e rituais, ou seja, para serem comidos ou comestíveis, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados, e tudo isso envolve cultura (Canesqui e Garcia, 2005).

A construção do comportamento alimentar do homem, ou de suas práticas alimentares, são, portanto, parte integrante da totalidade da cultura, construídas socialmente, desde as primeiras etapas da vida sob a influência de

diferentes condicionantes de ordem biológica, psicológica e cultural. Foi adotado, neste trabalho, o conceito de cultura de Edgar Morin:

“A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social” (MORIN, 1999 p. 56).

Poulain (2004) destaca que a primeira característica comum aos “comensais” humanos é a instalação de um sistema de classificação dos alimentos, ou seja, separam o comestível do não comestível dentro de um grande conjunto de produtos que apresentam características nutricionais, escolhendo dentre estes, aqueles que irão dentro da sua cultura ser considerados alimentos.

Se escolhêssemos o que é comestível mediante a adoção de um critério de classificação somente nutricional, um número bastante grande de produtos naturais ou não poderiam ser considerados alimentos como é o caso dos gafanhotos, das baratas, do cachorro e do gato, das cobras e de outros. Alguns destes alimentos até podem, para certas culturas, pertencer ao grupo de alimentos considerados comestíveis, mas provavelmente muitos deles despertem repugnância em certas pessoas quando os concebem como alimentos. Isso deixa claro que as qualidades nutricionais são necessárias, mas não suficientes para transformar um produto nutritivo em alimento.

A cinofagia, ou seja, o consumo da carne de cão exemplifica muito bem este sistema classificatório de alimentos. Em algumas culturas, como as dos povos asiáticos, essa prática é comum, mas em contrapartida provoca em nós, ocidentais, profunda indignação. Isso porque para os ocidentais o cão “é o melhor amigo do homem”, “seu mais fiel companheiro” sendo este comumente tratado como membro das famílias que os criam. É então por esta proximidade que se explicaria a proibição alimentar da carne de cão nas sociedades ocidentais (Poulain, 2004):

“Ao estabelecer no interior do nutritivo a distinção entre o comestível e o não comestível, o valor social investido cria o alimento no sentido cultural e ordena os alimentos numa hierarquia que transcende os gostos subjetivos individuais e se afirma como um valor cultural partilhado pelo conjunto do grupo (KALANI, 1992, p.157 apud Poulain, 2004)”

Outro aspecto que leva as pessoas a pensarem sobre o caráter sócio-cultural da alimentação é a observação de como os grupos sociais constroem suas relações em torno da comida. Contreras (1993) ressalta que a comida constitui um meio universal para expressar sociabilidade e hospitalidade em todas as culturas e classes sociais, e o ato de compartilhar a comida indica certo grau de compatibilidade e aceitação nos diversos grupos sociais, podendo expressar diferentes formas de relações, tais como: parentesco, amizade, gratidão, simpatia, identificação entre outros. Compartilhar dos mesmos hábitos ou preferências alimentares proporciona certo sentido de pertencer e se identificar, isso porque os alimentos são repletos de significado simbólico.

Os adolescentes, ao demonstrarem sua preferência pelos alimentos tipo *junk food*, afirmam seu pertencimento ao grupo, diferenciando-se dos adultos da mesma forma que podem se diferenciar pela forma de vestir ou falar. Para Lody (2004), a comida é então um lugar que define e aufere à pessoa o seu pertencimento, isto é, ter uma identidade e partilhar de um modelo que reúne ética, moral, hierarquia e definição de papéis sociais entre os indivíduos.

O ato de “comer junto” ou a comensalidade configura outro aspecto sócio-cultural da alimentação que, além de ser um ritual de vinculação social em que afirmamos nossa identidade comum com membros de uma família ou grupo (Jackson, 1999), é uma prática cotidiana que vincula saberes subjetivos através do alimento partilhado (Garcia, 1997).

O paradigma positivista, ainda vigente nos dias atuais, caracteriza-se por separar os conhecimentos oriundos de diferentes áreas do saber, promovendo cada vez mais a hiperespecialização dos conhecimentos. É notória essa

ocorrência nos muitos cursos de graduação da área biológica. Nas Ciências da Nutrição, houve a tentativa de delimitar seu espaço e seu objeto de estudo, separando o fato biológico do ato alimentar, mas isso promoveu o empobrecimento e a destituição de seu caráter sócio-cultural que ficou preso apenas aos aspectos nutricionais, passíveis de mensuração e, portanto, alheios à subjetividade inerente ao fenômeno alimentar, deixando muitas lacunas e muitas perguntas sem respostas.

Entender o fenômeno alimentar na sua subjetividade requer uma reflexão multidimensional, ou seja, implica em juntar seu condicionante biológico àqueles de natureza social e cultural, porque é, aí, nessa conjunção que se encontra este fenômeno tão complexo que é a alimentação humana.

“Buscar novos olhares e transitar por áreas de conhecimento que não são do próprio domínio e procurar a contextualização e a integração dos saberes faz parte do trajeto de estudos interdisciplinares que propiciem melhores condições de compreender o objeto de estudo e dão oportunidade a novos desafios” (Garcia, 2005, p. 275).

Esta pesquisa pretende compreender os significados e representações que os atores sociais de uma escola, mais especificamente professores e funcionários, conferem ao fenômeno alimentar, bem como os condicionantes que determinam seu comportamento alimentar.

Como já mostrado, muitas pesquisas têm avaliado os aspectos quantitativos da alimentação escolar sob diferentes ângulos, tais como sua qualidade, aceitação, preferências dos escolares, valor nutricional das refeições entre outros, e certamente muito contribuíram para melhorar sua qualidade ao longo dos anos. Porém, esses estudos não incorporaram entre seus objetivos a análise de como os indivíduos constroem, socialmente, diferentes comportamentos alimentares. Muitos aspectos de natureza subjetiva podem ajudar na compreensão de certas atitudes dos atores sociais de uma escola com relação à alimentação e o que pensam sobre ela. Ao levar em consideração a

subjetividade que permeia as práticas sociais dos sujeitos, as pesquisas qualitativas podem aproximar as políticas públicas das necessidades da população e assim contribuir para a busca da efetivação da participação das comunidades na tomada de decisões sobre suas reais necessidades, levando-as a um maior controle sobre sua vida e saúde.

## ***2- OBJETIVOS***



## **2.1- Objetivo geral**

Identificar e analisar práticas, normas, opiniões, atitudes e representações relacionadas à alimentação/alimentação escolar, junto aos atores sociais da escola.

## **2.2- Objetivos específicos**

- Avaliar a percepção da alimentação escolar pelos professores e funcionários da escola.
- Compreender a percepção dos professores sobre alimentação saudável e a escola como promotora da saúde na perspectiva local.
- Caracterizar o consumo alimentar dos professores da escola.
- Identificar os problemas vivenciados diariamente pelos atores sociais da escola em relação à alimentação escolar.



### ***3- MÉTODO***



O método empregado foi o da pesquisa qualitativa, “pois este tem por objetivo entender/interpretar os sentidos e as significações que os sujeitos estudados dão aos fenômenos em foco” (Turato, 2003), neste caso, o fenômeno alimentar. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando, assim, com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, privilegiando um espaço mais profundo nas relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Como essas características da pesquisa qualitativa visam privilegiar o significado e a subjetividade dos fatos, optou-se por este método, uma vez que é objetivo desse estudo identificar e analisar práticas, normas, opiniões, atitudes e representações relacionadas à alimentação/alimentação escolar, junto aos atores sociais da escola.

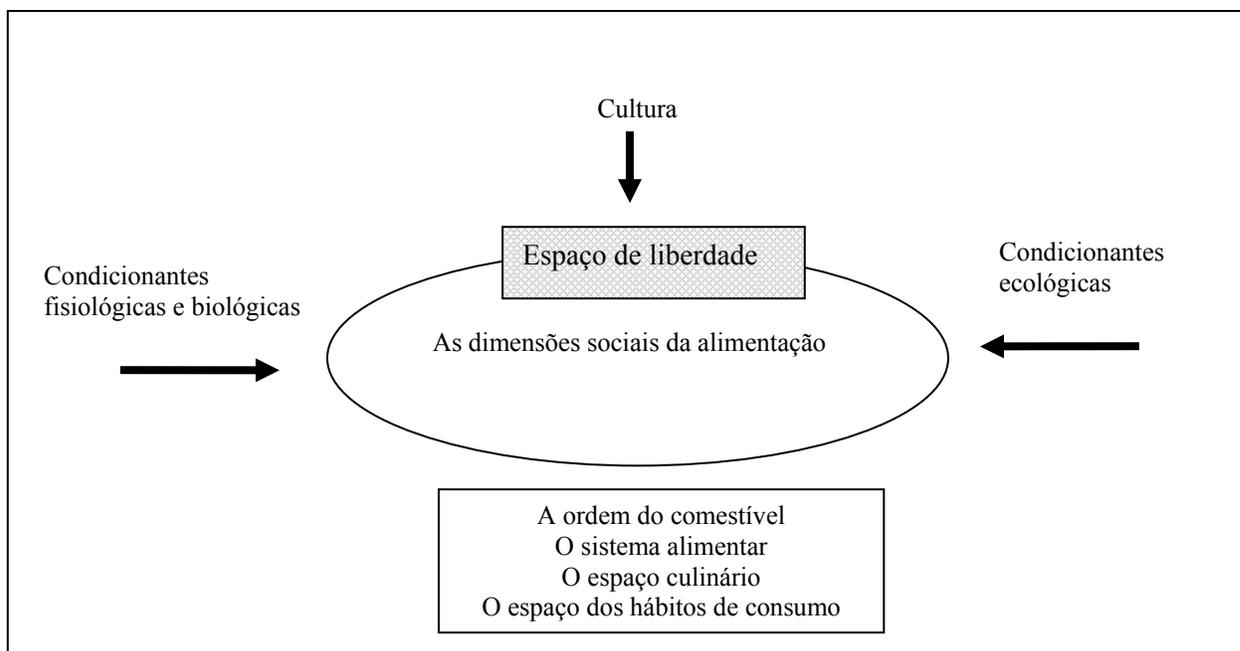
O fenômeno alimentar caracteriza-se por ser complexo, multidimensional e articulador dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais que se interagem para determinar escolhas individuais ou coletivas, sendo, assim, impossível reduzir o comportamento alimentar a só uma destas dimensões.

Por ser a alimentação humana o objeto desse estudo, tomou-se como referencial teórico, para coleta de dados, o modelo metodológico de Poulain e Proença (2003a). Este modelo que utiliza o conceito de espaço social alimentar delimita as dimensões sociais da alimentação, sendo assim, permite que se trabalhe, respeitando o princípio da autonomia do social sobre o fenômeno alimentar: um objeto sociológico reconhecido pelo universo disciplinar da sociologia.

A expressão espaço social alimentar é um objeto sociológico total no sentido Maussiano do termo e foi elaborado a partir do conceito de espaço social de (Condominas 1980, apud Poulain e Proença 2003a) que coloca em um sistema de relações o social, o biológico e o ecológico. O espaço social alimentar corresponde “à zona de liberdade dada aos ‘comedores’ humanos por uma dupla série de condicionantes materiais: de um lado, pelas condicionantes biológicas e

de outro, pelas condicionantes ecológicas do biótopo nas quais esses ‘comedores’ estão instalados”. Isto significa que as escolhas alimentares ou a construção do comportamento alimentar humano está condicionada de um lado, pelo biológico, ou seja, pela necessidade fisiológica, inerente ao ser humano, de um mínimo de uma variedade de alimentos, para obtenção de todos nutrientes de que necessita, e de outro lado, estão as condicionantes ecológicas, relacionadas com as pressões do meio natural, tais como: disponibilidade de recursos, sazonalidade e o clima que o meio oferece. Entre essas duas condicionantes materiais (a biológica e a ecológica), surge o espaço social alimentar que corresponde à liberdade dos seres humanos em construir seu comportamento alimentar mediado pela cultura.

Esses autores definem, ainda, seis dimensões do espaço social alimentar articuladas entre si: o espaço do comestível, o sistema alimentar, o espaço do culinário, o espaço dos hábitos de consumo, a temporalidade alimentar e o espaço de diferenciação social. O *espaço do comestível* refere-se ao campo das escolhas operadas pelo indivíduo ou grupo, relativas aos produtos vegetais e animais que o ambiente oferece; o *sistema alimentar* corresponde ao conjunto de estruturas tecnológicas e sociais utilizadas para a produção e transformação dos alimentos; o *espaço do culinário* refere-se tanto à concepção técnica da cozinha quanto aos rituais de identificação cultural dos grupos sociais neste espaço; o *espaço dos hábitos de consumo* envolve o conjunto de rituais que rodeia o ato alimentar, nos diferentes grupos sociais; a *temporalidade alimentar* inscreve a alimentação dentro de ciclos temporais definidos pela faixa etária dos indivíduos, ou marca o tipo de refeição socialmente apropriada para cada horário, trabalho, estação do ano entre outros aspectos determinantes de um modo de vida; e o *espaço de diferenciação social* que desenha as características de grupos sociais por meio da alimentação. Essas múltiplas dimensões da alimentação possibilitam conceitos sobre suas interações com o biológico e o cultural para estudo das práticas alimentares

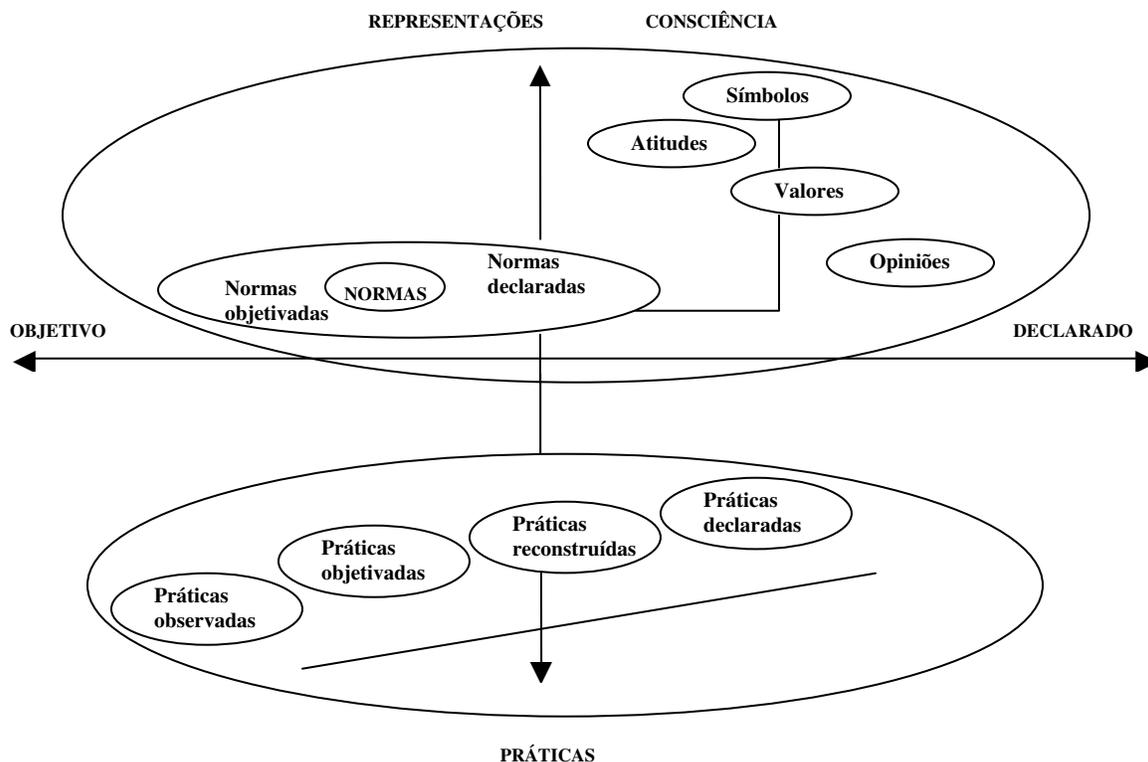


**Figura 1- O espaço social alimentar**

Fonte: Poulain e Proença (2003a)

Para descrição e compreensão do fenômeno alimentar, Poulain e Proença (2003b) ainda utilizam uma série de dados de naturezas distintas. Esses dados se distribuem sobre um *continuum* indo dos mais objetivos aos mais subjetivos. Em um pólo, estão às práticas que correspondem aos comportamentos realmente utilizados pelos comedores (práticas observadas, práticas objetivadas, práticas reconstruídas) e no outro pólo, suas normas, opiniões, valores, atitudes e representações presentes nos discursos dos sujeitos que acompanham, determinam ou justificam seus comportamentos (práticas declaradas).

A Figura 2, elaborada por Poulain e Proença (2003b), ilustra estes dois pólos e entre eles podem-se observar as diferentes categorias de dados que nos permitem descrever e compreender o fenómeno alimentar.



**Figura 2-** Os níveis do fato alimentar.

Fonte: Poulain e Proença (2003b)

### **3.1- Procedimentos metodológicos**

#### 3.1.1- Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada em Valinhos, município situado a 10 km de Campinas, 25 km da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e 90 km da capital do Estado de São Paulo. O município integra a Região Metropolitana de Campinas - RMC e também o Circuito das Frutas, criado pelo governo paulista para desenvolver o agroturismo na região. A cidade é conhecida como a Capital do Figo Roxo, cultura agrícola centenária que atraiu também o plantio de outras frutas nas pequenas propriedades rurais. Hoje, a goiaba disputa com o figo os números das safras. Valinhos produz ainda uva, morango, pêsego, caqui, manga, acerola, lichia, serigüela e carambola, entre outras variedades. (<http://www.valinhos.sp.gov.br>).

A fruticultura no município está ligada ao processo de reforma agrária ocorrido no início da década de 60 quando 72 famílias receberam do governo do estado glebas para atividade agrícola. Famílias inteiras trabalham hoje na fruticultura em bairros originados do processo da reforma agrária, ainda pertencentes à zona rural.

O estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Dona Carolina Sigrist, localizada no bairro Capivari, zona rural, distante 22 km do centro de Valinhos. A escola, considerada a mais carente da região em termos estruturais, conta com 12 professores, duas merendeiras, uma coordenadora pedagógica e uma assistente administrativa para atender 150 alunos, dos quais grande parte é filho de meeiro ou assalariado que trabalha nas plantações de figo, goiaba e morango e vive no mesmo bairro.

Observa-se que bairros com essas características são muito interessantes para o desenvolvimento de pesquisas sobre alimentação, uma vez que se pode articular a alimentação dos filhos dessas famílias tanto no âmbito doméstico quanto no escolar, principalmente pelo fato de as famílias inteiras,

inclusive os filhos, estarem envolvidos com a agricultura. Além disso, apesar de Valinhos estar próximo à Universidade Estadual de Campinas, não se encontrou nenhum trabalho sobre essa área nesse município.

### 3.1.2- Sujeitos

A pesquisa foi realizada com todos os professores, merendeiras e funcionários da escola Municipal Carolina Sigrist, localizada no bairro Capivari, município de Valinhos, SP, que concordaram em participar da pesquisa.

O critério para escolher o tamanho ideal de amostragem na pesquisa qualitativa não foi o numérico, mas, sim, o intencional, já que este privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer (MINAYO, 2000), permitindo definir a inclusão desses sujeitos na pesquisa, conforme seus interesses (TURATO, 2003). No caso do presente estudo, dele participaram todos os atores sociais da escola, exceto os alunos.

### 3.1.3- Critérios de Inclusão

Ser professor ou funcionário da Escola Municipal Carolina Sigrist e maior de dezoito anos.

## **3.2- Técnicas e instrumentos para coleta de dados**

Para a coleta de dados foram utilizadas as seguintes técnicas:

### 3.2.1- Diário de Campo

Caderno onde foram anotadas todas as observações e percepções do pesquisador durante a fase exploratória da pesquisa como: “observações sobre conversas informais, comportamentos, gestos ou expressões do entrevistado que tivesse relação com o tema da pesquisa” (Minayo, 2000),

### 3.2.2- Observação Participante

Para Lakatos e Marconi (1995), a observação participante é uma técnica utilizada para coleta de dados, na fase exploratória da pesquisa, como uma “tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, de modo que observador se torna membro do grupo dos observados e passa a vivenciar o que eles vivenciam e a trabalhar dentro do sistema de referência deles”.

A importância dessa técnica como coleta de dados, para Neto (1994), consiste no fato de possibilitar ao pesquisador captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio das entrevistas, pois, quando um fato social é observado diretamente, na sua própria realidade, no seu contexto, o resultado dessa observação não é real, mas imponderável e evasivo. Empregou-se a modalidade do Observador- como- Participante, que “trata-se de uma observação quase formal, em curto espaço de tempo e suas limitações advêm desse contato quase superficial” (Minayo, 2000, p.142), sendo esta técnica de observação, para Neto (1994), uma estratégia complementar às entrevistas.

A observação participante ocorreu no período que precedeu à realização da entrevista das entrevistas, ou seja, durante a fase de exploração do campo. Os horários da ida à escola eram sempre próximos à distribuição da merenda, uma ou duas vezes na semana: no período da manhã, entre 8h40 e 9h e, no período da tarde, entre 14h40 e 15h. A pesquisa teve como base a observação dos aspectos referentes ao preparo, distribuição e consumo da merenda pelas crianças, professores e funcionários e, nos períodos de permanência na escola, procurou-se conversar, de maneira informal, com os diversos atores sociais da escola, procurando notar em seus comportamentos, gestos e atitudes algo que pudesse enriquecer ainda mais o trabalho. Todos os atores sociais da escola foram muito receptivos, embora muitas vezes alguns questionamentos deixassem transparecer receio quanto aos objetivos da pesquisa e preservação da identidade.

### 3.2.3- Recordatório alimentar de 24 horas

A caracterização do consumo alimentar foi feita pelo método do recordatório alimentar que consiste no relato de todos os alimentos consumidos no período de 24 horas, desde a primeira até a última refeição realizada neste intervalo de tempo. Conforme Poulain e Proença, 2003b, são refeições: o café da manhã, o almoço e o jantar, já que são tomadas alimentares fortemente instituídas e sobre as quais pesam regras sociais claramente definidas. Já as tomadas alimentares, fora das refeições principais, como os lanches e aperitivos, consumos alimentares não codificados, que podem ser líquidos ou sólidos, são conhecidos pelo termo “lambiscar” ou “beliscar”. Por isso, no Apêndice 1 - Recordatório de 24 horas - não serão antecipadamente definidas as refeições a serem recordadas. Os recordatórios alimentares dos professores e funcionários foram realizados ao final das entrevistas e também registrados em gravador digital e posteriormente transcritos para análise.

### 3.2.4- Entrevista não-estruturada focalizada

Segundo Minayo (2000), o que torna a entrevista um instrumento privilegiado de coleta de informações, numa pesquisa qualitativa, “é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas, símbolos”; ao mesmo tempo, as maneiras de pensar, de sentir e atuar; de dar opiniões e mostrar sentimentos vai possibilitar ao pesquisador conhecer as representações de grupos determinados, em condições sócio-econômicas e culturais específicas. Na presente pesquisa, utilizou-se um modelo de entrevista denominado entrevista não-estruturada focalizada, na qual o entrevistador utiliza um roteiro de tópicos – Apêndice 2, relativos ao assunto que irá abordar tendo ele a liberdade de fazer as perguntas que quiser, não obedecendo a rigor a uma estrutura formal, podendo desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada (Lakatos e Marconi, 1995).

Este tipo de técnica promove maior interação entre pesquisador e sujeitos pesquisados, uma vez que permite ao pesquisador coletar informações de natureza objetiva e subjetiva através da fala dos sujeitos. Para May (2004), a entrevista focalizada exige que o pesquisador tenha em mente uma meta ao conduzir a entrevista, mas, por sua vez, o sujeito entrevistado fica mais livre para falar sobre o assunto abordado, o que torna este método de entrevista mais flexível em busca da descoberta dos significados; já o método padronizado limita as respostas por ter um esquema pré-estabelecido. As entrevistas foram registradas em gravador digital e posteriormente transcritas, permitindo, de acordo com (Ludke e André 1986), que o entrevistador fique mais livre para prestar atenção no sujeito entrevistado. Segundo Minayo:

*“... o que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de dados para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições histórica, sócio-econômicas e culturais específicas”*  
(Minayo 2000, p. 110).

As entrevistas foram realizadas individualmente na própria escola, nas salas de aula, na sala dos professores ou da orientadora pedagógica, nos horários de trabalho pedagógico contínuo - HTPC de cada professor com a autorização da orientadora pedagógica. O período de realização das entrevistas foi longo, de fevereiro a junho de 2006, por causa dos horários reduzidos de HTPC dos professores. Cada professor era entrevistado uma vez por semana e sempre entre 11h50 e 12h50 ou entre 11h e 11h50, ou seja, no mesmo horário que os professores e funcionários utilizavam para almoçar. Somente um professor recusou-se a ser entrevistado. Apesar de a pesquisadora tê-lo abordado mais de uma vez, sempre alegou falta de tempo, e o fato foi confirmado, uma vez que este não tinha horário de HTPC na escola, devido a sua elevada carga horária em outras escolas distantes desta onde foi realizada a pesquisa.

Na presente pesquisa, os dados foram coletados, respeitando as diferentes naturezas das práticas alimentares, conforme apresentado no quadro 2 a seguir:

**Quadro 2-** Etapas da coleta de dados

<b><i>Níveis do fato social alimentar</i></b>	<b><i>Técnicas e instrumentos</i></b>	<b><i>Sujeitos</i></b>	<b><i>Local</i></b>	<b><i>Natureza dos dados</i></b>
<b>Práticas observadas</b>	Observação Participante	Professores, merendeiras, funcionários e alunos.	Escola Municipal Carolina Sigrist	Atitudes e práticas dos sujeitos durante as tomadas alimentares
<b>Práticas reconstruídas</b>	Recordatório alimentar de 24 horas	Professores, merendeira e funcionários.	Escola Municipal Carolina Sigrist	Caracterização do consumo alimentar.
<b>Práticas objetivadas</b>	Coleta documental	-	Prefeitura de Valinhos. Programa de Alimentação Escolar	Dados referentes às verbas disponíveis para os Programas de Alimentação Escolar
<b>Conteúdos subjetivos</b>	Entrevista não-estruturada focalizada	Professores, merendeira e funcionários.	Escola Municipal Carolina Sigrist	Dados de representação e sentido das condutas alimentares.

Fonte: Elaborado pelo autor

### **3.3- Análise dos dados**

#### **3.3.1- Tratamento dos dados qualitativos**

Para interpretação dos dados qualitativos, optou-se pelo método hermenêutico-dialético proposto por Minayo, (2000) que o apresenta como “um caminho do pensamento”, como uma via de encontro entre as ciências sociais e a filosofia.

Para Minayo (2000), a hermenêutica é a busca da compreensão do sentido que se pode dar à comunicação entre os seres humanos, destacando a mediação, o acordo e a unidade do sentido, enquanto a crítica dialética enfatiza a diferença, o contraste, o dissenso e a ruptura do sentido e os traz para o primeiro plano no tratamento dos dados. Essa mesma autora ainda considera que a união da hermenêutica com a dialética leva o intérprete a buscar o entendimento do texto, da fala e do depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação), ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico. Portanto este texto é a representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o pesquisador e o sujeito pesquisado são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo que as tensões e perturbações sociais” Para Minayo o método hermenêutico-dialético coloca a fala dos sujeito em seu contexto para a entendermos, a partir de seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida.

### 3.3.2- Análise das entrevistas

A técnica utilizada para análise dos dados das entrevistas foi a Análise de Conteúdo que para Minayo (2000) representa mais do que um procedimento técnico, pois ela faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais. A Análise de Conteúdo é assim definida por Bardin

“Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 1979 apud Minayo, 2000, p.199).

As entrevistas foram identificadas pela letra iniciais P - professor e F - funcionário da escola, seguidas do número correspondente a cada entrevista.

### 3.3.3- Categorização

Após a leitura exaustiva e repetitiva das transcrições das entrevistas, denominada por alguns autores de “leitura flutuante”, foram elaboradas quatro categorias. Bardin, (2004) define categorização como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Segundo Ludke e André (1986) leituras sucessivas do material devem ser feitas até chegar a uma espécie de “impregnação” do seu conteúdo, o que possibilita ao pesquisador dividir o material nos elementos que o compõem, sem perder de vista a relação destes elementos com todos os outros componentes. Os autores ressaltam, ainda, que a análise não deve se restringir ao conteúdo explícito das transcrições, devendo o pesquisador ir mais fundo na sua análise, desvelando o que está implícito, inclusive o “silêncio” e as dimensões contraditórias das falas dos sujeitos pesquisados.

### 3.3.4- Análise do conteúdo representacional

O conceito de representação social também foi utilizado como referencial teórico para análise das entrevistas. Segundo Moscovici, (1987), as representações sociais podem ser definidas como:

“... um corpo organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças as quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação...” (Moscovici, 1987, p.29).

Garcia, (1994) afirma que as representações sociais são uma forma de conhecimento do senso comum, elaborado e compartilhado socialmente e por isso a mediação privilegiada para sua compreensão é a linguagem (Minayo, 2000).

Minayo considera as representações sociais um material importante para a pesquisa social, uma vez que dizem respeito ao senso comum, idéias, imagens, concepções e visões de mundo que os atores sociais possuem sobre dada realidade sendo que elas não são necessariamente conscientes. As representações sociais são uma mistura de idéias das elites, das grandes massas e também das filosofias correntes e, por isso, nelas estão presentes elementos tanto da dominação quanto da resistência, tanto das contradições e conflitos como do conformismo.

### 3.3.5- Análise do recordatório alimentar 24 horas

O recordatório alimentar de 24 horas foi analisado com base nos em critérios baseados em Gambardella *et. al.*(1999) e desenvolvidos por Alves e Boog, (2004).

O consumo de alguns elementos essenciais foi analisado seguindo o critério da pirâmide de alimentos de Philippi e cols. (1999):

#### **1- Desjejum:**

- a) padrão - deve conter alimentos fonte de cálcio e de energia. A fonte de cálcio será representada por leite e seus substitutos e a fonte energética por pães e biscoitos, com ou sem acompanhamento;
- b) completo - deve conter alimentos fonte de cálcio, de energia e alimentos reguladores;
- c) incompleto - quaisquer outros alimentos que não contemplem as combinações anteriores;
- d) ausente - não comeu nada.

## **2- Almoço e jantar:**

- a) completo - refeições compostas por alimentos construtores, energéticos e reguladores, com presença obrigatória de hortaliças;
- b) incompleto - quando falta um ou mais dos componentes mencionados acima;
- c) ausente - não comeu nada.

### **3.4- Critérios éticos**

O estudo foi desenvolvido junto à Escola Municipal Carolina Sigrist de Valinhos-SP, cujo Diretor, assina a Folha de Rosto do processo enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP em 06/05/05 e aprovado em 28/06/05.

A pesquisa foi realizada segundo as determinações do Conselho Nacional de Saúde (Resoluções 196/96 e 251/97) que estabelece os regulamentos para pesquisas que envolvem seres humanos. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP no processo n. 198/2005 e a coleta de dados somente foi iniciada após a sua aprovação.

Foram tomadas todas as precauções para manter anônimos os sujeitos da pesquisa, evitando a divulgação de qualquer informação que possa prejudicá-los.

## ***4- RESULTADOS***



#### **4.1- Caracterização da amostra**

A escola municipal Dona Carolina Sigrist está localizada no bairro Capivari, zona rural do município de Valinhos, cuja atividade agrícola é o cultivo de frutas como figo, goiaba, morango, uva entre outras. A escola fica distante 22 Km do centro do município, e até dois terços do caminho para a escola há asfalto, devido a presença do distrito industrial.

A escola é pequena, de construção antiga com quatro salas de aula, sala dos professores, sala do diretor, secretaria, uma cozinha pequena, um pequeno pátio coberto onde ficam as mesas e bancos para o consumo da merenda escola e uma área externa. Vizinhos à escola há sítios e chácaras onde moram agricultores parceiros ou assalariados que trabalham na fruticultura especializados no cultivo de figo e goiaba cujas plantações podem ser vistas da escola. Dos alunos da escola, 35 % moram no bairro Capivari, e o restante em outros bairros também da região, próximos à escola.

No início do ano letivo de 2005 estavam matriculados na escola 150 alunos distribuídos em oito classes. No turno da manhã funcionam as turmas de primeira a quarta séries, uma de cada, e no período da tarde o pré, quinta, sexta e sétima séries.

Trabalham na escola 12 professores, 2 merendeiras, 1 coordenadora pedagógica, 1 assistente administrativo e o diretor. As entrevistas foram realizadas com todos, exceto o diretor que foi entrevistado por outro pesquisador e um professor que não quis participar da pesquisa.

A seguir são mostrados os dados sócio-demográficos coletados com o intuito de propiciar uma melhor descrição dos sujeitos estudados, dispostos no quadro 3. Com a finalidade de manter preservada a identidade dos participantes, foram usados as letras P para os professores e F para os funcionários seguidos de números de acordo com a ordem em que foram realizadas as entrevistas:

### Quadro 3- Caracterização sócio-demográfica dos sujeitos da pesquisa

Entrevistados	Idade (anos)	Gênero	Residência	Estado civil	Número de filhos
F01	43	F	Valinhos, SP	C	3
F02	45	F	Valinhos, SP	D	2
P03	27	F	Valinhos, SP	S	0
P04	35	M	Campinas, SP	C	1
F05	52	F	Campinas, SP	D	2
F06	47	F	Valinhos, SP	C	1
P07	33	F	Campinas, SP	V	0
P08	33	F	Campinas, SP	S	0
P09	42	F	Campinas, SP	C	2
P10	40	F	Vinhedo, SP	C	2
P11	41	F	Valinhos, SP	C	2
P12	28	F	Campinas, SP	S	0
P13	36	F	Campinas, SP	C	0
P14	41	F	Campinas, SP	C	1
P15	41	F	Valinhos, SP	C	2

Legendas: C=Casado; S= Solteiro; V=Viúvo; D= Divorciado; F= feminino; M= Masculino.

Como se observa, os participantes da entrevista têm idade entre 27 e 52 anos, a maioria é casado e do sexo feminino. Dos 15 sujeitos entrevistados apenas 06 residem em Valinhos, e os demais em Campinas.

Com relação ao número de filhos, este varia de 0 a 3, sendo que somente um entrevistado possui 3 filhos e cinco não tem filhos.

#### 4.2- Recordatório alimentar 24 horas

Com o objetivo de avaliar qualitativamente o consumo alimentar dos professores e funcionários da escola foi realizado junto às entrevistas um recordatório alimentar 24 horas que foi gravado e posteriormente transcrito para análise.

Os dados que permitem descrever e compreender o fenômeno alimentar de distribuem num *continuum* indo dos mais objetivos aos mais subjetivos. Para coleta dos dados mais objetivos das práticas alimentares, utilizamos o recordatório alimentar 24 horas, um instrumento que permite ao pesquisador por meio de rememoração, obter pela solicitação aos sujeitos pesquisados, informações que ajudem a compreender suas práticas alimentares. São dados obtidos através das práticas reconstruídas pelos indivíduos (Poulain e Proença, 2003b).

As refeições analisadas foram o desjejum, almoço e jantar, que se constituem tomadas alimentares fortemente instituídas e sobre as quais pesam regras sociais claramente definidas.

#### 4.2.1- Análise e discussão do Recordatório de 24 horas

O recordatório alimentar de 24 horas foi analisado com base nos critérios baseados em Gambardella *et. al.*(1999) e desenvolvidos por Alves e Boog (2004).

**Quadro 4-** Caracterização do consumo alimentar dos sujeitos entrevistados com base nos dados do recordatório alimentar de 24 horas

<b>Tomada alimentar</b>	<b>Padrão</b>	<b>Completo</b>	<b>Incompleto</b>	<b>Ausente</b>
<b><i>Desjejum</i></b>	6	3	5	1
<b><i>Almoço</i></b>	-	10	5	0
<b><i>Jantar</i></b>	-	7	8	0

Fonte: Elaborado pelo autor

Como pode ser observado no quadro 3, apenas três dos quinze entrevistados relataram ter consumido o desjejum completo, ou seja com presença de alimentos fonte de cálcio, energia e alimentos reguladores, e apenas um não consumia qualquer alimento pela manhã. Portanto apenas 20% dos professores e funcionários relataram comer pela manhã, algum tipo de alimento regulador, como, por exemplo, frutas ou suco o que é mais comum nesta refeição. Entre os cinco entrevistados que tiveram seu desjejum classificado como incompleto, dois relataram ingerir somente café, sem a presença de qualquer alimento fonte de energia.

Com relação ao almoço, dez dos catorze entrevistados fazem refeição completa composta por alimentos construtores, energéticos e reguladores, com presença obrigatória de hortaliças. Já no jantar a presença de alimentos reguladores foi menor como observado na análise dos recordatórios, uma vez que muitos trocam esta refeição por lanches.

#### **4.3- Resultados das entrevistas**

A seguir serão apresentados os resultados em quatro categorias elaboradas de acordo com o que julgamos ser mais relevante após leituras sucessivas do material transcrito das entrevistas realizadas com os atores sociais da escola. As categorias foram definidas e elaboradas visando atender aos objetivos geral e específicos iniciais da pesquisa, ou seja, identificar e analisar práticas, normas, opiniões, atitudes e representações relacionadas à alimentação/alimentação escolar.

##### **4.3.1- A merenda escolar**

Esta categoria tem o intuito de apresentar o que pensam os professores e funcionários da escola sobre a importância da merenda escolar no dia-a-dia dos alunos e deles próprios, seus objetivos, quais alimentos estão presentes no cardápio, local e utensílios utilizados para seu consumo e preparo.

Alguns entrevistados demonstraram uma preocupação com o cardápio da merenda para aquela região, pois na opinião deles, por ser uma região rural, os alunos são na sua maioria carentes e a merenda escolar deveria oferecer no lugar de “lanches”, alimentos que “sustentem” mais como feijão, várias vezes citado pelos entrevistados. Quando mencionam alimentos que “sustentam”, se referem à “refeição”, “comida” no lugar de lanches:

*“... quando vem um biscoito, um suco, eu acho que é muito, muito pouco para o aluno. Então eu acho que deveria ser uma coisa mais forte, por exemplo, uma refeição mesmo.” F01*

*“Comida mesmo, porque às vezes vem leite com sucrilhos, então normalmente as crianças nem comem em casa, elas vêm direto para a escola, e depois vão embora e a gente não sabe muitas vezes o que elas vão encontrar de comida em casa” F05.*

*“...aqui, na zona rural, os nossos alunos são muito carentes, têm dificuldade de ter alimento dentro de casa, precisam de alimento com vitamina , de feijão. Eu acho que a merenda servida na escola poderia melhorar se a rede municipal se preocupasse com isso. Na maioria da vezes na merenda vem sucrilhos ou só tem bolacha e tem aluno que só come aqui. Pelo menos , se na comida ou no lanche fosse servido cachorro-quente, todos ficariam satisfeitos. Agora servir quase todo dia só bolacha com leite doce, ou três bolachas ou sucrilhos aos alunos, eu acho muito pouco.” P03*

Em muitas falas dos professores e funcionários houve críticas quanto à presença de sucrilhos servido junto com leite que, de acordo com os entrevistados, é um alimento bom, mas muito fraco para os alunos da região rural, principalmente na segunda feira, depois de passar o final de semana em casa. Nota-se então a representação de que por serem muito pobres, a alimentação dos alunos em casa não é adequada e por isso o cardápio deveria ser mais “reforçado”.

*“Assim, a gente sabe que alguma s crianças são muito pobres, outras, eu penso, não posso afirmar, mas sei que têm muitas que comem somente o que tem aqui na escola, podem até comer em casa, mas a gente percebe que passa necessidade. Então depois de um fim de semana em casa onde certamente não se alimentaram bem, no sábado e domingo, na segunda feira deveria ser servido um arroz, ou até mesmo um macarrão, alguma coisa desse tipo, mas vem de novo o leite com bolachinha, ou leite com pãozinho, ou leite com sucrilhos. Eu acho que poderia ser uma coisa mais forte.” P08*

*“... por exemplo, quando penso nos sucrilhos minha cabeça fica confusa, eu não sei qual é a sua composição, o que ele pode melhorar na criança, o que ele contribui, mas eu acho muito fraquinho servir, por exemplo, sucrilhos com leite.” P15*

*“... tem dia que eu acho que é uma boa merenda, mas poderia ser complementada, num outro, que realmente não supre as necessidades das crianças daqui. Teria que ser uma coisa mais completa. Por exemplo, segunda-feira é um dia que vem só sucrilhos, então para elas, depois de um final de semana em casa, onde não têm uma alimentação muito boa, chegar na escola e segunda- feira, comer sucrilhos, é muito pouco, não que não seja bom, mas é muito pouco.” P10*

Nas fala seguinte, o professor compara a situação da merenda escolar da escola rural com outra escola localizada na zona urbana para justificar porque a merenda deve ser diferente de uma escola para outra. Ele ressalta que os alunos moradores da região rural, por não terem almoçado em casa, vão para a escola com fome visando a merenda, enquanto na outra escola da região urbana, na qual ela também trabalha, sobra merenda porque os alunos têm almoço em casa e não querem almoçar de novo.

*“Eu acho que não é muito adequada por isso: aqui, nessa região, os alunos vêm pra comer mesmo. Eles não almoçam em casa muitas vezes, e então precisam almoçar. No meu caso que é à tarde, então, quando são duas e meia, eles já estão morrendo de fome, porque não almoçaram em casa. Eu sei de outras escolas em que dou aula que não tem esse problema, porque os alunos almoçam em casa. Sobra*

*merenda, ninguém quer tomar merenda, ninguém que comer arroz de novo com frango, ninguém quer nada às duas e meia da tarde, porque eles comem super bem ao meio-dia meia em casa, e aqui não é o caso.”P03*

Ainda em relação ao cardápio da merenda escolar pode-se notar nas falas seguintes que os entrevistados se incomodam com a repetição e a falta de variedade dos alimentos, o que na opinião deles acaba enjoando os alunos. Eles ainda consideram a alimentação oferecida muito pobre.

*“Então, por exemplo, servem só macarrão durante toda semana, e macarrão sempre com carne moída, ou então é a carne moída no pão, ou então é a carne moída com a polenta, entendeu, E é sempre a mesma coisa, não muda, semana que vem é a mesma coisa, a outra semana também, então você não tem uma variação. Você sabe, não varia, entra ano e sai ano é assim, falam assim: esse ano vai ser desse jeito e o ano que vem vai ser outro. Mas no ano seguinte nada muda e a merenda se repete.” P10*

*“... de quarta feira, que é duro. É isso o dia todo, de manhã é bolacha, às vezes salgada, às vezes doce, com a bebida achocolatada, e na hora da merenda é o pão, pão com doce ou com margarina e a mesma bebida ou então suco.” P02.*

*“... é sempre aquela coisinha, aquela batidinha, não tem essa variedade de alimentos... ela não é rica entendeu, ela é pobre. Uma alimentação pobre.” P09.*

Além de repetitiva no sentido da variedade de alimentos, as falas seguintes mostram que os professores e funcionários consideram a merenda escolar nutricionalmente inadequada por ser rica em carboidratos e pobre em alimentos que contenham vitaminas, sais minerais e fibras.

*“Como professor, minha opinião é que se o sucrilhos for analisado, numa tabela nutricional, ele é de base calórica, e só. Nutrição, nutrição, ele não vai ter. Só energia, vitaminas, sais minerais. Não tem mais nada, além disso.” P04*

*“Eu acho a merenda escolar muito rica em carboidrato. Falta o quê? Falta vitamina, faltam sais minerais e fibra. É rica, basicamente, em carboidrato. Tem proteína? Até tem, na carne; o feijão aparece de vez em quando, mas a grande qualidade da merenda aqui é só o carboidrato, então eu não a considero muito saudável, não.” P04*

Nas falas seguintes, percebe-se uma crítica aos responsáveis pela merenda escolar do município, pela elaboração de cardápios sem variedade e a presença de alimentos de qualidade duvidosa no preparo da merenda. Os entrevistados acreditam que os gestores municipais do programa visam economia e comodidade ao elaborarem cardápios fáceis de preparar e com alimentos de baixo custo, mas desconsideram a real necessidade dos alunos da região.

*“Eu acredito que qualquer pessoa saiba o que deve ser consumido num cardápio, é o que as pessoas, vamos dizer, fazem em casa, como o arroz e feijão, a carne, os legumes, uma salada, uma fruta e a gente não tem isso aqui. Eu acho que a merenda escolar teria que ser elaborada, realmente, em termos dos valores nutricionais dos alimentos, que eles fossem bem balanceados, para que as crianças comam de uma maneira adequada.” F05*

*“Eu acho que para eles é muito mais cômodo ter uma alimentação mais pobre para as crianças, eu acho que servir o pão é muito mais barato que o arroz, o feijão, a carne. Carne aqui é só carne moída, nunca vi uma carne de panela; frango é sempre o mesmo, sabe..., um frango difícil, cheio de nervos, é uma coisa que eu não consigo aceitar; a carne moída eu nunca como, as crianças acabam comendo essa carne, que na minha opinião é de quarta, nem é de terceira, pela fome, então a alimentação é muito, muito fraca.” P12*

Em oposição às falas anteriores, uma professora considera a merenda escolar do município muito variada, embora cite apenas três alimentos carne, macarrão e frango.

*“Aqui, em Valinhos, a variedade é grande, pois no cardápio tem carne, macarrão, frango. Nessa escola a comida é muito boa. Eu vejo assim, hoje, mas, não é todo dia que eu vejo a alimentação, pois cada dia eu estou numa escola, então eu não tenho a facilidade de saber de tudo, não é, mas eu conheço muito a refeição daqui e acho que ela é bastante variada”. P14*

As próximas falas referem-se à inadequação do cardápio da merenda aos horários em que ela é servida, questão até conflituosa com a opinião de outros entrevistados que acreditam que deve haver refeição completa todos os dias, em lugar dos lanches, por se tratar de alunos carentes e que não se alimentam adequadamente em casa. A presença de refeições completas na merenda escolar perpassa por questões de ordem econômica, referente a verba complementar municipal à verba federal para aquisição de alimentos repassada aos municípios e ainda por questões políticas relativas à gestão municipal do programa. A inclusão de refeições completas no lugar de lanches envolve, além da necessidade de maior verba para a aquisição de gêneros alimentícios, maior número de merendeiras e novos equipamentos. Na escola pesquisada duas merendeiras são responsáveis em preparar, servir e lavar a louça da merenda além de realizarem todo o trabalho de limpeza da escola, o que nos leva a concluir que para mudanças desta natureza no cardápio há a necessidade também de mudanças conjunturais.

*“No período da tarde eu percebo assim que, às vezes, o tipo de alimentação servida aos alunos é inadequado para o horário, entendeu? Quando é verão e oferecem polenta com carne moída, eu acho muito pesado e quente para eles. Não sei bem, por que, mas eu suspeito que eles já tenham almoçado pra vir pra escola. Então eu acho que a merenda das três horas teria que ser uma coisa assim mais leve mais... uma coisa diferente do que eles tem em casa, entendeu? Um lanche.” P15*

Quanto aos objetivos da merenda escolar, bem como sua importância no dia-a-dia dos alunos e deles próprios, alguns entrevistados apontam que a merenda deve ser a principal fonte do aluno durante o período de sua permanência na escola, considerando que este é um período longo para uma criança, adolescente ou até mesmo um adulto ficar sem ingerir algum alimento.

*“Na verdade você ficar numa escola cinco, seis horas sem se alimentar de nenhuma forma, nem com uma fruta, com nada, eu acho complicado, eu acho que ninguém deve passar cinco horas sem comer nada, entendeu? Então para a criança e para o professor, esse intervalo acho que se faz muito necessário para ingerir algum alimento de alguma forma” P13*

*“Olha é pra encher as barriguinhas, só. Para manter a criança que fica um tempo bom na escola e precisa se alimenta, Mesmo assim,, se tomar café da manhã, às sete horas, coisa que é raro que aconteça, porque ninguém vai levantar. Eles entram às sete, ninguém vai em casa: “toma uma cafezinho”. Então, das sete, eles ficam mais de três horas sem comer, isso pra criança é bastante tempo, então a merenda foi inventada por isso, pela obrigatoriedade da criança de se alimentar num curto período de tempo.” P09*

*“Eu acho que o importante é garantir que o aluno se alimentou aqui para suprir um pouco do desgaste do dia - a - dia deles também enquanto aluno, e até eu acho que tem que ter merenda na escola,, porque é uma escola pública e as crianças não têm como trazer lanche de casa, ela também faz a parte e seria impossível ficar aqui 4 horas sem comer nada, só bebendo água. Então eu acho que nesta parte sim, eu acho que eles precisam se alimentar” P15*

Diferente das falas anteriores, outros entrevistados consideram que a merenda escolar tem o objetivo de atrair o aluno para a escola, embora este não seja seu objetivo oficial.

*“Hoje em dia é trazer a criança para a escola. É uma das formas que o governo encontrou para pôr as crianças dentro da escola.” P10*

*“Eu acho que a função da merenda escolar, hoje, numa grande maioria das escolas, muitas vezes, é atrair o aluno para a escola, o que não deveria ser [...] Então é assim, dependendo da escola ou da região ela tem um foco. Se for uma região mais empobrecida, geralmente, ela atrai o aluno, porque o aluno vem pra escola para comer, e a gente sabe disso.”P11*

*“Eu acho que nessa escola (a merenda escolar) é mais um atrativo para o aluno, assim a função dela enquanto pública que serve que dá, essa merenda, que oferece essa merenda, talvez teoricamente não seja, mas na prática acaba sendo.” P11*

A função de contribuir para a aprendizagem foi outro objetivo atribuído, por alguns professores e funcionários, à merenda escolar por acreditarem que quem tem fome não consegue aprender, embora haja na fala de um funcionário uma contradição ao dizer que alguns alunos mesmo comendo bem na escola, não conseguem aprender.

*“Eu acho que o objetivo é esse mesmo, para criança aprender e aprender bem não é, eu acho que é isso mesmo. E tem alunos que comem, comem, comem, bastante e não resolve, não é? Mas isso já é problema do aluno, eu acho.” F06*

*“O aluno fica da uma às cinco e meia na escola, eu acho que é necessário a merenda para que o aluno se alimente durante e , no intervalo desse período, e que tenha um melhor desenvolvimento no decorrer do aprendizado na escola.” P07*

*“Eles ficam muito tempo na escola. Então eu acho que têm que se alimentar, porque eles ficam bem melhor para aprender, não é? Aqui na zona rural, mesmo, têm muitos que quase nem tem o que comer em casa, são poucos os casos, mas têm. Então eu acho, que a alimentação é muito importante na escola.” F06*

Quando questionados sobre a importância da merenda escolar no seu e no dia-a-dia dos alunos, os entrevistados responderam que a merenda tem uma importância fundamental para os alunos, professores e funcionários embora as razões sejam de naturezas distintas. Para os alunos a alimentação na escola é muito importante porque esta serve de principal refeição ou até mesmo única refeição para muitos alunos contribuindo para saciar sua fome, uma vez que são considerados muito carentes e com restrição alimentar em casa como mostram as falas seguintes.

*“Hoje aqui, na escola, por exemplo, nós temos algumas crianças que a merenda da escola é única alimentação que elas têm no dia, então para elas é fundamental.” P10*

*“Alguns alunos já comentaram comigo que eles não almoçam em casa. Então eles vão almoçar aqui. [...] a criança aqui eu sei que na verdade é a refeição, a merenda deles, seria o almoço que não fazem essa refeição em casa, então aí é mais, faz mais necessário, ainda.” P13*

*“... é para alimentar os alunos, não ficarem com fome. Agora para uns é só um complemento alimentar, então para outros vai ser a única alimentação. Ela não deveria ser a única alimentação, eu acho que a função da merenda escolar, não deveria ser essa, mas na realidade que nós vivemos ela acaba sendo”. P03*

Como já mencionado anteriormente, os entrevistados afirmaram ser a merenda escolar muito importante para professores e funcionários da escola, pois substitui o almoço, principalmente daqueles que não têm tempo para almoçar adequadamente, uma vez que trabalham nos turnos da manhã e da tarde, em escolas diferentes.

*“Muitos (professores) dobram o período, saem daqui e vão para uma outra escola, e a alimentação que eles acabam consumindo aqui, no horário da merenda, muitas vezes é a única alimentação antes do jantar.” P10*

*“No caso da gente, que dobra dois períodos, ela tem muita importância, porque o meu almoço é o que eu como aqui na merenda. Então têm três dias que eu não vou pra casa almoçar. A comida da merenda é a que me sustenta o dia todo. Então pra gente tem.” P12*

Os entrevistados também criticaram a falta de atenção do município com a alimentação do professor que não recebe ticket alimentação, cesta básica ou qualquer ajuda nesse sentido, enquanto trabalhador.

*“Atualmente na escola pública para alguns professores, também, a refeição deles, é a merenda escolar, [...] então eu acho que o professor deveria receber um ticket, alguma coisa, então, porque em qualquer lugar, qualquer profissional tem que ter o direito um a lugar pra fazer suas refeições, ou pra esquentar a comida teria que ter... sei lá em banho-maria, ou um microondas, ou alguma coisa assim, porque ticket pra comer em outro lugar, isso não tem mesmo. E também não tem espaço para eles comerem, mas de qualquer forma teria que ter, no mínimo, então a merenda, pois tem professor que deu aula o dia todo, toma merenda nove e meia da manhã e depois toma merenda três da tarde e na hora do almoço não come nada ainda.” P03*

#### 4.3.2- A fome dos alunos

Nas entrevistas realizadas com os professores e funcionários da escola e até mesmo durante o período de exploração de campo em conversas informais com eles, a questão sobre a fome dos alunos estava muito presente nos discursos de uma grande maioria, o que chamou a atenção da pesquisadora.

Alguns entrevistados percebem que os alunos sentem muita fome na escola porque costumam comer bastante e até repetir a merenda, como mostram as falas seguintes.

*“Aqui por ser uma área rural e de pessoas relativamente pobres, eles comem bastante, eles comem muito bem, se deixar, eles mandam ver, mesmo. Eu já tive aluno nessa região, que chegou a comer oito cachorros-quentes. Então assim se puser na frente dele uma bacia de cachorro-quente ele ia comer toda, às vezes não é nem por fome, mais por vontade de comer alguma coisa diferente, então quando tem, eles aproveitam bem” P04*

*“Eles comem tudo que as merendeiras colocam no prato, quando tem, eles sempre vão repetir, é difícil a criança que não repete, ou porque gostam, mesmo, ou porque passam fome, mesmo, mas é difícil a criança que não repete”. P08*

As próximas falas referem-se à ansiedade dos alunos percebida pelos professores e funcionários quando vai se aproximando a hora da merenda, fato que, segundo os entrevistados, caracteriza a intensa fome que estes sentem na escola.

*“... uma professora estava comentando, uma professora nova na escola, que assim que dá o sinal, um pouco antes, os alunos já ficam muitos ansiosos pra que chegue logo o horário da merenda. Muitos reclamam que não almoçaram que não se alimentaram, e quando bate o sinal, eles, finalmente, correm pra fila e assim, eles se alimentam em cinco minutos no máximo, eles assim, eles devoram, não comem com calma, tal, eles devoram, comem mesmo.” P07*

*“Eles chegam e tem um lanche, não é meninas? As meninas preparam o pão com leite tudo, mas dá oito horas, oito e meia eles já estão assim: ‘quanto falta pro recreio?’, ‘professora e agora, quanto tempo falta?’ sabe, de dez em dez minutos. Perguntam pras meninas, não é meninas? Vivem perguntando pra elas: ‘o que vai ter de lanche?’, ‘o que vai ter de lanche?’ Parece que vêm pra escola e só pensam nisso, porque eu acho que eles passam fome em casa, , muitas vezes porque o que eles comem aqui é um almoço.” P12*

*“Eles comem porque eles gostam e porque precisam, tem aquela parcela que precisa, mesmo, que dá nove horas já começa ficar impaciente pela merenda [...] Nove horas e eles já estão preocupados com o que vai ter pra comer, tanto que eu fiz o cardápio ali justamente por causa disso, por que as meninas não venciam falar pra todo mundo o que, que ia ter.”*  
P09

A questão da fome preocupa os professores e funcionários, pois estes ressaltam que quem sente fome não consegue se concentrar para ter um bom aprendizado e fazem comparações entre aquela escola da zona rural com outras escolas da zona urbana em que eles não percebem alunos chegando à escola com tanta fome quanto os daquela região.

*“Porque que nem a gente, quando está com fome parece que não se concentra, parece que não faz o que é pra fazer legal, fome e sede no caso; quando você está com muita sede tenta se segurar ou com muita fome, mas parece que a gente não consegue se concentrar, não consegue executar bem o que a gente tem que fazer. Então tem ter esse período de se alimentar na escola”. P08*

*“Criança que passa fome, não tem um bom aprendizado, muitas vezes as crianças chegam sete e meia e já estão perguntando: -, qual é o lanche? Sabe, toda hora fica assim: ‘que horas são?’; ‘quanto tempo falta para o intervalo?’; eles não se concentram, porque eles estão com fome. Então eu acho até que escolas de centro não acontece isso, assim da criança ter tanta fome, mas no caso da nossa escola eles já chegam perguntando.” P12*

Uma justificativa encontrada por alguns entrevistados para explicar a intensa fome observada nos alunos, quando chegam à escola, e a necessidade de uma merenda mais “reforçada”, é o fato de eles estarem em fase de crescimento ou ainda pelo gasto energético com o trabalho na lavoura junto aos pais, no período em que não estão na escola.

*“Pra quinta série, aqui eles ainda são um pouco criança, mas da sexta e sétima, eles tem muita fome, eu tenho certeza disso. Do tamanho que eles estão, às vezes, trabalham na roça até a hora do almoço, antes de virem pra cá, então é muita fome. Então é pouco, é pouca merenda pra eles, e aqui você não vê desperdício, eles comem tudo mesmo, tudo que tem, não deixam no prato, quase não se joga fora.” P03*

*“A gente vê que tem criança que demora mais, bate o sinal e eles não vêm, porque estão no terceiro, pão. Então eles chegam com muita fome e depois na hora, e eles também, estão em fase de crescimento.” P12*

Essa professora relata uma situação oposta na escola, quando fala que existem alguns alunos que não precisam da merenda porque já almoçaram em casa, mostrando haver uma diferença de condições entre os alunos. Afirmam que a merenda deve ter alimentos que compõem uma refeição salgada, ou seja, “que sustentam”; por outro lado, observam crianças que se alimentam bem em casa, mas não apontam uma solução.

*“Quem eu percebo que não come são aqueles que eu sei que têm condições de comer em casa, e chegam aqui na escola e vê que é comida de novo”. P03*

*“Vê que tem criança que demora mais, bate o sinal porque eles não vêm, porque estão no terceiro pão. Então eles chegam com muita fome e depois na hora, e eles, também, estão em fase de crescimento.” P12*

Nos relatos seguintes, dois professores mostram o que eles pensam sobre a aceitação da merenda escolar, acreditando que os alunos aceitam-na pelo fato de estarem com fome ou porque existe um cuidado no seu preparo e não pelos alimentos que compõem o seu cardápio.

*“Eu acredito que é bem aceita não pelo que tem de merenda, mas pela fome deles, pelo capricho com que é feito, e tal.” P07*

*“Acho que eles gostam (da merenda). Quando a gente está com fome.” P11*

*“Pela falta de alimentação no dia-a-dia, eles já vêm com fome, então quando eles chegam aqui estão na fase de crescimento, o que der eles mandam bem; tinha só uma coisa que eu via antes e esse ano eu não vi, era o mingau com maçã, de que eles não gostavam muito, pelo que eu me lembro, o restante, o que tiver eles comem.” P04*

Sobre a alimentação dos alunos em casa, os professores e funcionários expuseram em suas falas um pensamento, quase unânime, de que a alimentação é “pobre” e “fraca,” porque falta variedade de alimentos, e este fato se justifica pela condição de pobreza em que vivem os alunos por morarem na zona rural. Chama atenção, ainda, o fato de os entrevistados acreditarem que o consumo de carne é restrito por ser um alimento mais caro.

*“Eu percebo eles têm uma alimentação bastante fraca, bastante pobre, mas assim cesta básica, mesmo que muitos deles recebem que é arroz, feijão, farinha, açúcar, mas verdura, legume, fruta é coisa mais da região aqui mesmo, por exemplo, goiaba, uma banana, uma mandioca, alguma coisa assim.” P04*

*“Que eles têm em casa? Olha, eu acredito que, pelo que eles contam pelo que eles falam há muita pobreza. Um arroz, talvez um feijão, carne de vez em quando, legumes, verduras, eu acho, que deve ser meio caro.”P07*

*“A gente imagina que alguns tenham condições pra estar tendo arroz todo dia, ter uma verdura, agora, a gente sabe que é difícil para eles comerem carne em casa, é difícil terem arroz e feijão todo dia, é difícil terem pão todo dia, leite, não são todos que tomam, alguns a escola fornece, mas não é para todas as idades, então a alimentação deles é bem restrita.” F05*

*Eles comentam: “ah, o que você comeu ontem?”, vê assim quando passa mal, ou uma coisa quando você começa a reparar, “o que você comeu?, ah, professora, ontem eu comi só macarrão.”, “não tinha outra mistura?”, “não, professora, só tinha isso em casa”, ou só comi arroz e feijão, entendeu, ou só comi arroz com ovo, então é muito limitada,, a alimentação que eles têm.” P10*

#### 4.3.3- Promoção da saúde e educação nutricional na escola

Esta categoria foi criada para mostrar o que pensam e o que têm feito os professores e funcionários sobre promoção da saúde e educação nutricional na escola, para manter a saúde junto a uma alimentação saudável.

Ao ser abordado o assunto sobre promoção da saúde na escola, muitos professores e funcionários falaram sobre a preocupação de ensinar aos alunos práticas de higiene pessoal, talvez pelo fato de serem necessidades percebidas por eles no dia-a-dia. Em muitas conversas informais, durante o período de exploração de campo, relataram que muitos alunos iam para a escola sujos, com mau cheiro, tinham muita cárie, enfim não recebiam orientação adequada em casa.

*“A gente monta e a gente não monta um projeto tão grande, mas dentro das nossas disciplinas, a partir de dados de hábitos, a gente sempre tenta enfatizar a questão da saúde, da limpeza de unhas, de cortar o cabelo, ficar bem penteado, tomar banho, escovar dente, então essa parte de higiene a gente faz muito com eles, entendeu? Eu sei que é pouco diante do que a gente faz, mas a gente tenta fazer o máximo pra estar, sabe, alcançando, assim, sabe, o melhor deles, o mínimo que eles podem dar, o máximo no caso, que eles podem dar pra gente de estar assim, de ser limpinhos, de vir de banho tomado, de cabelo penteado, entendeu, de dente escovado, unha cortadinha, essa parte a gente faz muito.” P08*

*“A gente incentiva lavar as mãos antes das refeições, lavar as mãos depois de ir ao banheiro, escovar os dentes fazendo flúor, sempre, sempre a gente está vendo se está com piolho orienta, se está vindo sujo pra escola a gente também orienta, tem uma conversinha, assim, de pertinho, a gente colabora no que pode.” P09.*

*“O que a gente faz é em termos de orientações de higiene, isso a gente está sempre atento, quando se percebe algum problema, vamos dizer, de pele do aluno, ou quando a gente sabe que tem algum problema de saúde, a gente procura conversar com a mãe, com alguém que seja responsável, procura orientar, pergunta, fica em cima, fazemos encaminhamentos, pro Promater, então é nesse sentido, de orientação e de ajuda quando é necessário.” F05*

Enquanto a maioria dos entrevistados entendam à promoção da saúde na escola como apenas o ensino de práticas de higiene pessoal, outras falas mostram que existe uma preocupação global em relação à saúde, até fazem elogios ao ambiente da escola ao dizer que a escola Carolina Sigrist é uma escola saudável e promotora da saúde.

*“No geral eu acho que ela é uma escola saudável no sentido assim, que é acolhedora, a gente acolhe todos os alunos, todo mundo se dá bem, é uma casa. E quem vem dá aula aqui, não sai mais, é o quarto ano que eu estou aqui, eu acho saudável por isso, porque eu acho que os alunos que vêm pra cá, melhoram. Pode ser em vários sentidos, mas melhoram, quando chegam e o jeito que saem daqui.” P03*

*“Eu imagino que uma escola promotora da saúde é uma escola que responda assim pela qualidade de vida, acho que até em relação à alimentação. Se a pessoa é bem alimentada ela não fica tão doente. Se ela procurar alimentos mais naturais e saudáveis eu acho que ela tem saúde.” P15*

Uma questão levantada pelos professores e funcionários que impedem, na opinião deles, de a escola ser considerada uma escola saudável, é a questão do pouco espaço físico, que compromete o conforto térmico e até mesmo a manutenção da higiene no preparo e consumo de alimentos.

*“Tem falhas, como eu disse do banheiro perto da pia, o espaço físico em si, às vezes assim nós temos ventiladores, mas não são tantos, precisariam ser mais. Porque tem horas do dia que a escola esquenta bem. Mas eu acho, no geral, relativamente falando, eu acho que é uma escola saudável, sim.” P04*

*“Eu acho que sim, no que depende das pessoas, ela é saudável, agora a estrutura física dela, não.” F05*

*“Eu acho que ela tenta ser uma escola saudável, mas por falta de espaço, por falta de condições oferecidas pela Prefeitura, condições até mesmo alimentares, ela deixa a desejar. Não seria considerada uma escola saudável, eu acredito que não.” P07*

Quando questionados sobre o que seria educação nutricional, os entrevistados demonstraram, a princípio, uma dificuldade em responder esta questão. As falas mostram que educação nutricional, na visão deles, seria aprender a se alimentar, e a educar a sua alimentação com a ajuda de algum profissional da saúde, especialista em nutrição.

*“Algumas pessoas têm deficiência de vitaminas, de alimentação, precisam, por exemplo, de um regime ou acelerar ao contrário, deveria engordar. Então têm as pessoas adequadas, eu não sei o nome desse profissional. Nutricionista mesmo? Que você procure essa pessoa para atingir as deficiências ou os excessos. Então te dão uma educação de ensinar a se alimentar direito.” P14*

*“Nutricional é referente à nutrição, não é? É... eu quando eu vou a algum médico tentar uma dieta eu vou me educar a fazer uma educação alimentar. Então eu procuro saber*

*assim o que isso é bom, o que é que aquilo pode me causar, se eu comer em excesso, coisas assim, entendeu?”*

*P15*

*“Eu acredito há sim, uma coisa muito mais especifica na parte de nutrição. Eu penso passar realmente, não sei se eu estou viajando muito, mas assim, passar o valor dos nutrientes, valor calórico, veja vamos supor, um tantinho de feijão tem tantas proteínas, não sei o que lá de vitamina, passar realmente todos os itens que a gente pode todos os itens que a gente tem dos alimentos. Qualidade é que é bom, às vezes tem alimento que é rico em vitaminas, têm outros que não é tanto, passar detalhes de cada alimento.”*

*P08*

Já quando questionados se a escola realiza alguma atividade de educação nutricional com os alunos, os entrevistados mencionaram que em algumas séries, o assunto é abordado, principalmente, no conteúdo de ciências, quando o professor ensina aos alunos sobre o valor nutricional dos alimentos.

*“Eu acho que deve ensinar assim quando está no conteúdo, não está no conteúdo de Ciências da terceira série, então aí fala, realmente quando está no conteúdo de Ciência da terceira série, então a gente fala sobre alimentação saudável, daí você fala desde o começo do ano.”P12*

*“Na sétima serie, quando a gente trabalha o aparelho digestório, eu trabalho bastante alimentação com eles sobre, os alimentos, os grupos de alimentos, a finalidade de cada grupo de alimentos.” P04*

Quanto à função da escola em realizar atividades de educação nutricional e ensinar o que é alimentação saudável, os entrevistados mencionaram que embora a escola possa abordar o assunto, é função da família, dos pais incentivarem os filhos a ter uma alimentação balanceada, mas que existe uma dificuldade quanto a isso porque muitos pais também não sabem a respeito do assunto.

*“Olha, eu acho que a gente precisa aprender as coisas em algum lugar, se eu sou uma mãe que nunca ouvi falar nem na minha casa, anteriormente, nem na escola, a importância de uma alimentação saudável, eu nunca vou saber como ensinar pro meus filhos, e nós temos um povo totalmente analfabeto nesse país, com relação a n´coisas, inclusive sobre alimentação, então eu acho que hoje a escola tem sim essa função. Porque a escola hoje, ela tem uma função bastante social, assim eu vejo.” P11*

*“Embora às vezes eles (os pais) têm até o pé de mexerica ali caindo, o moranguinho está lá se perdendo na lavoura, mas ele não está sabendo fazer uso, diversificar o cardápio deles, fazer um bolo, fazer um suco. Mas eu percebo que os pais estão trabalhando muito na lavoura e eles não dão conta de saber o quanto é importante eles estarem incentivando essa alimentação.”P15*

*“Eu acho que deveria ser na escola, porque os pais não sabem isso. Eu vivi isso, eu particularmente, porque na minha casa é assim até hoje. Eu estava acostumada pois aqui em casa quase não tem essa verdura, essas coisas, a gente tem muita carne, em casa não existe uma comida sem carne, entendeu? Parece que não tem uma mistura, que não tem uma refeição completa, se não tiver uma carne.” P03*

Sobre a alimentação saudável na escola os professores questionaram a merenda por não a considerarem saudável, principalmente porque faltam no cardápio alimentos como frutas verduras e legumes que poderiam estar presentes como uma sobremesa.

*“(A escola) oferece uma alimentação boa, limpa, mas não saudável. Ela não, não... Fica a desejar o oferecimento de legumes, verduras, frutas, não tem oferecido ultimamente.” P09*

*“Eu sei que saudável deveria incluir frutas e verduras também. Eu sei que frutas a Prefeitura às vezes, bem raramente manda, ela poderia também aumentar isso, mandar frutas a mais. Que nem essa semana, nem acreditamos, quarta-feira veio pêra pros alunos de sobremesa pra todos, de manhã e à tarde, então ela poderia também ter essa refeição, de ter a comida e depois mandar a fruta em seguida” P03*

Em oposição às falas anteriores, uma professora acredita que a merenda deve ser saudável, sim, porque quem formula o cardápio é uma nutricionista que entende do assunto.

*“Eu acredito que sim. Eu acho que existem nutricionistas pensando nisso, nos valores calóricos, de toda essa coisa aí, necessária pra cada criança ingerir, deve ter todo um objetivo em cima disso, da merenda, embora tenha algumas merendas que pro meu paladar eu não usaria, mas também eu não tenho conhecimento de causa pra dizer o que seria ideal”. P15*

#### 4.3.4- Consumo de verduras, frutas e legumes

O incentivo à promoção da alimentação saudável tem como objetivo específico aumentar o consumo de verduras, frutas e legumes da população em geral. Nas entrevistas realizadas com os professores e funcionários, foi percebida uma preocupação com a ausência destes alimentos no cardápio da merenda escolar. Quando foram questionados sobre a idéia que eles tinham sobre a alimentação dos alunos em casa, relataram que deveria ser “fraca”, pois a maioria dos alunos que chegavam na escola com fome eram de famílias de trabalhadores rurais, portanto produtores de frutas e moradores da zona rural, onde teoricamente teriam lugar para o cultivo de verduras e legumes para o auto-consumo.

A ausência de alimentos como verduras, frutas e legumes, no cardápio da merenda escolar, é vista pelos entrevistados como uma prática cômoda e visa à economia pelo fato de este tipo de alimento ser mais perecível que os alimentos comumente presentes, como mostra as falas a seguir.

*“Eu acho que é muito mais cômodo não mandar a fruta, porque fruta estraga, ...tem vários fatores aí, pois tudo que é mandado é muito cômodo;, não vejo nada que tenha aí, você diz, sabe vem do esforço, falar, não, isso aqui vamos fazer porque é saudável, não tem”. P12*

*“Essas coisas estragam, então eu percebo que eles mandam alimentos que não estragam, que a durabilidade é maior, e o prazo de vencimento também.então a fruta teria que ser para aquele dia, isso é um cálculo que envolve dinheiro, cálculo que envolve transporte para trazer fruta fresquinha para a criança.” P14*

Este outro relato é de um funcionário da escola que mostra sua indignação pela pouca presença de frutas no cardápio da merenda escolar, principalmente de frutas da região, pelo fato de o município de Valinhos ser conhecido como produtor de figo, goiaba, morango, e atribui aos gestores municipais da merenda a responsabilidade por isso.

*“Eu acho, bastante incrível uma situação dessas, porque nós estamos aqui inseridos num meio das frutas, inclusive Valinhos é uma cidade muito famosa pelas frutas, não é. Só que a gente não tem o que a gente recebe na merenda às vezes é maçã e banana. E nem são frutas aqui da região, pelo que eu saiba, aqui tem é figo, também outras frutas, manga mesmo e eu sei que tem lugares aí que perde, manga, que jogam fora, não sei, não existe, uma preocupação e um movimento direcionado para aproveitar essas frutas da região”. F05*

*“Eu imagino que dá mais trabalho, sem dúvida, do que vir tudo prontinho industrializado, mas eu acho que seria muito importante sim, estaria ajudando tanto as pessoas que trabalham, aqui, quanto às crianças [...]Eu acho, que não houve empenho ainda em relação a isso, talvez nem seja prioridade, pro prefeito, pro governo, pras equipes que cuidam disso.”F05*

Como a maioria dos alunos da escola pertence a famílias que trabalham no cultivo de frutas, perguntou-se aos professores e funcionários qual era a percepção deles sobre o consumo domiciliar de frutas desses alunos e a sua aceitação quando lhes são oferecidas no cardápio da merenda escolar.

Alguns entrevistados relatam que em conversas com os alunos percebem que eles não consomem as frutas que são produzidas pelos pais porque estão enjoados de tanto comê-las em casa. Com relação às outras frutas, quando estão presentes na merenda, e são diferentes, não há resistência quanto ao seu consumo.

*“Eu acho engraçado que um dia eu falei que amo goiaba, que uma das minhas frutas preferidas era goiaba, eles acharam absurdo, porque eles nem pode mais ver goiaba na frente, estão enjoados delas. Então se percebe que goiaba, pelo menos, eles comem, ou já comeram muito tempo e nem querem comer mais, porque eles acham, que a fruta que está distante deles é melhor, então têm a ilusão de querer as outras frutas: quarta feira veio pêra, eles ficaram assim, deslumbrados de ver uma pêra, acho que havia muito tempo que tinha comido uma, não é.” P03.*

*“Eu acho que enjoa? Eu acho que enjoa. A criança, por exemplo, que o pai produz figo, normalmente come muito pouco, entendeu? O morango também não é?” P15*

*“Fruta eles gostam, quase todas, maçã, banana. Vem maçã, vem banana, eles gostam laranja, também.” F02*

Contradizendo as falas anteriores, as falas seguintes de alguns entrevistados sugerem que os alunos consomem, sim, as frutas da região, aliás, somente aquelas produzidas na região, pelo fato de as famílias não terem dinheiro para comprar outras frutas chamadas pelo funcionário entrevistado de “coisas supérfluas” em oposição aos outros alimentos considerados básicos.

*“Acho porque deve ser caro, não é? Eles não compram, acho que vai que compra. Daí a criança quer comer sempre e o pai não pode comprar. Então eles já nem compram essas coisas supérfluas, aí, somente o básico para a maioria das pessoas, das crianças. Então a maioria não conhece pêra, só conhece banana, maçã e uva, que é da região e figo.” F06*

## ***5- DISCUSSÃO***



A discussão dos resultados encontrados será realizada com base nos estudos afins, e, também com base nos resultados dos outros três estudos, que juntos, compõem o projeto “Promoção da saúde, segurança alimentar e nutrição: a contribuição da educação nutricional”<sup>1</sup>.

Como já foi mencionado na introdução, o projeto acima foi concebido com base na teoria de espaço social alimentar de Poulain e Proença (2003a), de forma a possibilitar diferentes olhares para este objeto de estudo – a contribuição da educação nutricional para a construção da segurança alimentar.

A presente pesquisa deteve-se, especificamente, no estudo das práticas, normas, opiniões, atitudes e representações, relacionadas à alimentação/alimentação escolar, junto aos atores sociais de uma escola freqüentada pelos filhos de agricultores da região. Estas práticas, normas, opiniões, atitudes e representações estão entre as diferentes categorias de dados que nos permitem descrever e compreender o fenômeno alimentar, e estão mostradas no quadrante superior direito e esquerdo da figura 2 da página 56 sobre os níveis do fato alimentar.

A problemática que se constituiu como mola propulsora desse estudo foi conhecer a percepção dos professores sobre o fato alimentar e o seu desempenho como educadores no campo da alimentação e nutrição, visando à construção da segurança alimentar, uma vez que há nos documentos oficiais e estudos afirmações de que é da competência de cada um deles, uma significativa parcela de responsabilidade de educar a criança para as práticas alimentares.

E importante ressaltar que, em uma pesquisa qualitativa, a apreensão de dados não se restringe estritamente à entrevista. A exploração de campo ao longo do trabalho, as atividades paralelas, as observações registradas no caderno de campo concomitante e posteriormente à coleta de dados, por ocasião da intervenção educativa, que constituiu a quinta etapa do projeto, também serão

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq – Edital 51.

mencionadas no decorrer da discussão, pois trazem elementos relevantes à interpretação dos dados obtidos na entrevista, apresentados nos resultados.

A discussão foi organizada em três tópicos, porque emergiram dos resultados de três importantes temas: a problemática da fome entre os escolares, a merenda escolar ofertada aos alunos e a viabilidade das ações de promoção da alimentação saudável na escola.

### **5.1- A problemática da fome na ótica dos professores**

Foi incisiva a forma como o tema da fome esteve presente nas entrevistas. Na maioria delas, a idéia de que as crianças não têm em casa alimento suficiente foi uma representação dominante. Os professores expressaram claramente sua percepção de que os alunos são carentes, paupérrimos, passam fome em casa, vêm à escola para comer e que é função da escola satisfazer essa necessidade básica dos estudantes.

Conta-se com a alimentação da escola, não por falta de alimentos no domicílio, mas porque a certeza de que a criança vai se alimentar na escola já está incorporada entre as famílias, e parte-se da premissa de que compete à escola alimentar os alunos.

A realização concomitante do inquérito sócio-econômico entre as famílias dos alunos permitiu conhecer parte das condições de vida dessa comunidade e entender as limitações econômicas em seu contexto. Quase todos familiares dos alunos da escola são parceiros da terra ou assalariados, moram em chácaras ou sítios e a sua produção agrícola está voltada para o cultivo de frutas como figo, uva, morango, goiaba e pêssego. Como as casas ficam bem distantes umas das outras, há pouco contato entre vizinhos; entretanto, no período de permanência na escola, os alunos encontram um local onde recebem cuidados, atenção e alimento, que muitas vezes não têm em casa, porque seus pais, inclusive as mães, saem cedo para trabalhar na roça dispondo de pouco tempo

para preparar a refeição para a família, havendo dificuldade de conciliação entre atividades domésticas e trabalho na agricultura (Boog *et al.*, 2006).

O estudo mostrou, ainda, que entre os parceiros não há desempregados. Já entre as 45 famílias de assalariados encontrou-se 13 pessoas nesta condição. Dentre as famílias dos assalariados e parceiros da terra (n= 73), 45,21% possuem carro, porém suas casas são bastante simples e não há muita preocupação com sua aparência, fato possivelmente explicado, já que elas pertencem ao proprietário da terra e não aos parceiros, que migram muito dentro do próprio bairro, ou até para outros estados próximos. A renda média familiar *per-capita* dos agricultores é de R\$ 169,00 (US\$ 79,66)<sup>2</sup>, variando de R\$ 25,00 (US\$11,78) a R\$ 500,00 (US\$235,67). A renda dos não-agricultores é de R\$ 196,00 (US\$ 92,38), variando de R\$ 53,00 (US\$24,98) a R\$ 825,00 (US\$388,86). Das famílias entrevistadas, 70,51% cultiva hortaliças e 80% possui árvores frutíferas para o autoconsumo como: cebolinha, alface, couve, mandioca, manga, banana e abacate. Porém, como esse cultivo não subsidia a composição alimentar, constatou-se, através da análise de tomadas no dia alimentar que: 59% não consumira fruta, 70% nenhuma verdura e 53% nenhum tipo de legume. Essa população ainda relata que costuma comer frutas (91%), verduras (85%) e legumes (83%), considerando esses alimentos pertinentes ao seu padrão alimentar, mas o consumo efetivo, no dia do inquérito, foi muito baixo, pois mais da metade dos entrevistados não os consumiu. Este estudo contribuiu para mostrar que apesar de pobres, as famílias dos alunos não vivem em condições de pobreza extrema que justifique dizer que padecem privação de alimentos. uma vez que além do cultivo de alguns gêneros alimentícios, as famílias, por terem despesas menores com luz, água, telefone e habitação podem concentrar suas despesas na compra de alimentos, sendo a média de despesa mensal em supermercados e quitandas de R\$ 378,4 entre os assalariados e R\$ 386,9 entre os parceiros da terra (Boog e Fonseca, 2006).

---

<sup>2</sup> Cotação do dólar comercial no último dia do mês de abril de 2006 R\$ 2,088 - Valores correntes na moeda da época. Disponível em <http://www.cnpqg.embrapa.br/indicadores/dolar.php> Acesso em 20 de janeiro de 2007.

Entre as dimensões do espaço social alimentar, a representação sobre a fome dos alunos se insere no espaço de diferenciação social que distingue os grupos sociais por meio da alimentação. De acordo com Poulain (2004), a alimentação, enquanto fenômeno social, “traça as fronteiras identitárias entre grupos humanos e entre distintas culturas, mas numa mesma cultura entre os subconjuntos que a constituem”.

Observou-se que, sob ponto de vista econômico e social, professores e alunos da escola pertencem a classes sociais distintas e este fator contribui para que estes indivíduos tenham diferentes formas de vida e concebam a alimentação dentro de sua cultura.

Esta representação surgiu em virtude, principalmente, da ansiedade com que os alunos aguardam pela hora da merenda ou intervalo que foi interpretada pelos entrevistados como uma fome intensa. Essa manifestação espontânea de fome pode ser de alegria pela satisfação sensorial que a comida oferece, ou em decorrência do prazer que a hora do intervalo (hora também da merenda) oferece ao proporcionar o encontro com outros colegas da escola para brincar, conversar, comer juntos, enfim socializar-se. Quando anseiam pela hora da merenda, os alunos anseiam também, simbolicamente, pelo momento em que estarão juntos com os colegas, e, ao compartilhar da mesma comida (a merenda escolar) partilham também sua condição social, sua amizade, seus segredos, desejos, companheirismo.

Contreras (1993) destaca que “o *companheiro* é alguém com quem comemos pão” e afirma que a comida constitui um meio universal para expressar sociabilidade. O ato de compartilhá-la com outras pessoas indica certo grau de cumplicidade, e, ao mesmo tempo em que une os que dele partilham, o alimento distingue o grupo dos demais. Isso pode ser observado também em escolas que possuem a cantina como alternativa alimentar além da merenda escolar gratuita.

Outro aspecto que também permeou a problemática da fome foi a afirmação de que a merenda na escola é bem aceita pelos alunos, e, apesar de muitos entrevistados afirmarem não gostar ou não concordar com o que é servido,

todos disseram que a merenda era bem aceita pelas crianças e, alguns deles, até a consumiam prazerosamente junto com elas. A avidez dos alunos ao consumirem a merenda é interpretada sob a premissa de que “quem é pobre e passa fome come qualquer coisa” e a do professor, pela falta de tempo para comer em casa e de não haver outra alternativa na escola, como observado durante a coleta de dados. A representação da fome para os entrevistados, parece ser construída a partir de uma visão sobre a condição social das crianças, associada à ansiedade pelo alimento, deixando de considerar outros fatores importantes do ato alimentar, como as preferências alimentares, o prazer, o convívio social ou o respeito aos hábitos alimentares pessoais.

“A afirmação de que ‘pobre come de tudo’, ‘pobre come o que tiver’, é sempre contradita quando as mães se referem às preferências alimentares dos filhos, que ‘só gostam de bobagens’. Frutas, canja de galinha e biscoito foram incluídos junto com balas e doces, na lista do que as crianças gostam de comer.” (Zaluar, 1985, p.108)

Cabe então discutir a confusão semântica que parece haver para os entrevistados entre fome, desnutrição e pobreza. Monteiro, em artigo publicado em 2003, coloca que:

“Pobreza - corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras.”

“Desnutrição ou deficiências nutricionais - são doenças que decorrem do aporte alimentar insuficiente em energia e nutrientes ou, ainda, com alguma frequência, do inadequado aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos – geralmente motivado pela presença de doenças, em particular doenças infecciosas” (Monteiro, 2003, p. 8).

Ainda para o mesmo autor, entre pobreza, fome e desnutrição, a fome é certamente o problema de mais difícil definição, e chama atenção para a diferença entre fome aguda, aquela momentânea, e fome crônica. A fome aguda,

chamada por Abreu, (1995) de “fome do dia” equivale à urgência de se alimentar, a um grande apetite, enquanto a fome crônica é permanente e ocorre quando a alimentação diária não oferece aporte calórico suficiente para a manutenção do organismo e para o desempenho das atividades cotidianas. Nesse sentido, a fome crônica resulta em uma das modalidades de desnutrição: a deficiência energética crônica (Monteiro, 2003).

Ao falarem sobre a fome dos alunos, durante as entrevistas, parecia que os professores e funcionários a estavam interpretando como uma privação crônica, resultado da condição de pobreza deles; porém, ao representá-la apenas como consequência da pobreza e da privação alimentar, a tendência de ambos foi subestimar a capacidade de aprendizagem dos alunos e a capacidade de suas famílias para o enfrentamento das condições econômicas adversas. Essa visão descarta o pobre como agente de sua emancipação social, tornando-o mero receptor de caridade (Demo, 2005).

Compreende-se que crianças e adolescentes precisam receber alimentação durante o período de permanência na escola, para suprir as necessidades nutricionais daquele período, mas, neste caso, não se pode afirmar que esta necessidade seja em decorrência de condições sociais.

Por causa desta representação sobre as condições de vida dos alunos, existe a concepção de que a merenda escolar naquela escola tem a função de saciar a fome dos alunos que vêm de casa sem se alimentar e, em virtude disso, há ainda a idéia de que a merenda escolar atrai o aluno para escola. É uma visão fatalista de que a escola por si só, como instituição de ensino, não consegue atingir o objetivo de atrair o aluno, eximindo-se, portanto, dessa responsabilidade e até o professor de proporcionar um ensino atraente e significativo. Neste sentido, a escola parece ser vista por alguns professores, como um sacrifício, uma obrigação árdua para o aluno e não como uma oportunidade de aprendizagem e de socialização.

Embora a merenda escolar deva ser entendida como direito de cidadania, independente das condições de vida, e “como algo natural em um ambiente onde existem crianças que, por serem crianças, sentem fome” (Lima, 1986), ela é percebida pelos professores e funcionários como política assistencialista, uma vez que entre seus objetivos oficiais está a melhoria das condições nutricionais dos alunos. A partir dessa premissa, percebe-se a razão pela qual a população teve a mesma representação encontrada entre os professores e funcionários entrevistados em relação à função da escola: atrair, manter e promover melhor aprendizagem para o aluno.

Para Demo (2005), assistencialismo significa sempre o cultivo do problema social sob a aparência da ajuda, configurando estratégia de manutenção das desigualdades sociais, diferentemente de assistência que corresponde a um direito humano. Neste sentido, a despeito de se julgada como um programa assistencialista, ou um benefício do Estado para reter a criança na escola e/ou para melhorar seu rendimento escolar, a merenda deveria se configurar como um direito garantido à criança que permanece na escola, em média, quatro horas por dia, de receber alimentação para suprir suas necessidades nutricionais nesse período. Para Abreu

“A condição de trabalhador dos alunos – presente ou futura - deve ser o ponto de partida para se construir a escola possível. Do ponto de vista do cidadão-trabalhador-estudante, a escola precisa ir além de sua função social de agência socializadora do saber sistematizado” (Abreu, 1995, p.2).

No Brasil, as políticas de alimentação para o trabalhador se fundamentam na idéia de que a força de trabalho é o elemento-chave para a produção econômica. Sendo assim, foi criado, na década de 70, o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, com o objetivo de melhorar o estado nutricional do trabalhador, aumentar sua produtividade e reduzir os acidentes de trabalho e absenteísmo (Santana e Veloso, 2002).

Observa-se uma contigüidade dos objetivos que alavancaram a criação dos dois maiores programas sociais de alimentação e nutrição no Brasil: o PAT e o PNAE. Os objetivos do PNAE, criado um pouco antes na década de 50, são semelhantes ao do PAT, pois ambos visam à melhoria das condições nutricionais e da capacidade de aprendizagem e conseqüente redução dos índices de absenteísmo, repetência e evasão escolar. Entretanto, existe uma diferença significativa de sentido entre os dois programas: enquanto o PNAE ficou e ainda é marcado como um programa assistencialista, para “matar a fome dos filhos dos pobres”, o PAT evoluiu e não parece ter a mesma função. Ele é visto como um programa social que leva em consideração o direito do trabalhador em receber alimentação, seja por meio de restaurantes da própria empresa, serviço de terceiros ou pela distribuição de cupons (vale-refeição) num esquema de refeições convênio, que possibilitam acesso a estabelecimentos credenciados, além do fornecimento de cestas de alimentos (IPEA, 1994; Valente, 1996). Talvez o que contribua para que o PAT não seja encarado como programa assistencialista seja o pagamento das refeições, embora a contribuição do trabalhador seja menor que a do empregador, fato que não acontece com o PNAE, uma vez que este é totalmente financiado com recursos governamentais.

Em concordância com Abreu (1995), optou-se por dizer que a merenda escolar pode, sem ter a pretensão de melhorar o estado nutricional dos alunos, influenciar positivamente no rendimento escolar, uma vez que, agindo sobre a “fome do dia” ou fome momentânea, aumenta a capacidade de concentração dos alunos nas atividades escolares. No período de observação da escola estudada, chamou atenção o fato de o que estava sendo servido aos alunos, logo de manhã, era um desjejum composto por pão com margarina e leite. Havia dois anos que esta refeição estava sendo servida na escola a pedido do atual diretor. Anteriormente era comum as crianças chegarem à escola em jejum, o que, segundo os entrevistados, comprometia o rendimento escolar, deixando os alunos ainda mais ansiosos pela hora da merenda. Esta prática, porém, destituiu os pais da responsabilidade em alimentar seus filhos, transferindo-a para a escola, que

não deveria ter esta função, uma vez que já existe a merenda escolar, não cabendo a ela a assunção deste papel.

Para Vieira (2002), quaisquer que sejam os determinantes da fome ou privação alimentar, as conseqüências para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem são bastante discutidas e até, incorporadas ao senso comum.

A relação entre fome e aprendizagem esteve bastante presente nos discursos dos professores e funcionários, sob a premissa de que quem tem fome não aprende bem, cabendo à merenda escolar a função de saciar a fome dos alunos para que eles tenham um melhor aprendizado, porém a fome e até mesmo a desnutrição, não são determinantes para o prejuízo da aprendizagem, uma vez que a inteligência não depende só de fatores orgânicos, mas também de um ambiente de estímulos emocionais e pedagógicos eficientes.

“... a criança que está na escola pode estar com fome. Porém, aí, é uma outra discussão. Neste assunto, é necessário separar quando se fala em fome e quando se fala em desnutrição, pelo que está implícito no discurso de cada uma. A fome é uma necessidade primária, e quando não atendida pode interferir na disponibilidade da pessoa para qualquer atividade. Uma criança com fome está menos disponível para brincar, para correr, para aprender, inclusive. Satisfeita a necessidade básica, a criança apresenta-se com todo seu vigor, novamente. [...] Este discurso, ao mesmo tempo que dificulta a percepção dos determinantes reais do fracasso escolar, coloca para a merenda um objetivo que já se sabe, de antemão, inatingível. A merenda não é capaz de resolver o fracasso escolar” (Moysés e Collares, 1995, p.44).

Estudo realizado com professores do Egito mostrou que embora a prevalência de desnutrição nos escolares seja de 30%, eles não a consideram um fator determinante do baixo rendimento escolar. Atribuem esta questão aos hábitos alimentares inadequados dos escolares, como a omissão do café da manhã, pois eles acreditam que isso pode afetar negativamente a interação das

crianças com os professores e a sua capacidade para os estudos, muito provavelmente, porque o jejum diminui a capacidade de concentração (Galal *et al.*, 2005). Resultado semelhante foi obtido por Vieira (2002), ao estudar as representações sociais do programa de alimentação escolar da Prefeitura de Ribeirão Preto. Para a autora, essas representações envolvem a compreensão do corpo doente, sem estar em condições de realizar suas tarefas habituais, e, no contexto das classes populares, para as quais a representação do corpo saudável é ter capacidade para executar suas atividades normalmente e, conseqüentemente, freqüentar a escola em condições de aproveitar o trabalho pedagógico. Ainda de acordo com a autora, na convivência com o sofrimento e fome dos alunos, os professores deparam-se com a injustiça social e suas próprias condições de vida e trabalho e, quanto maior a distância entre as características das tarefas efetivamente realizadas, daquelas que deveriam ter sido realizadas, maior será a necessidade de investimento afetivo, cognitivo e de esforço para o enfrentamento destas condições.

“A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘invasão da práxis’ se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.” (Freire, 1983)

A superação desta realidade social percebida pelos professores e funcionários sobre as condições de vida dos alunos, pode e só será possível por meio da conscientização dos educadores e educandos sobre os fatores da realidade que sustentam situações de opressão. Enquanto, passivamente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar for representado socialmente como alimento para saciar a fome de carentes ou como política social para manter os alunos na escola, não haverá mudança. A busca pela transformação social só é possível pela superação da percepção mágica ou ingênua da realidade por meio da reflexão que provocará a conscientização para a ação (Gadotti, 1991).

Cabe aos professores e funcionários que participaram da pesquisa, analisar a realidade vivida por eles e por seus alunos, para que possam contribuir como mediadores das ações educativas na escola. Assim, conhecendo o cotidiano, a forma de vida dos alunos e seus limites econômicos, será possível reelaborar sua forma de trabalho com base nesta realidade, melhorando a qualidade do ensino. Portanto, suas idéias ou suas representações sociais sobre a alimentação e a saúde no espaço escolar, precisam ser consideradas e problematizadas, tarefa possível somente através do diálogo.

Embora necessário, na prática, o estabelecimento do diálogo com os atores sociais da escola, principalmente com os professores, não foi uma tarefa fácil. Para a realização do projeto educativo, foram necessários alguns encontros com os professores e funcionários para a discussão dos resultados da presente pesquisa, e a construção, em conjunto, de uma intervenção educativa relativa à alimentação, mas muitos apresentaram resistência quanto à sua participação. Esta atitude, talvez tenha sido pela transferência de mais atribuições para a escola que, somadas às cobranças pedagógicas, acabaram sobrecarregando o trabalho do professor, ou, ainda, uma inconformidade pela possibilidade de mudança de uma realidade que parece já determinada, e, problematizá-la, significa superar a acomodação e o distanciamento existente entre educadores e educando numa atitude que exige comprometimento.

Uma escola de qualidade, com educadores comprometidos com as desigualdades sociais, presentes na sociedade, precisa ser pensada, uma vez que constitui a porta de entrada do aluno para o mundo. Embora a escola tenha importância ímpar na formação de qualquer criança, enquanto cidadão, na escola estudada esta afirmação merece ser destacada, na medida em se analisa os raros recursos culturais daquela comunidade. Neste aspecto, pode-se ressaltar que, entre os membros das famílias dos alunos maiores de 15 anos, 13,42% possuem o 1º grau completo, 4,62% possui o 2º grau completo e 0,46% possui curso superior, ou seja, entre seus familiares é baixo o nível de escolaridade.

## 5.2- O papel da mãe na alimentação

O cuidado com o lar, e, principalmente, com a alimentação da família, é culturalmente função pertencente à mulher desde a escolha do que comer, de como preparar e os horários das refeições. De acordo com Gracia-Arnaiz (1996, p. 30), existe um conceito generalizado de que as mulheres sempre foram e ainda são etnográfica e historicamente, as responsáveis pela alimentação cotidiana da família, principalmente nas classes sociais menos favorecidas, onde a mulher assume a responsabilidade do trabalho doméstico, ainda que trabalhe fora.

Mesmo que haja comida em casa, a ausência materna na hora das refeições amplia a possibilidade das crianças não se alimentarem de forma adequada, antes de irem para escola, pois o momento da refeição, além de nutrir, marca desde as primeiras etapas da vida, uma relação de cumplicidade entre mãe-filho, imprimindo ao ato alimentar da criança, uma dimensão afetiva e de cuidado que contribui e promove o estímulo ao consumo, aceitação e experimentação de novos alimentos. (Rotenberg e De Vargas, 2004)

Diante disso, pôde-se entender porque alguns professores e funcionários afirmaram que muitos alunos vão para a escola em jejum, sem café da manhã ou almoço. A explicação para este fato parece ser muito mais de ordem social, em decorrência do trabalho dos pais, que saem muito cedo de casa para o trabalho na roça, do que de ordem econômica, pela ausência de alimentos.

Entre os quinze professores e funcionários que participaram da pesquisa, quatorze são mulheres e apenas nove têm filhos. Neste sentido, pode-se perceber o quanto são parecidos os problemas enfrentados pelas mães dos alunos e professoras que também saem cedo de casa para o trabalho e muitas ainda lecionam nos turnos da manhã e da tarde. Ainda que haja semelhanças nos horários de trabalho, as condições socioeconômicas são diferentes. Talvez este fato contribua para que professores e funcionários tenham a representação de que os seus alunos vivem em condições de insegurança alimentar no âmbito doméstico, hipótese muitas vezes levantada para explicar a “fome” com que os

alunos chegam à escola pela manhã ou que sentem em sala de aula à espera do horário da merenda.

O estudo realizado entre as famílias dos alunos da escola mostrou que embora as famílias sejam pobres, elas se consideram “remediadas”, na medida em que conseguem obter o necessário para o seu sustento (Boog *et al*, 2006).

A merenda escolar no presente contexto, constitui-se uma “tranqüilidade” para as mães, na medida em que elas não precisam se preocupar com a alimentação de seus filhos, enquanto estes estão na escola. Vale ressaltar que esta “tranqüilidade” que o programa oferece para as famílias dos alunos está implícita entre seus objetivos: “... atender às necessidades nutricionais dos alunos, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos...” (Brasil, 2004c). Porém, a merenda não visa substituir o desjejum ou o almoço, mas a escola fornece, além da merenda, a primeira refeição do dia, solicitação feita mediante a realidade social dos alunos. Alguns deles vão a pé para a escola, chegando a caminhar mais de 5 km. Mesmo que tenham tomado o desjejum em casa, provavelmente chegarão com fome. Se por um lado o fornecimento do desjejum veio atender esta necessidade, por outro, ele passou a ser considerado por todas as famílias, independentemente do local de moradia, uma responsabilidade da escola.

### **5.3- A fome dos professores**

Neste aspecto, depreende-se que a merenda escolar constitui-se uma importante refeição para o professor, como foi identificada em algumas falas, embora as justificativas para esta afirmação sejam diferentes daquelas dadas para os alunos. Muitos dos professores trabalham também em outra escola, ou seja, têm dupla jornada de trabalho, sobrando pouco tempo para almoçar e se deslocar de uma escola à outra, o que no segundo caso, leva algum tempo, uma vez que a escola estudada está localizada na zona rural, distante do centro

aproximadamente 15 km. As falas de dois professores demonstram exatamente esta situação: *“No caso da gente que dobra dois períodos, ela tem muita importância, porque o meu almoço é o que eu como aqui na merenda. Então têm três dias que eu não vou pra casa almoçar. A comida da merenda é o que eu fico o dia todo” (P12).*

Diante desta realidade, percebe-se o quanto é difícil para esta classe trabalhadora realizar suas refeições e, por isso, têm a merenda escolar como um “apoio” ou até mesmo como almoço, embora a merenda seja oficialmente destinada aos alunos. Uma vez que a alimentação marca os ritmos temporais como os ciclos de jornada diária, a merenda escolar, além de ser um momento de se alimentar, marca também o tempo de trabalho e repouso para todos os atores sociais da escola.

A impossibilidade da pausa para o almoço é sentida pelos professores como uma restrição ao direito ao alimento, e a pausa para o descanso é agravada ainda pelo fato de terem que se deslocar para outro município, para dar aula em outra escola no período da tarde. Por outro lado, a hora da merenda é além de um momento de descanso – impossível ao meio-dia – um momento de convivibilidade no qual o alimento é o mediador do processo.

Neste sentido, considera-se que a merenda não pode ser negada a ninguém que esteja presente no local. A propósito vejamos o que traz

“A falta de uma coesão social espelha-se em padrões alimentares irregulares, em sanduíches engolidos às pressas e em trânsito, em cafés da manhã tomados em pé, num balcão, em alimentos cujas porções já vêm embrulhadas, em marmitas comidas em silêncio e solitariamente. [...] Quando o alimento não é preparado para ser dividido, perdemos um importante ritual de expressão de nossa identidade social e de demonstração de nosso afeto aos outros” (Jackson, 1999).

Stolarski (2005) avaliou, em sua dissertação de mestrado, o censo escolar realizado em 2004 (INEP, 2004), no qual foram apresentadas 28 questões com o objetivo de avaliar a realidade do PNAE nas escolas brasileiras – ano base 2003. Entre as questões para serem respondidas pela direção das escolas, havia uma sobre a clientela do PNAE, ou seja, a quem a merenda havia atendido naquele ano. A autora ressalta que as opções disponibilizadas no questionário do Censo Escolar, para a presente questão, foram: alimentaram-se apenas alunos da educação infantil e ensino fundamental; alimentaram-se todos os alunos, inclusive ensino médio e EJA; alimentaram-se todos os alunos, professores, merendeiras e funcionários; e todos os citados anteriormente e membros da comunidade. Os resultados apontam que em 40,9% das escolas, a merenda escolar era servida para todos os alunos, inclusive do ensino médio e EJA, professores, merendeiras e demais funcionários, e ainda destaca que a base de dados utilizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para o cálculo do recurso do PNAE, aos estados e municípios, considera apenas os alunos matriculados no ensino infantil e fundamental.

Neste aspecto, este resultado mostrou que, apesar de não ser oficialmente destinada aos professores e funcionários da escola, a merenda lhes serve de alimento também, e por não serem contados na base de dados para cálculo do repasse dos recursos às escolas, o atendimento aos alunos pode estar sendo prejudicado. Entendemos então que se há consumo da merenda entre outros atores sociais da escola, além dos alunos da educação infantil e ensino fundamental, é preciso repensar o PNAE no sentido de redimensionar recursos e clientela atendida, pois de acordo com os resultados da presente pesquisa, para muitos professores e funcionários a merenda escolar tem tido papel importante na sua alimentação diária. Além disso, não se podem descartar os valores sociais inerentes às práticas de comensalidade, tais como: oferecer alimento que se está comendo a quem estiver próximo; incorporar a todas as faces da alimentação/alimentação escolar o fato de que o alimento é sempre mediador das relações sociais e, por isso, um instrumento para o fortalecimento dos vínculos,

dos laços de confiança e da união das pessoas, aspectos também muito relevantes para o desenvolvimento do trabalho escolar.

“O homem não vem geneticamente preparado para a vida social; ele necessita dos elementos culturais para informar sua ação. Por isso, precisa estar inserido num processo simbólico, do qual é criador e criatura. É esse processo que vai lhe dizer, por exemplo, o quê, quando, com quem, onde e como deve comer. Isso é muito mais complexo que satisfazer o instinto da fome. Entretanto, este último desempenha um papel importante em relação ao sistema simbólico. É da dinâmica entre ambos que se atualizam os hábitos alimentares. Por isso, é correto dizer que o alimento carrega um valor ao mesmo tempo utilitário e simbólico.” (Daniel e Cravo, 2005, p.67)

Muitos professores, em conversas informais, referiam-se a esta prática como uma necessidade para garantir uma renda melhor, mas a considera muito sacrificante, principalmente em relação às suas práticas alimentares que acabam ficando prejudicadas pela falta de tempo, ausência do almoço com a família ou pela qualidade dos alimentos que ingerem. Alguns substituem o almoço tradicional pela merenda da manhã e da tarde, nas duas escolas que trabalham; outros levam lanches de casa, como sanduíches; e outros, ainda, relataram que comem um salgado pelo caminho, para continuar o trabalho no período da tarde. Foi possível perceber, então, como o trabalho reorienta a estrutura da alimentação tradicional destes sujeitos, obrigando-os a se adequarem às possibilidades conjunturais, prejudicando até mesmo sua saúde. O inquérito socioeconômico realizado com os professores e funcionários da escola mostrou que nenhum deles recebe qualquer tipo de ajuda alimentar do município, seja cesta básica, vale-refeição ou outro benefício. O recordatório alimentar de 24 horas realizado com 11 professores, mostrou que cinco deles não almoçavam em casa por trabalharem os dois períodos da manhã e da tarde. Esta necessidade dos professores de aumentar a carga de trabalho para dois períodos reflete a histórica e ainda atual

situação desta classe trabalhadora no Brasil, que sempre foi desvalorizada e por isso convive com más condições de trabalho e remuneração.

Em artigo publicado sobre a inserção do professor e como o trabalho reorienta a estrutura da alimentação tradicional, Bicudo-Pereira *et al.* (2003) concluem que estes programas ainda estão centrados nos alunos, deixando os professores e demais sujeitos, que constituem a comunidade escolar, à margem dos processos educativos em saúde.

Somando-se à situação da falta de tempo para as refeições, alguns entrevistados que “precisam” da merenda como componente da alimentação diária, esbarram em outro problema: o tipo de alimento oferecido na merenda que habitualmente não se consome numa refeição como almoço, ou ainda alimentos mais direcionados para criança, como no caso do sucrilhos com leite ou doce.

#### **5.4- A merenda escolar**

A pesquisa qualitativa constitui-se importante instrumento para a compreensão de fenômenos sociais, pois permite a reflexão do pesquisador na tentativa de descobrir a subjetividade inerente às ações humanas, inclusive a alimentação, enquanto fenômeno bio-psico-social. As pessoas devem comer, sim, nutrientes e calorias para manter o funcionamento corporal, mas não é só isso. É nutrição, é ciência. A pesquisa qualitativa, neste sentido, permite ao pesquisador compreender outros significados inerentes à subjetividade do fenômeno alimentar e, para isso, precisa compreender e apreender sua multidimensionalidade.

“Há muito tempo os antropólogos afirmam que o comer envolve seleção, escolhas, ocasiões e rituais, imbrica-se com a sociabilidade, idéias e significados, com as interpretações de experiências e significações. Para serem comidos, ou comestíveis, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados, e preparados pela culinária, e tudo isso é matéria cultural” (Canesqui e Garcia, 2005, p.9).

Quando se buscou compreender os aspectos referentes aos alimentos servidos pelo Programa de Alimentação Escolar, bem como sua qualidade e aceitação, pôde-se perceber os aspectos relacionados à dimensão simbólica dos alimentos.

A respeito do que é servido na merenda, foram encontradas nos discursos do corpo docente e funcionários da escola, algumas opiniões e representações sociais sobre o tipo de alimento servido que foram assim categorizadas pela pesquisadora: “comida mesmo”, “alimentação forte/fraca”, “alimento fraquinho”, “alimentação rica/pobre”, “alimentação saudável”, “alimento pesado”, “alimento quente”, também encontrada por outros autores que estudaram as representações sobre os usos dos alimentos (Brandão, 1981, Canesqui, 1976).

A preferência pela refeição salgada chamada pelos entrevistados de “comida mesmo”, em oposição aos lanches, marca esta dimensão simbólica da alimentação, pois a refeição salgada constituída de arroz, feijão e carne é aquela capaz de saciar a fome e sustentar o corpo para o trabalho e para o estudo. Em oposição e sob a designação de alimento fraco, que não sustenta, os entrevistados se referiram aos lanches compostos por bolachas, pão, suco, fruta, leite e sucrilhos: “*eu acho muito fraquinho servir, por exemplo, sucrilhos com leite*” (P15).

Neste aspecto, a representação do alimento forte e fraco passou a ser articulada após estudo feito por Zaluar (1985) com as camadas de baixa renda do universo urbano. Foi depois disso, que a autora identificou o padrão alimentar arroz-feijão-carne como o alimento que os pobres urbanos consideram “comida mesmo”. As outras coisas, verduras, legumes, frutas são chamadas de coisinhas que não são fortes e por isso não sustentam ou satisfazem e servem para tapear a fome, e quem não come comida, “faz lanche”.

Sucrinhos foi um dos alimentos que mais sofreu críticas dos professores e funcionários, e esteve presente em várias falas, por se tratar de um alimento considerado “fraquinho”, mesmo que nutricionalmente seja um alimento bastante

energético. Em todas as idades, encontramos uma alimentação entendida como apropriada para aquela faixa etária, em função das representações sobre cada alimento em função da idade, sexo e papéis sociais (Daniel e Cravo, 2005). Embora sucrilhos seja um alimento caro e culturalmente destinado a crianças e jovens, como sanduíches, chocolate, sorvete, bala e refrigerante, na visão dos entrevistados ele não é apropriado para a realidade daqueles alunos da zona rural por não ser considerado “comida mesmo”, aquela que sustenta e que mata a fome. Para Daniel e Cravo (2005)

“... essas são questões que passam pelo poder aquisitivo dos segmentos sociais, e esse tipo de alimento, considerado não nutritivo, tem um espaço muito maior nas classes abastadas do que nas famílias de baixa renda” (Daniel e Cravo, 2005, p.63).

Nas falas dos sujeitos entrevistados, o que chamou a atenção foi a crítica à falta de variedade e constante repetição dos alimentos servidos, provavelmente foi que os levou a classificar estas refeições de pobres e pouco saudáveis. Estudo realizado por Silva *et al.* (2002) aponta que:

“[...] o conceito ideal da alimentação saudável é definido pelos profissionais de saúde como uma condição alimentar que deve ser variada, balanceada e equilibrada com nutrientes; que ofereça benefícios à saúde para a adequação às necessidades nutricionais do indivíduo para um peso saudável e que tenha alimentos frescos naturais e integrais.”

A divulgação deste conceito está cada vez mais sendo incorporando pelos diversos setores sociais, que mesclam os saberes populares sobre a alimentação com o discurso médico-nutricional e os reinterpretem com base na sua própria cultura.

Observou-se que um professor utilizou um conhecimento técnico para designar a qualidade da merenda “*a grande qualidade da merenda aqui é só carboidrato, então eu não considero muito saudável não*” (P04). Percebe-se nesta

fala uma apropriação do saber médico-nutricional, o que vem ocorrendo pela crescente valorização da alimentação saudável em busca da saúde.

O fenômeno chamado por Fischler (1990) de medicalização da alimentação é reflexo da grande disseminação de conhecimentos científicos, divulgados pelos serviços de saúde e pela mídia que informam o que é mais saudável, nutritivo, saboroso ou adequado para ser ingerido, muitas vezes ignorando a cultura alimentar dos indivíduos e grupos, tornando o ato alimentar vazio de sentido onde as pessoas cada vez mais consomem nutrientes e não alimentos com cores, sabores, cheiros, lembranças.

Se este discurso aponta que para ser saudável a alimentação deve ser variada, rica e equilibrada em nutrientes, na visão dos entrevistados, a merenda não pode ser considerada saudável se não há variedade, pois uma alimentação pobre não é representada somente pela ausência de alimentos, mas também por refeições monótonas e estereotipadas. Para Zaluar (1985) “comer ‘alimentos variados,’ diariamente, caracteriza o modo de vida dos ricos”.

A presença da pesquisadora na escola permitiu a constatação desta repetência semanal das preparações servidas na merenda escolar e, ainda, da baixa oferta de frutas, verduras e legumes, sendo as frutas servidas apenas uma vez por semana e os legumes e verduras raramente servidos. Algumas vezes na semana, quando é servido, por exemplo, leite com chocolate e bolacha ou suco e pão com margarina, a alimentação escolar é representada pelos entrevistados como uma alimentação pobre, principalmente, pela ausência da carne, alimento muito valorizado pela nossa cultura, por ter valor simbólico de comida “forte”, que tem vitamina (Zaluar 1985) e de grande valor social. Entre o grupo estudado pela autora, a carne “é um símbolo poderoso de prestígio social e riqueza” além de ser considerada no seu valor nutricional – comida “forte”, “boa para a saúde”, principalmente pela idéia de que “quem não come carne passa por privação alimentar”. A ausência de carne numa refeição, portanto, não significa somente falta de nutrientes que ela contém, porque esta falta pode ser suprida por outros alimentos. Para a mesma autora, mais do que isso, a falta de carne significa a

falta de algo que é muito importante e desejado: “é a eterna insatisfação alimentar”.

Stolarski (2005) ressalta que “o panorama dos cardápios do PNA, no País, apresenta uma combinação de preparações simples – doces e salgadas – em percentuais diferentes, de acordo com a localidade” e independe do horário em que é servida a merenda, seja no meio da manhã ou no meio da tarde, os cardápios são semelhantes: arroz, feijão, farofa e carne, macarrão com sardinha, arroz-doce, polenta com frango e salada, leite com sucrilhos, suco com cachorro-quente, canja, canjica ou mungunzá, e assim por diante.

Na escola estudada não é diferente. Independentemente da época do ano ou do horário em que é fornecida a alimentação escolar, os alimentos são os mesmos, não havendo, portanto, adaptação aos dias quentes ou dias mais frios do ano, o que acaba provocando muitas vezes a não aceitação e críticas à merenda.

A inadequação das preparações às épocas do ano foi motivo de algumas críticas dos entrevistados ao que é servido, inclusive atribuindo aos alimentos qualidades e propriedades simbólicas como alimento “quente” e “pesado” associando-as à temperatura do ambiente como mostra a fala de um professor.

*“No período da tarde eu percebo assim que às vezes o tipo de alimentação servida eu acho inadequada pro horário, entendeu? Quando chega no verão que às vezes eles oferecem polenta com carne moída eu acho muito pesado e quente pra eles.”(P15)*

Este tipo de inadequação das preparações com a época do ano poderia ser melhorado ou corrigido por meio de um melhor planejamento dos cardápios e sistemas de compras, inclusive com participação da comunidade escolar nos processos de decisão. Após a descentralização do PNAE, ocorrida em 1994, os municípios passaram a ser as entidades responsáveis pela execução do

programa. Em Valinhos, o programa é executado pela da prefeitura. Ela recebe, administra, repassa verbas e faz prestação de contas do recurso federal, sendo também responsável pelo planejamento dos cardápios, aquisição e distribuição dos alimentos nas escolas, tendo com isso, total autonomia para adequar a merenda as realidades locais, o que não era possível antes do processo de descentralização, uma vez que as decisões e compras dos alimentos a serem servidos eram feitas a nível Federal. Segundo o Consea

“A implantação do PNAE é de responsabilidade das três esferas de governo – Federal, estadual e municipal – e os recursos repassados pelo governo federal são complementares às contra-partidas dos demais níveis” (Consea, 2004b, p.59).

Embora o programa tenha já sofrido mudanças, após sua descentralização em várias regiões do país, a fala de um dos entrevistados demonstra a manutenção do modelo de alimentação oferecido nas escolas que privilegia sempre os mesmos alimentos, formulados ou industrializados, como molhos, sucrilhos, bolacha, suco artificial, salsicha, bolos prontos, entre outros, há muitos anos servidos como merenda.

*“... é sempre a mesma coisa, não muda, semana que vem é a mesma coisa, a outra semana é a mesma coisa, então você não tem uma variação. É aquela coisa, você sabe, não varia, entra ano e sai ano é assim. Falam assim: esse ano vai ser desse jeito e o ano que vem vai ser outro. O ano que vem se repete a mesma coisa.” (P10)*

Esta imobilidade, manutenção e privilégio a esse tipo de alimento tem sua origem na própria história do programa, que, de acordo com Silva, (2000) até antes da descentralização

“... os procedimentos relativos à distribuição dos recursos jamais foram norteados por critérios de equidade ou orientados à população biológica e socialmente mais vulnerável. Invariavelmente, foram baseadas em atitudes

centralizadoras, permeadas de práticas “clientelistas” para aquisição pelo Estado de alimentos “formulados” adquiridos junto a um sub-setor muito especializado da indústria de alimentos” (Silva, 2000).

Esta prática centralizada de compras não permitia adequar a merenda às realidades sócio-culturais dos escolares, mas agora esta prática já é possível uma vez que cabe aos municípios a administração da alimentação escolar. A fala de um dos entrevistados aponta uma justificativa para a ausência de alimentos mais “naturais” na merenda, em oposição aos industrializados, que pode ter como motivo a maior facilidade e comodidade que os alimentos trazem aos gestores da merenda.

*“Essas coisas (alimentos in natura) estragam, então eu percebo que eles mandam alimentos que não estragam, que a durabilidade é maior, o prazo de vencimento é maior” (P14).*

Por outro lado, a inclusão de alimentos na merenda requer recursos humanos qualificados e em número suficiente, o que não é a realidade da maioria das escolas e nem da escola onde foi realizado este estudo. As duas merendeiras acumulam a função de faxineiras da escola.

A preferência por alimentos naturais, considerados saudáveis, em oposição aos formulados pelos entrevistados foi percebida também no estudo de Vieira (2002), e representa, segundo a autora, a possibilidade de interferência das merendeiras na maneira de preparo e no resultado final das preparações que podem ser adaptadas aos gostos e particularismos locais.

Para Fischler (1990), por meio da culinária, os alimentos são marcados e identificados culturalmente. Ao preparar e servir um alimento a seu modo ou à sua cultura, com os temperos, tempo de cozimento, cortes e afeição, as merendeiras fazem com que a comida seja reconhecida como caseira, familiar, adquirindo assim características simbólicas que evoquem o lar, e a afetividade da comida, o que é menos possível aos alimentos industrializados, com monotonia de sabor, que não são significados pelos entrevistados como saudáveis.

Para Fischler, quando se alimentam, os homens não ingerem somente nutrientes ou calorias, incorporam também o significado, o valor simbólico dos alimentos. Este é o chamado princípio da incorporação:

“Incorporar um alimento é, tanto no plano real quanto no plano imaginário, incorporar todas as partes de suas propriedades: somos o que comemos. A incorporação funda a identidade. A fórmula alemã *Man ist, was isst* (somos o que comemos) é verdadeira no sentido literal, biológico: os alimentos que absorvemos proporcionam não só a energia que nosso corpo consome, mas também a substância mesma deste corpo, no sentido que contribuem para manter a composição bioquímica do organismo. É válida também para o nosso imaginário. O alimento absorvido nos modifica até o interior. É ao menos a representação do que se constrói o espírito humano: se considera que o incorporado modifica o estado do organismo, sua natureza sua identidade” (Fischler 1990, p. 66).

O Consea (2004a) prevê, entre suas diretrizes, que, nas diferentes etapas dos processos de produção da alimentação escolar, deve haver estímulo ao comércio local, ao consumo de alimentos frescos, *in natura*, sempre respeitando as culturas locais entre as diversidades regionais no país; mas o PAE local, enquanto programa social, vem, ainda, desconsiderando os educandos, seu público alvo, enquanto sujeitos históricos em constante transformação. Tem suas bases ainda fixadas no que Freire (1983) chama de educação bancária, aquela verticalizada, a qual privilegia a imobilidade, a permanência, a não mudança e talvez, por isso, fomente o sentimento de fatalismo na população, em virtude deste modelo vigente de política pública e de caráter assistencialista.

Valinhos é um município conhecido pela sua produção de frutas, inclusive para exportação. Grande parte desta produção está concentrada no bairro onde está localizada a escola, inclusive com a participação de muitos pais e alunos na atividade agrícola, configurando esta atividade a realidade daquela população. O estímulo ao comércio local e o respeito às culturas locais como previsto pelo CONSEA, parece ainda não ser uma realidade no município que

ainda não incorporou efetivamente à merenda, as frutas e outros alimentos *in natura* produzidos pela comunidade local.

Além disso, a valorização e a incorporação de frutas, legumes e verduras à merenda escolar, pode fazer parte do processo educativo nas escolas, e ser um estímulo ao consumo desses alimentos como prevê a Portaria Interministerial Nº. 1.010, de 8 de Maio de 2006, a qual institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

Neste aspecto, as diretrizes formam um conjunto de ações que envolvem toda a comunidade escolar como a família, os professores, as merendeiras, as cantinas, as Instituições de Ensino e Pesquisa, as Secretarias Estaduais e Ministérios da Educação e Saúde, os Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde e os Conselhos de Alimentação Escolar. Esta portaria publicada recentemente, ao instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas, reconhece que esta deve ser entendida como direito humano, e define eixos prioritários para a promoção da alimentação saudável nas escolas. Embora a escola pesquisada não tenha cantina, existe o comércio informal de doces (pirulitos) e salgadinhos industrializados, que são armazenados e vendidos na diretoria, durante o intervalo, com o objetivo de arrecadar verbas revertidas para benfeitorias na escola e realização da festa de Natal no fim do ano.

Durante o período da pesquisa, a escola adquiriu uma máquina de fazer algodão doce com o dinheiro da venda dos pirulitos e salgadinhos, com o intuito de “trazer alegria” aos alunos e também reverter em recursos orçamentários para a escola mediante seu aluguel. É uma atitude ingênua e fruto talvez da desinformação.

A respeito do comércio de doces dentro da escola, entre os eixos prioritários da Portaria interministerial nº. 1.010 (Brasil, 2006) para a promoção da alimentação saudável na escola, está a restrição ao comércio de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal.

É reconhecido pela literatura científica o papel dos açúcares, mais especificamente da sacarose na etiologia da cárie dentária, mesmo que os indivíduos estejam expostos a fatores de proteção amplamente difundidos como os fluoretos. Embora indicadores epidemiológicos de cárie dentária mostrem importantes declínios em sua prevalência, esta morbidade ainda representa o maior problema bucal de saúde pública no Brasil (Traebert *et al*, 2001). Há ainda a ser mencionado que este tipo de alimento fornece baixo conteúdo de micronutrientes e elevado teor calórico, o que pode contribuir para o aumento de peso, uma vez que vários estudos têm associado o excessivo consumo de alimentos ricos em açúcar por crianças e adolescentes pela crescente prevalência de sobrepeso e obesidade nesta população (Nicklas, *et al*.2001; Renders *et al*, 2004; Carmo *et al.*, 2006;).

Se existem desinformação e incentivo ao consumo de doces na escola, como é possível nas aulas de ciências ou em outra atividade de educação nutricional, haver o incentivo ao consumo de verduras, frutas e legumes em lugar dos doces e refrigerantes? Que confusão estar-se-ia criando na mente destes alunos? Percebe-se aí, muita incoerência.

Para Paulo Freire, educar exige a corporeificação das palavras e dos ensinamentos pelo exemplo. Para isso, seria necessário o envolvimento da comunidade escolar para a concretização da promoção da alimentação saudável.

“O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigurosidade do pensar certo, nega, como falsa, a fórmula farisaica do ‘faça o que mando e não o que eu faço’. Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou nada valem. Pensar certo é fazer certo” (Freire, 1997, p.38).

De modo geral, a merenda é representada como uma refeição saborosa e “limpa” pelo fato de ser elaborada com capricho e amor pelas merendeiras que recebem muitos elogios pela dedicação no preparo das refeições, principalmente

em relação às condições higiênico-sanitárias. Vieira (2002) faz essa mesma associação ao afirmar que esta representação “conduz ao papel da mulher num lar higienizado que parece ter sido transferido para o interior da escola”. Além disso, a autora ressalta que a apreensão do atributo “limpinho” remete tanto a especificação que determina condições higiênico-sanitárias adequadas, quanto a compreensão de que o reforço deste atributo nas falas pode significar, conforme diz o jargão, “é pobre, mas é limpinho”, e pode ser reinterpretado como “é para”<sup>3</sup> pobre, mas é limpinho”. Esta é uma maneira de velada de se afirmar que o fato de a merenda escolar ser para carentes signifique não ser de qualidade, confirmando a representação de que ela é uma comida para pobre.

### **5.5- A promoção da saúde na escola**

O conceito atual de promoção da saúde surgiu na 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional sobre promoção da Saúde, em 1986, e tem como premissa básica proporcionar e assegurar a todas as pessoas igualdade de oportunidades que lhes permita realizar completamente seu potencial de saúde, a partir do desenvolvimento pessoal de habilidades e atitudes favoráveis à saúde. Isso implica no desenvolvimento de ambientes favoráveis, o que não pode ser alcançado somente por intermédio do setor saúde, mas também pelo lar, pela escola, pelos ambientes de trabalho e por outros espaços coletivos (Buss, 2000).

Para fortalecer o papel da escola na promoção da saúde e estender seu potencial educacional no que se refere à qualidade de vida, surge, no fim da década de 1980, a estratégia “Escolas Promotoras da Saúde”, tendo como base o movimento de promoção da saúde iniciado em Ottawa, em 1986 (Liberal *et al*, 2005).

No Brasil, em 2001, foi formulada uma estratégia direcionada para a população escolar articulada entre os Ministérios da Saúde e da Educação, incluindo temas transversais relativos à saúde nos parâmetros curriculares nacionais para instrumentalizar a comunidade escolar (OPAS/BRASIL, 2005).

---

<sup>3</sup> Grifo do autor da dissertação.

A promoção da saúde no âmbito escolar deve partir de uma visão integral, multidisciplinar do ser humano, que considera as pessoas em seu contexto familiar, comunitário e social, pensa o homem como ser do mundo e com o mundo. Neste sentido, Vieira *et al.* (2005) ressaltam que, para a efetivação da promoção da saúde no âmbito escolar, a participação da comunidade em seu contexto socioeconômico e cultural é fundamental, ou seja, a escola e seu entorno, devem estar envolvidos (Galal *et al.*, 2005).

Quanto à promoção da alimentação saudável na escola, é necessário que os professores compreendam a alimentação humana na sua multidimensionalidade (Morin, 2000), e não só como necessidade fisiológica, pois esta visão os impede de compreender seus determinantes. Muitos documentos oficiais e estudos afirmam que é da competência dos professores, que devem estar pedagogicamente capacitados para isto, uma significativa parcela de responsabilidade de educar a criança em relação às práticas alimentares. (Februhartanty, 2005).

O conhecimento dessa informação é sem dúvida imprescindível na educação para a saúde. Uma escola promotora da saúde deve considerar os estudantes sujeitos ativos e promover aprendizagens significativas, possibilitando-lhes assumirem responsabilidade sobre sua saúde, mediante o que se chama de *empowerment*, e gerando autonomia a partir do pensamento crítico sobre as informações obtidas.

Sendo assim, há diversos fatores que as escolas devem considerar como parte de uma estratégia em busca de um ambiente favorável. Entre estes aspectos destaca-se o ambiente físico (estado do edifício, dos banheiros, da cozinha; a ventilação, a luz, o nível de ruído e as áreas recreativas) apresentado por Pellicioni e Torres (1999), como parte das ações necessárias para transformar uma escola em promotora de saúde.

Foi constatado nesta pesquisa que neste quesito a escola não pode ser considerada saudável, uma vez que o ambiente físico está comprometido, principalmente no que se refere à ventilação, ao estado de conservação e espaço,

considerado pelos professores e funcionários inadequado às necessidades e ao número de alunos.

Observou-se que na escola não há pátio nem quadra para a realização de atividades que necessitam de mais espaço, como as aulas de educação física. Existe uma única área externa utilizada para este fim, mas não tem cobertura, então, quando chove, os alunos ficam sem local para estas aulas. A cozinha e o refeitório improvisado são pequenos e com pouca ventilação, o que causa desconforto térmico, principalmente nos dias mais quentes, comprometendo o trabalho das merendeiras. O refeitório é muito pequeno. Não há espaço para mesas e bancos para acomodar todos os alunos na hora da merenda e muitos deles comem em pé ou saem com o prato para as áreas externas em busca de mais ventilação.

*“Tem falhas, como eu disse do banheiro perto da pia, o espaço físico em si. Nós temos ventiladores, mas não são tantos, precisariam ser mais porque tem horas do dia que a escola esquenta bem.” P04*

Paulo Freire chama atenção para o caráter socializante da escola, aquele que escapa ao ensino formal e contribui para a formação. Chama atenção também para o descaso do governo para as condições materiais das escolas, questionando o ensino que prega o respeito ao espaço público, se a recíproca não é verdadeira.

*“Há uma natureza testemunhal nos espaços tão lamentavelmente relegados pela escola e é incrível que não imaginemos a significação do ‘discurso’ formador que faz a escola respeitada em seu espaço. Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço” (Freire, 1997 p. 50).*

Foi muito importante que a prefeitura da cidade tenha anunciado, de modo solene, que irá iniciar, no próximo ano, a construção de uma nova escola que certamente terá mais espaço e oferecerá mais conforto aos alunos. Esta notícia foi recebida com muita alegria por toda a comunidade escolar. Como este

fato ocorreu nos momentos finais da pesquisa nessa escola, é possível fazer indagações sobre a sua contribuição para esse acontecimento.

Quando questionados se a escola realizava atividades de promoção à saúde, os entrevistados afirmavam que sim, principalmente no que dizia respeito a atividades que “ensinavam” aos alunos a importância da higiene pessoal, como lavar as mãos antes das refeições e escovar os dentes. Embora o tema sobre higiene pessoal e saúde bucal faça parte das ações relacionadas à promoção da saúde escolar, percebeu-se entre os entrevistados uma visão fragmentada e reducionista sobre a saúde. Para eles, a saúde está centrada na doença como fenômeno individual e na assistência médica curativa, cujos determinantes estariam relacionados aos riscos comportamentais passíveis de mudança, que estão pelo menos em parte sob o controle dos próprios indivíduos (Buss, 2000). Nesta abordagem educativa, entretanto, os professores desconsideram aqueles fatores que estão fora do controle dos escolares, como sua condição econômica, de moradia, de saneamento básico e a própria representação social sobre higiene e saúde naquela comunidade.

Vieira *et al.* (2005) ressaltam que, para a efetivação da promoção da saúde no âmbito escolar, a participação da comunidade em seu contexto socioeconômico e cultural é fundamental; ou seja, a escola e seu entorno, devem estar envolvidos, uma vez que o conceito moderno de promoção da saúde envolve toda a participação da comunidade para o enfrentamento das condições ambientais, políticas, educacionais e econômicas que impeçam o alcance de melhores condições de saúde.

Partindo do pressuposto de que a promoção da alimentação saudável configura-se como componente fundamental para a promoção da saúde, a educação nutricional nas escolas deve fazer parte deste projeto (Pilant, 2006). Porém a alimentação deve ser abordada nas escolas como tema transversal e fazer parte de um projeto pedagógico elaborado a partir das necessidades locais, com respeito à cultura alimentar dos alunos e pensada em suas relações simbólicas com a pobreza (Abreu, 1995), assim, para Alba Zaluar

“... a comida é o principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza” (Zaluar, 1985, p. 105).

Na escola pesquisada, observou-se que são raras as iniciativas de educação nutricional. O tema alimentação só é abordado em algumas séries quando este assunto está no conteúdo programático como no de ciências das terceiras e sétimas séries. Durante as entrevistas, percebeu-se, nos professores e funcionários, certo incômodo e dificuldade para falar sobre o assunto, talvez pelo desconhecimento sobre o tema e provavelmente esta deve ser uma das razões pelas quais o tema alimentação não é discutido na escola. Estudo realizado por Caroba e Silva (2002), com amostra de professores da rede pública de ensino de Piracicaba – SP, concluiu que, embora muitos sejam graduados, é muito evidente seu desconhecimento a respeito dos temas relacionados à alimentação e nutrição. Portanto é preciso promover atividades e cursos de atualização dirigidos aos docentes, tendo em vista a reconhecida necessidade da abordagem do assunto no contexto escolar.

Para Davanço *et al.* (2004), é importante que professores aprendam conceitos corretos sobre nutrição, pois estes representam a base para o desenvolvimento de ações educativas na escola. Estes autores avaliaram os conhecimentos sobre nutrição de professores expostos e não expostos a um programa educativo para verificar a eficácia do treinamento oferecido a eles e concluíram que aqueles expostos ao programa, estavam mais bem preparados conceitualmente e também mais sensibilizados quanto ao seu papel de agentes promotores de práticas alimentares saudáveis na escola.

Para o delineamento de um projeto de promoção da saúde e educação nutricional nas escolas, de acordo com os autores já citados, é importante que os professores recebam informações corretas. Também é imprescindível conhecer o que eles pensam sobre seus educandos, sua alimentação e modo de vida para que possam, efetivamente, contribuir e participar da construção desse projeto que

deve ser pensado em conjunto com o setor saúde/educação<sup>4</sup>. Entende-se que políticas públicas ou qualquer projeto de educação devem ser construídos a partir da apreensão da realidade de vida, cultura e necessidades do seu público alvo.

De acordo com Lima *et al.* (1986), estes projetos

“... se inserem dentro de perspectivas amplas no campo da educação nutricional, vez que atinge a um grupo diretamente envolvido com a problemática da nutrição — os alunos das escolas públicas. Como tal, não se esgota em seus pressupostos, objetivos e conteúdos, devendo ser questionado constantemente com os alunos, de modo a responder com clareza às suas indagações no tocante à realidade dos fatos que perpetuam as suas condições de vulneráveis à desnutrição” (Lima *et al.* (1986).

Para a maioria dos professores entrevistados, educação nutricional é a transmissão de conhecimentos de nutrição referentes ao valor calórico e nutritivo dos alimentos, considerando o ato alimentar descontextualizado da sociedade que o determina, mas “o ensino de nutrição não pode ser visto apenas do ponto de vista biológico, separadamente deste fenômeno rico e instigante que é a alimentação humana, situada no âmbito da ecologia e da cultura” (Boog, 2004b).

O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando o mundo. ‘ “Seu’ mundo, em última análise, é a primeira e inevitável face do mundo mesmo” (Freire, 1997 p. 86).

Ainda que o PNAE se revele uma oportunidade para desenvolver atividades de promoção da saúde e alimentação saudável na escola (Costa *et al.*, 2001), há a necessidade de envolvimento e conscientização de toda a comunidade escolar e do setor público neste processo, para que não ocorram contradições. Segundo Aerts *et al.* (2004), o diálogo e a colaboração intersetorial,

---

<sup>4</sup> A Portaria interministerial 1010 de maio de 2006 pode ser considerada como um importante passo em direção à intersetorialidade, uma vez que as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas foram instituídas conjuntamente entre os Ministérios da saúde e educação.

embora se configure uma tarefa difícil, pode ser uma importante estratégia de reconstrução da esfera pública e oferece uma série de vantagens.

“... aumentar o conhecimento e a compreensão entre setores, diminuindo as rivalidades e esclarecendo o papel de cada um; assegurar o planejamento de ações de saúde baseadas no conhecimento ampliado das necessidades da comunidade; garantir que as informações sobre saúde recebidas pelo público sejam uniformizadas”.<sup>5</sup>

O cultivo de frutas constitui a principal atividade econômica das famílias dos alunos da escola estudada e pode, por isso, configurar-se como pano de fundo para iniciativas de educação nutricional na escola e em toda a comunidade local. Ao ser mediada por conteúdos pertinentes à realidade de vida dos alunos, a partir da sua situação presente, a educação nutricional adquire um sentido mais amplo promovendo a reflexão sobre a cultura alimentar de um grupo, fruto de sua origem. É neste ponto que surge o sentimento de pertencimento e de identidade social. No caso da população rural, objeto desse estudo, promoveu-se o resgate da valorização da terra, do orgulho pelo trabalho do agricultor e pelo seu produto em oposição ao modo de vida urbano, que incentiva cada vez mais o consumo de alimentos industrializados em detrimento dos alimentos *in natura*.

“É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática de liberdade. É no momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores” (Freire, 1983, p. 102).

A própria alimentação escolar, como prevê o FNDE, pode e deve constituir-se um meio de incentivo à vocação agrícola da região, e o Programa de Alimentação Escolar municipal, ao dar preferência aos alimentos *in natura*, contribui para o desenvolvimento econômico local, gerando renda às famílias dos

---

<sup>5</sup> Aerts *et al.* apud Naidoo, Wills, J. Health promotion, foundations for practice. London: Baillière; 1996.

agricultores, além de contribuir na promoção de hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

Alguns dos professores e funcionários entrevistados afirmaram que a maioria dos alunos da escola prefere consumir frutas diferentes daquelas produzidas na região e a justificativa para a recusa destas frutas, de acordo com os entrevistados, está no fato de que os alunos ao terem a sua disposição estas frutas em grande quantidade ficaram “enjoados”<sup>6</sup>. *“Eu acho que enjoa. A criança, por exemplo, que o pai produz figo, normalmente come muito pouco, entendeu? O morango também não é?” (P15).*

O “enjoar” ou não gostar de um alimento pode ter uma conotação fisiológica de náusea, mas também pode estar inserida numa dimensão social onde a recusa, o “desgosto”, a aversão podem significar a vontade da não-identificação e do não-pertencimento a um grupo. Para Fischler:

“Os homens marcam seu pertencimento a uma cultura ou a um grupo qualquer pela afirmação de sua especificidade alimentar ou, o que é o mesmo, pela definição de alteridade, da diferença entre os outros” (Fischler, 1990, p. 68).

Pode-se interpretar a recusa dos alunos em consumir as frutas da região como uma desvalorização aos alimentos ligados à esfera do trabalho dos seus pais, produtores de frutas como figo, goiaba, morango, uva e pêssigo, apesar de serem, para a cultura brasileira, consideradas de alto valor econômico e social. O interesse dos alunos por outras frutas como aquelas compradas no mercado ou oferecidas na merenda, pode ser explicado, por estarem estes alimentos impregnados de símbolos e valores construídos socialmente. Assim, pode-se concluir que existe uma posição social associada à alimentação e a preferência por outros alimentos que não sejam aqueles comuns ao seu grupo, à sua realidade pode significar a vontade de pertencer a um outro grupo que não o seu.

---

<sup>6</sup> Na atividade educativa realizada a partir dos resultados desta pesquisa na escola, foi realizado o “dia do figo”, quando os alunos receberam um figo e realizaram atividades pedagógicas relacionadas à fruta. Contrariamente ao que disseram os professores, os alunos o comeram com muito prazer e demonstrando muita alegria e satisfação.

## **6- CONCLUSÃO**



A pesquisa possibilitou conhecer práticas, normas, opiniões e representações sobre a alimentação no contexto escolar da comunidade rural, conforme os objetivos iniciais descritos na página 52. Constatou-se que ambos, escola e alimentação escolar constituem-se importantes meios de socialização e de vida para os alunos, mas ainda é preciso que sejam desmistificados os objetivos atribuídos pelos professores e funcionários à merenda escolar, como o de atrair o aluno para escola, servir de principal refeição a eles, ou ainda se configurar alternativa para saciar uma fome crônica.

Professores e funcionários representaram a fome dos alunos em virtude de sua condição socioeconômica e também pela ansiedade da espera pela hora do intervalo e avidez no consumo dos alimentos da merenda, embora o estudo socioeconômico realizado com as famílias dos alunos tenha mostrado que mesmo sendo pobres, as famílias se consideram “remediadas”.

As opiniões dos professores sobre os alimentos servidos, horários, modo de preparo e qualidade da merenda, podem ser reinterpretados, visto que a merenda dos alunos é também o almoço dos professores dadas as suas características de trabalho. Como a alimentação escolar oficialmente não seja destinada a eles, fica uma lacuna a ser preenchida, uma vez que na prática o atendimento aos professores configura-se como uma “norma”.

Com relação ao ensino, à merenda escolar é atribuída a função de contribuir para a aprendizagem, relação já desmistificada, pois a fome e até mesmo a desnutrição não são determinantes para o prejuízo da aprendizagem, uma vez que a inteligência não depende só de fatores orgânicos, mas também de um ambiente de estímulos emocionais e pedagógicos eficientes.

A confusão semântica entre pobreza e fome contribuiu para que os professores e funcionários concebam a merenda escolar como política paliativa e compensatória, destituindo-a do valor de direito dos alunos se alimentarem adequadamente no período em que permanecem na escola.

Quanto à promoção da saúde, embora existam iniciativas importantes, estas são ainda incipientes e descontextualizadas da realidade daquele grupo social. Percebeu-se também que a concepção de saúde para os entrevistados é “a ausência de doença”, ou seja, um estado estático, biologicamente produzido e não uma condição socialmente construída a partir de uma combinação de estratégias intersetoriais de ordem econômica, social, política e individual que culminem em melhor qualidade de vida para a população.

Ainda no contexto da promoção da saúde, a alimentação saudável foi pouco considerada como pré-requisito para saúde e, talvez por isso, não exista preocupação por parte da escola em realizar esse tipo de atividade. Em contrapartida, existe a representação de que a fome é uma “doença” que pode ser “tratada” mediante o fornecimento da merenda.

Quanto ao alimento, notou-se que ele foi percebido somente na sua esfera biológica como meio para suprir as necessidades fisiológicas e não como uma possibilidade de instrumentalizar práticas educativas em nutrição prestando-se como importante meio de socialização e identificação cultural.

As questões inerentes ao ato alimentar consideradas neste trabalho podem subsidiar naquela comunidade um projeto de promoção da saúde e da alimentação saudável. Urge pensar estratégias de educação nutricional que permitam a apreensão do seu objeto, a alimentação humana, em seu contexto e na sua complexidade. Mediante a valorização do trabalho no campo, da terra e de seu fruto, a escola pode contribuir para que as famílias resgatem o orgulho da sua realidade: a ligação com a terra e com o que ela produz!

## ***7- CONSIDERAÇÕES FINAIS***



Este estudo foi concebido sob a influência do pensamento complexo<sup>1</sup> e por isso buscou compreender a alimentação na sua multidimensionalidade, condição fundamental e necessária para aqueles que desejam engajar-se em projetos que vislumbrem a educação nutricional como um caminho viável para realizar mudanças relativas ao comportamento alimentar de indivíduos e comunidades.

A conclusão dessa pesquisa foi o marco para a iniciação da quinta etapa do projeto que previa a intervenção educativa na escola. Se por um lado, os resultados desse trabalho contribuíram para delimitar esta intervenção, no seu decorrer, surgiram novos dados sobre o ideário dos professores em relação à alimentação/alimentação escolar que também contribuíram para a discussão dos resultados.

Outro ponto relevante é ainda a existência da necessidade de maior aproximação dos professores e funcionários da escola com a realidade vivida por seus educandos, visando à compreensão das diferenças entre os modos de vida e de representações que impedem os professores de considerá-los sujeitos capazes de superar suas limitações pessoais e sociais. E a consequência disso é um pressuposto para que seja proporcionado aos estudantes uma educação pertinente às reais necessidades do grupo.

Aos gestores municipais do PAE ficam sugestões de repensar a merenda no sentido de adequar os alimentos servidos à realidade sócio-cultural de cada localidade, uma vez que os grupos sociais, por terem características diferentes, também têm necessidades distintas. Também vale ressaltar a necessidade de repensar os objetivos da merenda escolar emparelhando-os às diretrizes do CONSEA e à recente portaria interministerial 1.010, que instituiu as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas como, por

---

<sup>1</sup> Para Edgar Morin “O conhecimento pertinente deve reconhecer que o ser humano e a sociedade são unidades complexas, multidimensionais uma vez que é impossível conceber a unidade complexa do ser humano pelo pensamento disjuntivo ou pelo pensamento redutor que restringe a unidade humana a um substrato puramente biológico” (MORIN, 2000 p.45).

exemplo, o aumento da oferta e promoção do consumo de frutas, legumes e verduras ainda pouco presentes nos cardápios da merenda. Para isso, entretanto, existe a necessidade de aumentar e capacitar recursos humanos, uma vez que, na conjuntura atual da escola pesquisada, não há possibilidade para isso, dada à escassez de funcionários para a realização deste trabalho.

Em relação à formação do nutricionista, prevalece a abordagem essencialmente biológica. O conteúdo das disciplinas das áreas de ciências humanas e sociais presentes nos currículos não atendem à necessidade profissional de compreender a alimentação também como fenômeno sócio-cultural, uma vez que os saberes entre estas ciências não são articulados. Diante disso, é muito importante que as disciplinas de educação nutricional sejam ministradas preferencialmente por docentes nutricionistas, inclusive com especialização na área. Aos coordenadores dos cursos de nutrição sugere-se repensar o ensino no sentido de permitir intervenções eficientes para que os futuros profissionais compreendam de forma mais ampliada a alimentação humana.

As informações encontradas na literatura em diferentes trabalhos sobre a alimentação no espaço escolar têm o enfoque direcionado principalmente à ingestão de nutrientes, às condições higiênico-sanitárias da merenda ou à avaliação do programa enquanto política pública, mas trazem poucos dados a respeito do entorno da alimentação e do cotidiano das práticas. Desse modo, a originalidade desse projeto aplicado na escola em questão, está na tentativa de compreender a subjetividade presente no entorno escolar, e sua interferência na alimentação, naquele espaço, buscando dados para subsidiar intervenções educativas em saúde e nutrição, de acordo com as atuais diretrizes para a promoção da saúde e construção da segurança alimentar e nutricional.

## ***8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS***



Abreu, M. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança ao ato pedagógico? Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, p.5-20, jul./set. 1995. Acessado em 14 de agosto de 2006.

Aerts, D, Alves, GG, La Salvia, MW, Abegg, C. Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. Cadernos de Saúde Pública 2004; 20(4): 1020-1028.

Alves, HJ, Boog, MCF. Comportamento alimentar e promoção da saúde: um estudo entre universitários da Moradia Estudantil da UNICAMP. Campinas, 2004. (Trabalho de Iniciação Científica-Universidade Estadual de Campinas).

American Dietetic Association. Posicion of the American Dietetic Association.: dietary guidance for health children ages 2 to 11 years. Journal of The American Dietetic Association 1996; 94(7): 1795-1800.

Archionl, DML e Zacarelli, EM. Avaliação da temperatura em refeições transportadas de um programa de alimentação escolar. Higiene Alimentar; 1999;13(65): 13-8.

Azevedo, E. Alimentação e modos de vida saudável. Saúde em Revista 2004; 6(13): 31-36.

Bardin, L Análise de Conteúdo. 4ª ed. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2004.223p.

Belik, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e Sociedade 2003;12(1): 12-20.

Bicudo-Pereira, MT, Penteado, RZ , Bydlowski, CR, Elmor, MRD., Grazizelli, ME. Escolas Promotoras da Saúde: onde está o professor trabalhador? Saúde em Revista 2003; 5(11): 29-34.

Bizzo, MLG, Leder, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Revista de Nutrição 2005;18(5): 661-667.

Boog, MCF. Educação Nutricional: passado, presente e futuro. Revista de nutrição 1997; 10(1):5-19, jan.-jun.

Boog, MCF, Fonseca, MCP, Alves, HJ, Voorpostel, C, Fioreti, AP, Braga, VC. Conditioning factors in the consumption of fruits and vegetables among fruit producers. Pôster apresentado no I World Congress of Public Health Nutrition, VII Congreso de la SENC; 2006; Barcelona, Espanha.

Boog, MCF, Fonseca, MCP. Promoção da saúde, segurança alimentar e nutrição: a contribuição da educação nutricional. Relatório Técnico; 2006 (mimeo).

Boog, MCF. A pesquisa qualitativa no campo da alimentação e nutrição. In: Pesquisa qualitativa em saúde: múltiplos olhares. Org. Barros, NF; Cecatti, JG.; Turato, ER, FCM/UNICAMP, 2005.

Boog, MCF. Contribuições da educação nutricional à construção da segurança alimentar. Saúde Rev 2004a;13(6): 17-23.

Boog, MCF. Educação nutricional: por que e para quê? Jornal da UNICAMP 2 a 8 de agosto, 2004b.

Boog, MCF. Educação Nutricional em serviços públicos de saúde: busca de um espaço para ação efetiva. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Saúde Pública da USP, 1996.

Brandão CR. Plantar, Colher, Comer: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1981. 181p.

Brandão TM. Avaliação da aceitação e preferências de cardápios do Programa de Merenda Escolar em escolas municipais do ensino fundamental da cidade de Campinas [dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais 1996 [Internet] [acesso 2006 abril 20]. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/pcn.shtm>

Brasil. Ministério da Saúde. Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde. Relatório de Progresso. Brasília, 2004a.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Diagnostico de saúde e nutrição da população do campo: levantamento de dados, Brasília, 2004b.

Brasil. Resolução/FNDE/CD/Nº. 38 de 23 de agosto de 2004. Estabelecer critérios para execução do PNAE. Brasília, 2004c.

Brasil, Constituição 1988. Constituição República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988 art. 208 cap. III - Merenda Escolar como dever do Estado.

Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2ª ed., Brasília, 2003.

Brasil. Ministério da Saúde. A Promoção da alimentação saudável como instrumento de prevenção e combate ao sobrepeso e obesidade. Brasília, 2003b.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais - Temas Transversais. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

Brasil. Ministério da Saúde. A promoção da saúde no contexto escolar. Revista de Saúde Pública 2002;36(2): 533-535.

Brasil. Portaria interministerial n.1.010, de 8 de maio DE 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, 2006.

Buss, PM. Promoção de saúde e qualidade de vida. Ciência e Saúde Coletiva, v.5, n.1, p.163-177, 2000.

Campos, JADB; Zuanon, ACC. Merenda escolar e promoção de saúde. Cienc Odontol Bras 2004 jul./set.; 7 (3): 67-71.

Canesqui, AM. Comida de rico, comida de pobre: um estudo sobre a alimentação num bairro popular. [Tese de Doutorado]. Campinas (SP): Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP; 1976.

Canesqui, AM, Garcia, RWD. Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação. In: Canesqui, AM; Garcia, RWD, org. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 9-19. Coleção Antropologia e Saúde.

Carmo, MB, Toral, N, Silva, MV, Slater, B. Consumo de doces, refrigerantes e bebidas com adição de açúcar entre adolescentes da rede pública de ensino de Piracicaba, São Paulo. Rev Brás Epidemiol 2006; 9(1): 121-30.

Caroba, DCR; Silva, MV. Professores da rede pública de ensino e os conhecimentos em alimentação e nutrição. Saúde em Revista 2002;4 (8): p. 55-67.

Carvalho, SR. Os múltiplos sentidos da categoria *empowerment* no projeto de promoção à saúde. Cadernos de saúde Pública 2004;20(4): 1088-1095, jul./ago.

Cesar, AT. O Uso do Ácido Ascórbico no Controle da Deficiência de Ferro Utilizando a Estrutura do Programa de Merenda Escolar. [Dissertação]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1990.

CDESC.Comentário Geral nº12- o direito humano à alimentação in VALENTE, F.L.S.Direito humano à alimentação – desafios e conquistas .1ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2002. p.261-272.

Coelho, AIM, Campos, MTFS, Silva, RR, Macedo, DS, Lima, LS, Silva, DF.O programa 5S's adaptado ao gerenciamento da alimentação escolar no contexto da descentralização. Revista de Nutrição 1999 12(3): 289-302.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Documento de Referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional: "Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional", Brasília, 2004a.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Relatório final da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional: "A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional". Olinda, 2004b [acesso em 10 jul 2006] Disponível em URL: [http://www.fomezero.gov.br/download/relatorio\\_final\\_IICNSAN.pdf](http://www.fomezero.gov.br/download/relatorio_final_IICNSAN.pdf)

- Contreras, JH. Antropologia de la alimentación. Madrid: Eudema, 1993.
- Corso, ACT; Batista, SMD; Mello, ASO; Lima, JC; Franco, J; Castellano, P. Alimentação de pré-escolares freqüentadores de instituições públicas de Florianópolis/SC: análise das dietas oferecidas. Revista Ciências da Saúde 1993; 12: 36-53.
- Costa, EQ; Ribeiro VMB. Ribeiro, ECO. Programa de alimentação escolar; espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. Revista de Nutrição 2001;14(3): 225-229, set./dez.
- Cruz Neto, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: Minayo, MCS (org), Deslandes, SF; Neto, OC; Gomes, R. Pesquisa social teoria, método e criatividade. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Daniel, JMP, Cravo, VZ. Valor social e cultural da alimentação. In: Canesqui, AM; Garcia, RWD, org. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p.57-68. Coleção Antropologia e Saúde.
- Davanço, GM. et al. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. Revista de Nutrição 2004;17(2): 177-184.
- Davanço, G M; Taddei, JAAC; Gaglianone, CP; Colugnati, F A B. Hábitos alimentares de escolares (1ª e 2ª séries) durante a merenda escolar em escolas públicas de São Paulo, SP. Revista Paulista de Pediatria 2004; 22(2):95-101.
- Demo, P. Política social, educação e cidadania. Campinas: Papirus, 8ªed., 2005.
- Domene, SMA. Políticas públicas em alimentação escolar. Série Ciência e Tecnologia – Nutrição e Pobreza. USP, São Paulo, n.43 mar., 2004.
- Façanha, SHF, Ferreira, NDL, Monte,LS, Pontes, AR. Avaliação da garantia da qualidade higiênico-sanitária do programa de alimentação escolar da cidade de Sobral – CE. Higiene Alimentar; 16(100): 54-58, set. 2002.

Februhartanty J. Nutrition education: it has never been an easy case for Indonesia. *Food Nutr Bull*; 2005; 26(2 Suppl 2):S267-74.

Fischler, C. *El (h)onnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona:Arapama,1990.

Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Freire, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Freitas, MCS *Agonia da fome*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EDUFBA, 2003.

Gadotti, M. *Um legado de esperança*. São Paulo: Cortez, 2001.

Gambardella, AMD, Frutuoso, MFP, Franchi, C. *Prática alimentar de adolescentes*. *Revista de Nutrição* 1999; 12(1): 55-63.

Galal OM, Ismail I, Gohar AS, Foster Z. Schoolteachers' awareness about scholastic performance and nutritional status of Egyptian schoolchildren. *Food Nutr Bull*; 2005; 26 (2 Suppl 2):S275-80.

Garib, CC *Alimentação balanceada: uma proposta alternativa para merenda escolar*. [Dissertação]. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina; 2002.

Garcia, RWD. *Representações sociais da comida no meio urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação*. *Revista Cadernos de Debate* 1994; 2: 12-40.

Garcia, RWD *Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo*. *Cadernos de Saúde Pública* 1997;13:(3): 455-467.

Garcia, RWD. *A comida, a dieta, o gosto: mudanças na cultura alimentar urbana*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1999.

Garcia, RWD. A antropologia aplicada às diferentes áreas da nutrição. In: Canesqui, AM; Garcia, RWD, org. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p.287-303. Coleção Antropologia e Saúde.

Gracia-Arnaiz, M. Paradojas de la alimentación contemporânea. Barcelona: Icaria, 1996. 390 p.

Holland, CV Todos juntos ao redor da mesa: uma avaliação da alimentação em abrigos. [Tese de Doutorado]. São Paulo (SP) Faculdade de Saúde Pública da USP; 2004.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), 1994. Um Balanço das Ações de Governo no Combate à Fome e à Miséria – 1993. Brasília: IPEA.

Jackson, E. Comendo em Companhia. In: Alimentação e transformação: imagens e simbolismos da alimentação, São Paulo: Paulus, 1999. p.110-22.

Kalani, M. Introduction à l'anthropologie, Payot, Lausanne, 1992.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ª ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 1995.

Lima, ES, Monteiro, EAA, Andrade, P. Educação nutricional na escola do primeiro grau: uma proposição para Pernambuco (BRASIL). Revista de Saúde Pública 1986; 20(1): 62-82.

Lima, GZ. Saúde escolar. Perspectivas de desenvolvimento. In: centros de estudos educação e sociedade (org.). Fracasso escolar: uma questão médica. São Paulo: Cortez, 1986. p.55-61. (Cadernos CEDES).

Lody, R. Comer é pertencer. Coletânea de Palestras do 1º Congresso Brasileiro de Gastronomia. UNB, Brasília, 2004.

Lopes FJD. Dieta consumida por pré-escolares em centros infantis: avaliação em dois CI's da Prefeitura do Município de Campinas, SP. [Dissertação]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 1992.

Lüdke. M., André, MEDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Maluf, R. Menezes, F. Valente, F. Contribuições ao tema da Segurança Alimentar no Brasil. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação NEPA/UNICAMP. Rev. Cad. Debate;1996: 4: 66-88.

Manual de gestão eficiente da merenda escolar, 2ª ed., São Paulo. Realização Apoio Fome Zero — Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar, 2005.

Mazzilli, RN. A merenda no dia alimentar de crianças matriculadas em Centros de Educação e Alimentação do Pré-Escolar. Revista de Saúde Pública 1987; 21(4): 317-25.

Martins, RCB; Medeiros, MAT; Ragonha, GM; Olbi, JH; Segati, EP; Osele, MR Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental. Saúde em Revista 2004, 6(13): 71-78.

Mazzilli, RN. Valor nutricional da merenda e sua contribuição para as recomendações nutricionais do pré-escolar, matriculado em CEAPE. Revista de Saúde Pública;1987: 21(3): 246-54.

Minayo, MCS Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, MCS (org), Deslandes, SF; Neto, OC; Gomes, R. Pesquisa social teoria, método e criatividade. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Minayo, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

Moysés, MAF; Collares, CAL. Aprofundando a discussão das relações entre desnutrição, fracasso escolar e merenda. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, p.5-20, jul./set. 1995. [Acesso em 14 ago 2006]. Disponível em [www](http://www.aberto.org.br).

Monte, ALS; Ferreira, SHF; Ferreira, NDL; Dias, GL; Alves, TM. Nível de desnutrição das crianças que recebem merenda escolar na rede municipal de ensino da cidade de Meruoca, Ceará. *Higiene alimentar* 2003 7(107):21-26.

Monteiro, CA, Mondini, L, Souza, ALM, Popkin, BM. Da desnutrição para a obesidade: a transição nutricional no Brasil. In: MONTEIRO, C.A. Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças. São Paulo: Hucitec, 1995. p.247-255.

Moscovici, S. Representações sociais na psicanálise. RJ: Zahar, 1987.

Morin, Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Naidoo, WJ. Health promotion, foundations for practice. London: Baillière; 1996.

Morin, E. A Cabeça bem Feita. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Neutzling MB, Taddei JAAC, Rodrigues EM, Sigulem DM. Overweight and obesity in Brazilian adolescents. *Int J Obes* 2000;24:1-7.

Nicklas, TA, Baranowski, T, Cullen, KW, Berenson, G. Eating patterns, dietary and obesity. *J. Am Coll Nutr* 2001; 20: 599-608.

Ometto, AMH, Sturion, GL, Silva, MV, Furtuoso, MCO, Pipitone, MAP. Programa nacional de alimentação escolar: principais componentes dos custos e seus determinantes. *Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição* 2003; 26:19-36.

Oliveira, J. O papel da merenda na alimentação diária dos ingressantes do primeiro grau das escolas municipais de São Paulo.[Dissertação]. (Curso de Pós-Graduação Inter-Unidades em Nutrição Humana Aplicada) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

Oliveira, CAF. Aflatoxina M1 em leite em pó, distribuído pelo Programa de Alimentação Escolar no município de São Paulo, SP. [Tese – Doutorado]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 1994.

Oliveira, ACB; Germano, PML; Germano, MIS. Avaliação dos alimentos cárneos servidos no programa de alimentação escolar de um município da grande São Paulo: ênfase nos aspectos de tempo e temperatura. *Higiene Alimentar* 2004; 18(124):24-29.

Olivares, S; Morón, C; Kain, J; Zacaías, I; Andrade, M; Lera, LDíaz, N; Vio, F. Propuesta metodológica para incorporar la educación em nutrición em la ense<sup>^</sup>nanza básica.La experiênciã de Chile. *Archivos Latinoamericanos de nutricion* 2004; 54(1)

OPAS/BRASIL. A Construção de uma política pública de promoção da saúde no contexto escolar: um relato da experiênciã brasileira. Disponível em: <[http://www.paho.org/Spanish/AD/SDE/HS/EPS\\_RED\\_BRA.pdf](http://www.paho.org/Spanish/AD/SDE/HS/EPS_RED_BRA.pdf)>. Acessado em 30 de novembro de 2006.

ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD. 57<sup>a</sup>. Assembléia Mundial de la Salud. Estratégiã mundial sobre régimeñ alimentario, actividad física y salud. Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 2004.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos.Nova Iorque, ONU, 1948 <http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm> . Acessado em 15 de abril de 2006.

Ortigoza, AG. O fast food e a mundialização do gosto. *Cadernos de Debate* 1997; 5, 21-45.

Pelicioni, MCF; Torres, AL. A escola promotora de saúde. São Paulo; USP/FSP/HSP; 1998. 14 p. (Série monográfica do Departamento de Prática de Saúde Pública, Eixo Promoção da Saúde, 12).

Pilant VB; American Dietetic Association. Position of the American Dietetic Association: local support for nutrition integrity in schools *J Am Diet Assoc* 2006;106(1):122-33.

Pinto Neto, PCP, Pereira, RB. A tabela de composição dos alimentos na educação escolar. In: Salay, E., org, *Composição de alimentos: uma abordagem multidisciplinar*. Campinas: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação, 2005.

Pipitone, MAP Notas sobre o programa de alimentação escolar como objeto de pesquisa. *Salusvita* 1999; 18(1): 97-106

Pipitone, MAP, Gandini, RPC. Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores. *Saúde em Revista* 2003; 3, (5/6), p. 33-41.

Pipitone, MAP, Ometto, AMH, Silva, MV, Sturion GL, Furtuoso, MC, Oetterer, M. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. *Revista de Nutrição* 2003;16(2): 143-154.

Poulain, J P, Proença, RPC. O espaço social alimentar: um instrumento para estudo dos modelos alimentares. *Revista de Nutrição* 2003a; 16(3):245-256.

Poulain, JP, Proença, RPC Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. *Revista de Nutrição* 2003b 16(4): 365-386.

Poulain, JP. *Sociologias da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS. Disponível em: <http://www.valinhos.sp.gov.br>. Acessado em 15 de fevereiro de 2005.

Renders CM, Seidell JC, van Mechelen W, Hirasing RA. Overweight and obesity in children and adolescents and preventative measures. *Ned Tijdschr Geneesk* 2004;148(42):2066-70 .

Rodrigues, EM, Boog, MCF. Problematização como estratégia de educação nutricional com adolescentes obesos. *Cadernos de Saúde Pública* 2006; 22(5), 923-931.

Rosenbaum, M, Leibel RL. The physiology of body weight regulation:relevance to the etiology of obesity in children. *Pediatrics* 1998;101(3):525-39.

Rotenberg, S, De Vargas S. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil* 2004; 4(1):85-94.

Salay, E; Carvalho, JF. Avaliação do programa de merenda escolar do Município de Campinas, Brasil. Archivos Latinoamericanos de Nutrición 1995; 45:167-171.

Sanches, M, Silva, MV. Hortaliças minimamente processadas: análises de viabilidade para o atendimento nutricional de escolares. Revista Higiene Alimentar 2005;19 (129): 57-67.

Santos, LA. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. Revista de Nutrição 2005;18(5): 681-692.

Silva, MV. Programa de alimentação escolar no Brasil: limitações e evolução nas décadas de 80 e 90. Nutrire - Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição 2000; 19/20:65-85. Silva, MV, Pipitone, MAP.

Cantinas escolares e merenda escolar: convivência possível? Revista Brasileira de Saúde Escolar 1994; 3(1) 23-32.

Silva, MV. Merenda escolar: perspectiva para os anos 90. Revista Alimentação Nutrição 1991;11(50).

Silva, MV. Alimentação na escola como forma de atender às recomendações nutricionais dos alunos dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS). Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(1):171-180, 1998.

Silva, MV; Sturion, GL; Pipitone, MAP; Ometto, AMH; Sturion, GL; Furtuoso, MCO. Estado nutricional de Escolares e seu acesso a programas sociais em dez municípios brasileiros. Nutrire 2002 jun;23:33-53.

Silva, MV. Contribuição do programa de merenda escolar - ciclo básico - para as recomendações nutricionais de escolares.. Archivos Latinoamericanos de Nutrición 1995; 45(2):103-110.

Silva, MV. Contribuição da merenda escolar para o aporte de energia e nutrientes de escolares do ciclo básico. Revista de Nutrição 1996; 9(11): 69-91.

Silva, M.V. Estado nutricional de escolares matriculados em centros integrados de educação pública - CIEP'S. [Tese de Doutorado]. São Paulo (SP): Faculdade de Saúde Pública da USP; 1996.

Silva, MV. Municipalização do Programa de Merenda Escolar no estado de São Paulo, Brasil. *Revista Chilena de Nutrición* 1988; 16(2): 200-208.

SILVA, MV. Alimentação na escola: alcance e limitações. *Revista da Cip* 1999; 2(2): 20-25.

Silva, MV; Pipitone, MAP. Administração de programas de merenda escolar. *Revista Brasileira de Saúde Escolar* 1994; 3 (1): 183-189. Silva, Célia da. Merenda escolar: levantamento das condições higiênico-sanitárias dos locais de preparação e dos manipuladores em escolas da rede estadual de ensino de [Dissertação]: São Paulo (SP); 2002.

Silva, DO; Recine, EGIG; Queiroz, EFO. Concepções de profissionais de saúde da atenção básica sobre a alimentação saudável no Distrito Federal, Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2002; 18(5):1367-1377.

Souza, MCC. Compreensão da ação maternal frente às orientações sobre a alimentação da criança de 0 a 6 meses. [Dissertação de Mestrado]. Escola de Enfermagem da UFMG, 2001.

Spinelli, MAS. Alimentação escolar: da centralização à descentralização. [Dissertação]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas; 1998.

Spinelli, MAS. Canesqui, AM. Descentralização do Programa de Alimentação Escolar em Cuiabá: 1993-1996. *Revista de Nutrição* 2004; 17(2):151-165.

Spinelli, MAS; Canesqui, AM. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). *Revista de Nutrição* 2002;15(1): 105-117.

Stefanini, MLR. Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1997.

Stolarski, MC. Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. [Dissertação]. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná; 2005.

Sturion, GL; Ometto, AMH; Silva, MV; Pipitone, MAP; Furtuoso, MCO. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. *Revista de Nutrição* 2005; 18 (2): 167-181.

Sturion, G L; Silva, MV. Municipalização do Programa de Merenda Escolar em Piracicaba – SP. *Aliment. nutr* 1985.6(22):42-7.

Traebert, J, Moreira, EAM, Bosco, VL, Almeida, ICS. Transição Alimentar: problema comum à obesidade e à cárie dentária. *Revista de Nutrição* 2004; 17(2): 247-253.

Taylor, E B. *Primitive Culture*. London: John Murray and Co., 1871.

Triviños, ANS. Pesquisa qualitativa. In: TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

Turato, ET. *Tratado da metodologia de pesquisa clínico-qualitativa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

Uchimura, TT; Silva, MV; Castro, VMF. Estado nutricional de crianças ingressantes na Escola Estadual de 1º e 2º graus "Rodrigues Alves" da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Saúde do Escolar* 1992; 2(3/4): 202-204.

Valente, FLS. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. *Saúde e Sociedade* 2003;12(1): 51/60.

Valente, F. *Inserção dos Componentes de Alimentação e Nutrição nas Políticas Governamentais e na Estratégia Internacional de Desenvolvimento*. Brasília: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, 1996.

Veloso, IS, Santana, VS . Impacto nutricional do programa de alimentação do trabalhador no Brasil. *Revista Panam Salud Publica* 2002; 11(1): 24-31.

Vianna, RPT; Tereso, MJA. Análise do Programa de Merenda Escolar em Campinas. *Revista Cadernos de Debate* 1997, Vol. V: 46-76.

Vianna, RPT ; Tereso, MJA. O programa da merenda escolar de Campinas: análise do alcance e limitações do abastecimento regional. *Revista de Nutrição* 2000; 13(1):41-49.

Vieira, MNM A prática do programa de alimentação escolar do município de Ribeirão Preto mediante a percepção dos usuários. [dissertação]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo; 1997.

Vieira, MNM. Estudo das representações sociais do programa de alimentação escolar da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto [Tese de Doutorado]. Escola de Enfermagem da USP-RP, 2002.

Vieira, et al. Ensino de Temas Ambientais: Dificuldades de Professores de Escolas Públicas. Anais do 8º encontro de extensão da UFMG, 2005.

Wang Y, Monteiro C, Popkin BM. Trends of obesity and underweight in older children and adolescents in the United States, Brazil, China, and Russia. Am J Clin Nutr 2002;75:971-7.

Zaluar, A. A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza; São Paulo: Brasiliense, 1985.



**9- ANEXOS**



## ANEXO 1



FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**  
✉ Caixa Postal 6111, 13083-970 Campinas, SP  
☎ (0\_19) 3788-8936  
FAX (0\_19) 3788-7187  
🌐 [www.fcm.unicamp.br/pesquisa/etica/index.html](http://www.fcm.unicamp.br/pesquisa/etica/index.html)  
✉ [cep@fcm.unicamp.br](mailto:cep@fcm.unicamp.br)

CEP, 28/06/05.  
(Grupo III)

**PARECER PROJETO: Nº 198/2005**  
**CAAE: 0411.0.000.146-05**

### I-IDENTIFICAÇÃO:

**PROJETO: “PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS SOBRE A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO ÂMBITO ESCOLAR”.**  
**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Cristiane Ramos Voorpostel  
**INSTITUIÇÃO:** Escola Municipal Dona Carolina Sigrist - Valinhos  
**APRESENTAÇÃO AO CEP:** 06/05/2005  
**APRESENTAR RELATÓRIO EM:** 28/06/06

### II - OBJETIVOS

Identificar e analisar práticas, normas, opiniões, atitudes e representações relacionadas à alimentação/alimentação escolar, junto aos atores sociais da escola. Avaliar a percepção da alimentação escolar pelos professores e funcionários da escola. Compreender a percepção dos professores sobre alimentação saudável e escola promotora da saúde na perspectiva local. Caracterizar o consumo alimentar dos professores da escola.

### III - SUMÁRIO

A pesquisadora pretende fazer um estudo qualitativo utilizando quatro técnicas de coleta de dados (observação participante, recordatório alimentar, coleta documental e entrevistas) ancorada em referencial teórico pertinente. Apontam os sujeitos da pesquisa, os critérios de inclusão e contempla os aspectos éticos nos termos da resolução 196/96, na elaboração do termo de consentimento. Possui orçamento definido e estabelece um cronograma de atividades.

### IV - COMENTÁRIOS DOS RELATORES

O estudo traz uma proposta consistente de análise do programa alimentar de uma escola de periferia da cidade de Valinhos e pretende, com os resultados, oferecer subsídios para elaboração de políticas públicas na áreas de promoção à saúde, educação e segurança alimentar. Tem uma metodologia compatível com o alcance dos objetivos e respeita os princípios éticos para a pesquisa.

### V - PARECER DO CEP

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, após acatar os pareceres dos membros-relatores previamente designados para o presente caso e atendendo todos os dispositivos das Resoluções 196/96 e complementares, bem como ter

aprovado o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido, assim como todos os anexos incluídos na Pesquisa, resolve aprovar sem restrições o Protocolo de Pesquisa supracitado.

O conteúdo e as conclusões aqui apresentados são de responsabilidade exclusiva do CEP/FCM/UNICAMP e não representam a opinião da Universidade Estadual de Campinas nem a comprometem.

## **VI - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).

Pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.1.z), exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade do regime oferecido a um dos grupos de pesquisa (Item V.3.).

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4.). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, Item III.2.e)

Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNS-MS 196/96.

## **VII - DATA DA REUNIÃO**

Homologado na VI Reunião Ordinária do CEP/FCM, em 28 de junho de 2005.

  
**Prof. Dra. Carmen Silvia Bertuzzo**  
PRESIDENTE DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA  
FCM / UNICAMP

**10- APÊNDICES**





## APÊNDICE 1

RECORDATÓRIO ALIMENTAR DE 24 HORAS	
Nome:	
Data de Nascimento:    /    /	
REFEIÇÕES OU TOMADAS ALIMENTARES	QUANTIDADE

## APÊNDICE 2

### **Tópicos e sub-tópicos para entrevista focalizada não estruturada**

**1. Refeições e práticas alimentares dos professores e funcionários da escola.**

- Local onde realiza as refeições;
- Com quem realiza as refeições;
- Duração das refeições;
- A escola oferece alimentação para o professor?

**2. A merenda escolar.**

- Qualidade da merenda escolar;
- O cardápio (composição) da merenda escolar;
- Consumo da merenda escolar;
- Local de consumo da merenda escolar

**3. Escola promotora da saúde.**

- O que é uma escola promotora da saúde;
- Função da escola na promoção à saúde;
- Sua escola é promotora da saúde?

**4. Alimentação saudável.**

- O que é alimentação saudável;
- Onde se aprende o que é alimentação saudável;
- A escola oferece aos alunos e professores alimentação saudável?
- Quem deveria ensinar sobre alimentação saudável;

**5. Importância da “merenda escolar”.**

- Qual objetivo da merenda escolar;
- Qual a importância da merenda escolar no dia a dia dos professores, funcionários e alunos da escola;
- Como é aceitação da merenda pelos alunos: eles gostam? Quem gosta? Por que gostam ou por que não gostam?

**6. Papel da escola na formação de práticas alimentares saudáveis. A escola contribuindo para a educação alimentar.**

- Qual papel da escola na construção do comportamento alimentar;
- O que é educação nutricional e qual sua função;
- A escola exerce educação nutricional com os alunos?

**7. Consumo de frutas.**

- Qual a importância do consumo de frutas para a saúde;
- Presença de frutas no cardápio da merenda escolar;
- Consumo de frutas pelos professores e funcionários;
- Quais frutas consome habitualmente;

**8. A alimentação dos alunos.**

- Qual a visão dos professores sobre alimentação dos alunos em casa;

**9. Participação das famílias e da comunidade na escola.**

- Qual a importância da participação das famílias nas atividades da escola;
- Qual é a participação das famílias na tomada de decisões na escola;
- Como as famílias e comunidade poderiam participar ou atuar na escola?

### APÊNDICE 3

#### QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ DN: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sexo: ( )F ( )M

Estado civil ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Amasiado

Tem filhos? ( ) sim ( ) não Se sim quantos? \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

#### BENEFÍCIOS SOCIAIS

Recebe cesta básica? ( ) sim ( ) não

Cartão alimentação? ( ) sim ( ) não

Participa de algum programa de saúde no município? ( ) sim ( ) não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 4

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (fundamentado na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde)**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Percepções de Professores e Funcionários sobre a Alimentação Saudável no Âmbito Escolar”. A possibilidade de sua participação deve-se ao fato de você ser professor ou funcionário da Escola Municipal Carolina Sigrist, bairro Capivari, zona rural do município de Valinhos, SP. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, com a escola ou com a universidade.

O objetivo desta pesquisa é estudar o que pensam os professores e funcionários da Escola Municipal Carolina Sigrist sobre alimentação saudável e sobre a merenda escolar.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevista com a pesquisadora sobre sua prática alimentar acerca da temática: comportamento alimentar, representações sociais e saúde. Não existem riscos relacionados à sua participação.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação, uma vez que os dados divulgados não possibilitarão sua identificação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

Pesquisador: Cristiane Ramos Voorpostel  
Rua Ocleide Madia Zanella, 119 apt. 32  
Bairro Jd. Santa Elisa - Valinhos (SP)  
Telefone: (19) 3859 1965  
E-mail: [crisrv@fcm.unicamp.br](mailto:crisrv@fcm.unicamp.br)

---

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cristina Faber Boog

Rua Tessália Vieira de Camargo, 126 Campus Universitário Zeferino Vaz  
Departamento de Enfermagem / Faculdade de Ciências Médicas

Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

Campinas-SP CEP: 13081-970

Telefone: (019) 3788 8823

Telefone do Comitê de Ética: (19) 3788 8936/ 3788 8925

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa, a não existência de riscos na minha participação e concordo participar na pesquisa “Percepções de Professores e Funcionários sobre a Alimentação Saudável no Âmbito Escolar”. Estou ciente de que participarei de uma entrevista individual que será gravada em fita cassete.

---

Sujeito da pesquisa